

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NELSON NEI GRANATO NETO

EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA: CONCEITO E MENSURAÇÃO

CURITIBA
2013

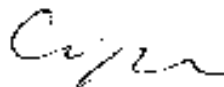
NELSON NEI GRANATO NETO

EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA: CONCEITO E MENSURAÇÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Claus Magno Germer.

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO**Nelson Nei Granato Neto****"Exército Industrial de Reserva: Conceito e Mensuração".****DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:****Prof. Dr. Claus Magno Germer
(Orientador/UFPR)****Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla
(Examinador/UFPR)****Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior
(Examinador/UNICAMP)****26 de março de 2013**

AGRADECIMENTOS

Fazer um curso de mestrado com uma carga grande de disciplinas e entregar uma dissertação em 24 meses não é uma tarefa fácil, além do grande esforço intelectual individual necessário para vencer este desafio a colaboração de outras pessoas para debater com você e apoiá-lo moralmente é indispensável. Sem estas pessoas este período do mestrado teria sido muito mais difícil, por isso aproveito este espaço para agradecer estas pessoas que deixaram este árduo caminho para a obtenção do grau de mestre mais suave.

O apoio moral da família quando tudo parece que está desabando e a alegria de poder compartilhar com ela os bons momentos é primordial e faz compensar todos os sacrifícios que este período impõe. Por isso meu primeiro agradecimento sempre será para a minha mãe Valmira e para a minha irmã Natália, com as quais sempre pude contar com amor, compreensão e apoio. Todo agradecimento que eu fizer a elas sempre será pouco. Também sempre pude contar com a amizade fraterna do Newton, meu amigo há algum tempo, e que hoje considero como um irmão de coração.

No curso de mestrado, eu e minha turma encontramos uma série de adversidades no início, adversidades estas que fizeram com que eu começasse a refletir se vale a pena ou não seguir uma carreira acadêmica, reflexão que continuo fazendo até hoje. Mas tive a sorte de encontrar uma turma com pessoas muito bacanas e íntegras, e juntos conseguimos superar estas adversidades iniciais com mais facilidade. Apesar da amizade com todos eles não consegui convencer ninguém a trilhar o mesmo caminho que o meu, o estudo do marxismo.

No meio do curso tive a satisfação de poder fazer a disciplina de Macroeconomia III onde pude retomar com mais profundidade o estudo do marxismo em debates de alto nível comandados pelo Prof. Claus, que é o orientador desta dissertação e um homem que admiro pela militância e pelo profundo conhecimento do marxismo, e o Prof. Cipolla, um homem que também admiro pelo profundo conhecimento do marxismo. Durante estas aulas, tive apenas a companhia do

Diego, grande camarada de luta que infelizmente não pode continuar no mestrado, mas faço votos que um dia volte, e da Dayani, minha professora de História do Pensamento Econômico durante a graduação e uma pessoa cujos gestos me fazem admirá-la cada vez mais. Foi a partir dos debates desta disciplina que surgiu na minha mente a necessidade e a importância de se estudar a economia do trabalho a partir de uma perspectiva marxista, que é até hoje praticamente uma lacuna no marxismo, o que redundou nesta dissertação.

Para poder defender a dissertação também foi necessário passar por avaliações externas, por isso eu agradeço aos professores Marco Cavalieri e Plínio de Arruda Sampaio Júnior por aceitarem fazer parte das bancas de qualificação e defesa final desta dissertação respectivamente.

Ao final desta seção de agradecimentos quero dizer que fico com a sensação de missão cumprida, principalmente quando me lembro dos desafios que tive que enfrentar desde as escolas públicas em que estudei os ensinamentos fundamental e médio, passando pela graduação em Ciências Econômicas aqui na Universidade Federal do Paraná, a mesma universidade em que defendi esta dissertação de mestrado que espero que seja uma contribuição ao desenvolvimento da teoria econômica marxista.

RESUMO

O conceito de exército industrial de reserva desenvolvido por Marx no livro I de “O Capital” não foi objeto de estudo sistemático de nenhum teórico marxista até hoje, tanto que as referências a este conceito praticamente reduzem-se a mera repetição do que Marx escreveu. Esta dissertação pretende começar a preencher esta lacuna, para isso fez-se um estudo teórico aprofundado do conceito exército industrial de reserva partindo das indicações iniciais dadas por Marx procurando, na medida do possível, desenvolvê-lo, com destaque para o estudo de sua formação, sua funcionalidade na acumulação capitalista e a sua divisão em camadas. Além disso, fez-se um estudo empírico com uma primeira tentativa de mensuração do exército industrial de reserva brasileiro nos anos 2000 a partir das estatísticas oficiais.

Palavras-chave: exército industrial de reserva, acumulação capitalista, desemprego.

ABSTRACT

The concept of industrial reserve army developed by Marx on “Capital” Book One was not object of systematic study of neither Marxist scholar until now, so that the references to this concept virtually reduces to mere repetition about what Marx wrote. This dissertation intends to begin to fill this gap, for this it makes a deep theoretical study of this concept leaving from the initial indications of Marx looking for, in so far is possible, develop it, especially its formation, its functionality on accumulation and its division in layers. Moreover, it makes a empirical study with the first attempt of mensuration of Brazilian industrial reserve army in the 2000’s from the official statistics.

Key words: industrial reserve army, capitalist accumulation, unemployment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	10
2.1. O LUGAR DO CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NA TEORIA MARXISTA.....	10
2.2. A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA COM O PROGRESSO DAS FORÇAS PRODUTIVAS.....	16
2.2.1 Aumento da composição orgânica do capital e a formação do exército industrial de reserva.....	17
2.2.2 Aumento da composição orgânica do capital, concorrência e proletarização.....	21
2.3. A FUNCIONALIDADE DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	23
2.3.1 Exército industrial de reserva como mecanismo de rebaixamento de salários.....	23
2.3.2 Exército industrial de reserva como mecanismo de aumento da intensidade do trabalho.....	26
2.4. AS FORMAS CONCRETAS DE EXISTÊNCIA DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	28
2.4.1 A divisão do exército industrial de reserva em três camadas.....	29
2.4.2 O pauperismo e o lumpemproletariado.....	32
2.4.3 Camada flutuante (trabalhadores desocupados).....	37
2.4.4 Camada latente (trabalhadores ocupados em atividade não-mercantis).....	42
2.4.5 Camada estagnada (trabalhadores ocupados em atividades mercantis).....	50
2.4.6 A relação entre a pequena burguesia, o exército ativo da classe trabalhadora e as camadas do exército industrial de reserva.....	56
3. MENSURAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA: UMA TENTATIVA A PARTIR DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS.....	61
3.1 OS DADOS DA PNAD E AS CATEGORIAS MARXISTAS DE ANÁLISE.....	62
3.1.1 Descrição dos dados disponíveis na PNAD.....	62
3.1.2 Dos dados da PNAD para as categorias de análise marxistas.....	64
3.2. O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA BRASILEIRO.....	65
3.2.1 Exército industrial de reserva e sexo.....	70
3.2.2 Exército industrial de reserva, sexo e idade.....	72
3.2.3 Exército industrial de reserva, rendimento e pobreza.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	91
ANEXO I.....	94
ANEXO II.....	121

1. INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, o exército industrial de reserva (EIR) é a população trabalhadora que não é empregada pelo capital, mas que lhe está disponível para ser empregada. Ele é formado a partir do progresso das forças produtivas, uma vez que este faz aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho, o que tem como consequência uma queda da demanda do capital por força de trabalho. A magnitude da acumulação de capital faz com que fileiras deste exército sejam recrutadas quando a acumulação de capital aumenta, e que sejam engrossadas quando esta diminui.

Esta população trabalhadora disponível ao capital não se compõe apenas de trabalhadores desempregados: a eles somam-se um amplo leque de pessoas que podem vir a ser empregadas pelo capital, mas que estão ocupados em atividades não-capitalistas ou em setores onde não há grande presença de capital, em geral precariamente e em condições de vida abaixo dos trabalhadores assalariados, como pequenos agricultores, donas-de-casa e trabalhadores autônomos.

Este conceito foi definido por Marx no livro I de “O Capital”, mas curiosamente os próprios economistas marxistas o confundem com conceitos de desemprego de outras teorias econômicas. O quadro piora na teoria econômica burguesa, que simplesmente ignora a contribuição de Marx, dando o crédito de inventor da “teoria do emprego e desemprego” a Keynes quando publicou sua “Teoria Geral” em 1936, desprezando o pioneirismo de Marx ao tratar desse assunto já no supracitado livro publicado pela primeira vez em 1867 em alemão e em 1886 em inglês: portanto quase 70 anos antes de Keynes já existia uma teoria que explicava a existência do desemprego na economia capitalista.

Além disso, o conceito de exército industrial de reserva é muito mais amplo do que o mero desemprego involuntário medido pelas estatísticas oficiais e estudado pelas diferentes teorias econômicas burguesas. De acordo com a teoria marxista, sua existência na economia capitalista é permanente, uma vez que é produzido pela própria acumulação de capital, não sendo possível extingui-lo com políticas econômicas do Estado. Em estudos de orientação marxista nas áreas de economia e sociologia do trabalho, o exército industrial de reserva precisa ser considerado, uma vez que sua magnitude e composição têm implicações sobre a acumulação de capital, o nível dos salários, as condições gerais de vida da classe trabalhadores e a

sua força em relação aos capitalistas. No entanto, há poucos estudos de marxistas sobre o seu conceito, estrutura e mensuração.

Esta dissertação pretende começar a preencher esta lacuna, para tanto o objetivo geral desta dissertação é desenvolver teoricamente o conceito de EIR a partir da formulação inicial do Marx em “O Capital” e, com base nisto, fazer uma tentativa de mensuração do EIR a partir das estatísticas oficiais brasileiras de trabalho e emprego. Para isto, esta dissertação divide-se em dois outros capítulos além desta introdução: no capítulo 2 faz-se o estudo teórico do conceito de Exército Industrial de Reserva em Marx procurando, na medida do possível, estendê-lo para melhor compreensão do capitalismo contemporâneo, dando-se destaque às formas concretas de existência do EIR que são praticamente ignoradas ou tomadas literalmente na escassa produção acadêmica sobre o assunto; no capítulo 3 tenta-se fazer uma mensuração do EIR no Brasil a partir dos dados das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) da década de 2000; ao final fazem-se as considerações finais.

2. O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

O objetivo geral deste capítulo da dissertação é desenvolver teoricamente o conceito de Exército Industrial de Reserva (EIR) a partir das definições de Marx. Para isso este capítulo divide-se em quatro seções: na primeira procura-se situar o EIR na teoria marxista; depois, busca-se entender teoricamente a formação de um EIR no capitalismo a partir do progresso das forças produtivas, destacando-se as tendências de aumento da composição orgânica do capital e aumento da proletarianização da população; em seguida estuda-se a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista; e por fim analisa-se com mais profundidade cada uma das camadas que o compõe.

2.1. O LUGAR DO CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NA TEORIA MARXISTA

Antes de começar a dissertação propriamente dita é importante ter definições claras sobre os principais conceitos com os quais se irá trabalhar. Uma dissertação que pretende discutir o conceito de EIR deve compreender o que é, onde está situado e como este conceito se relaciona com as demais categorias analíticas da teoria marxista.

O EIR diz respeito à parcela da população trabalhadora que não está empregada pelo capital (seja ele industrial, comercial ou bancário) ou por instituições acessórias¹ que o legitimam (como o Estado, as forças armadas e os sindicatos) e lhe está disponível a ser eventualmente empregada (em diferentes graus de

¹ Esta dissertação chama de “instituições acessórias” todas aquelas instituições que embora empregue trabalho assalariado não são propriamente capital, pois não tem objetivo de produzir ou fazer circular mais-valia, muito pelo contrário precisam capturar parte da mais-valia produzida na economia capitalista para existirem, mas que exercem algum tipo de função social importante para a manutenção do modo de produção capitalista. Nesta rubrica entra uma série de instituições não-capitalistas que empregam trabalho assalariado, cada uma com a sua função específica na legitimação do capitalismo, como o Estado, as Forças Armadas, os sindicatos, as organizações não-governamentais, entre outras. Estas instituições cumprem um papel fundamental no capitalismo que é primordialmente o de legitimar a propriedade privada capitalista e usar até mesmo a força para mantê-la, aqui estão o Estado e as Forças Armadas, que podem assumir outras funções adicionalmente, como quando o Estado capitalista provê educação, saúde e previdência social públicos, por exemplo. Os sindicatos, apesar de terem nascidos do inconformismo dos trabalhadores com as condições de trabalho impostas pelo capitalismo, também são parte do esquema de legitimação deste sistema: muitos deles tornam-se meros instrumentos para referendar o nível salarial dado pelo nível da acumulação capitalista, de submissão dos interesses dos trabalhadores aos dos capitalistas (sindicalismo “amarelo” ou “pelego”) ou até mesmo instrumento formal de colaboração de classes.

disponibilidade) conforme a demanda do capital e de suas instituições acessórias por força de trabalho. Ele é formado pela população trabalhadora que fica supérflua em relação ao capital com o progresso das forças produtivas (que se traduz em um montante crescente de meios de produção em relação à força de trabalho) e toda uma população que não está diretamente ligada ao e empregada pelo capital ou pelas instituições acessórias, mas que lhe está de alguma forma disponível. Deste modo ele inclui além dos trabalhadores desempregados, que são os mais imediatamente disponíveis, os trabalhadores que não encontrando emprego assalariado pelo capital ou instituições acessórias se ocupam como autônomos e os trabalhadores ocupados fora da produção capitalista, notadamente na produção doméstica, como as donas-de-casa, como será visto nas seções seguintes deste capítulo da dissertação.

A denominação “exército industrial de reserva” diz respeito ao que essa massa de trabalhadores não-assalariados pelo capital ou por instituições acessórias e a eles disponível representa para a classe trabalhadora e para o capital. O “exército de reserva” se contrapõe à massa de trabalhadores assalariados, que é aquela parte da classe trabalhadora que está empregada pelo capital (seja ele industrial, comercial ou bancário) ou por instituições acessórias que o legitimam (como o Estado, as forças armadas ou os sindicatos, por exemplo). Portanto, a qualificação “exército de reserva” é uma contraposição ao “exército ativo”, ou seja, os trabalhadores assalariados “recrutados” pelo capital ou por suas instituições acessórias.

Quando a acumulação de capital se acelera e o exército ativo torna-se insuficiente para tocá-la adiante, o capital então “recruta” o pessoal do “exército de reserva”. Do mesmo modo, quando aumenta a composição orgânica do capital (COC), ou seja quando aumenta a proporção entre meios de produção e força de trabalho, ou quando a acumulação de capital diminui seu ritmo, o capital “repele” a parte exército ativo que se torna supérfluo, o que aumenta o “exército de reserva”.

Neste ponto vale fazer duas ressalvas: (i) a demanda do capital como um todo (industrial, comercial e bancário) por força de trabalho depende da acumulação de capital e da COC de cada uma destas partes do capital, sendo a COC a expressão em valor da proporção entre meios de produção e força de trabalho;

Esta dissertação não tem como objetivo estudar mais profundamente estas instituições, o que, aliás, ainda é um trabalho a ser feito pela teoria marxista.

entretanto, o conceito de COC tal como foi descrito serve apenas para o capital industrial, afinal no capital comercial e bancário não há “meios de produção” como no industrial, apesar de neles também ocorrer um processo de substituição de força de trabalho por máquinas com o desenvolvimento capitalista; uma saída para este problema pode ser a consideração destas “máquinas” do capital comercial e bancário serem analogamente denominadas de “meios de circulação”, deste modo, a COC dos capitais comercial e bancário deve ser definida como a expressão em valor da proporção entre os meios de circulação e a força de trabalho destes capitais; (ii) a acumulação de capital no capital industrial estimula a acumulação de capital nos capitais comercial e bancário, uma vez que com o aumento da produção de mais-valia aumenta a necessidade de circulação desta (ainda que parte desta mais-valia produzida seja capturada pelos capitais comercial e bancário como custos de circulação para a compra de meios de circulação e força de trabalho por estes capitais), ou seja o aumento da acumulação de capital faz aumentar demanda por força de trabalho, seja qual for a origem dessa demanda (capital industrial, comercial ou bancário) o contrário ocorrendo quando há uma diminuição da acumulação de capital; entretanto a demanda por força de trabalho das “instituições acessórias” é qualitativamente distinta da do capital, uma vez que a demanda delas não tem ligação com a acumulação de capital, sendo um fator a mais ao se considerar a demanda por força de trabalho como um todo.

Quanto à qualificação “industrial” deste “exército de reserva”, há duas hipóteses a ser consideradas. Uma primeira é por este ser um “exército de reserva” disponível à produção capitalista, ou seja, ao capital industrial no nível de análise do livro I de “O Capital”, onde este conceito é desenvolvido por Marx. Lembrando que capital industrial é todo aquele capital (montante de dinheiro) que passa pelos três estágios do ciclo do capital: (i) estágio do capital-dinheiro (D-M), que é a compra de meios de produção e força de trabalho; (ii) estágio do capital produtivo (...P...), que é a retirada das mercadorias meios de produção e força de trabalho da circulação para o consumo produtivo delas no processo de produção; e (iii) estágio do capital-mercadoria ($M'-D'$), que é a venda da mercadoria produzida, em cujo valor está acrescida a mais-valia (MARX, 2008b. pp. 37-72). Quando se analisa os diferentes ramos da economia capitalista a indústria de transformação é o ramo onde se percebe claramente a passagem do capital pela esfera da produção. Mas não apenas este ramo é capital industrial, este também engloba a agricultura comercial,

a extração mineral, a construção civil e uma série de atividades denominadas de serviços – onde a mercadoria produzida ao final do processo de produção é um valor de uso que é consumido enquanto é produzido – como transportes, armazenagem, comunicações, serviços de conserto e reparação, turismo e educação e saúde mercantis.

Outra hipótese para a denominação “industrial” é que no capitalismo britânico da segunda metade do século XIX os trabalhadores assalariados estavam empregados principalmente pelo capital industrial. A massa de trabalhadores empregados pelos capitais comercial e bancário era proporcionalmente menor comparado ao capitalismo contemporâneo, portanto naquela época o “exército de reserva” atendia basicamente às necessidades do capital industrial.

Entretanto, como dito anteriormente, o EIR também serve às atividades de circulação do capital (capital comercial e capital bancário) e às instituições acessórias que o legitimam (Estado, forças armadas e sindicatos) que também necessitam de trabalhadores assalariados. Portanto, o EIR não é uma reserva de trabalhadores para a indústria de transformação, como pode ser erroneamente interpretado, e nem apenas para o capital industrial, mas sim uma reserva de trabalhadores para o capital como um todo, seja ele industrial, comercial ou bancário e suas instituições acessórias. Até porque, ao contrário do que ocorre quando o trabalhador está no exército ativo, é impossível distinguir reservas específicas de trabalhadores para as diferentes partes do capital e suas instituições acessórias.

A flutuação do EIR ao longo do tempo está diretamente relacionada a interação entre a demanda relativa por força de trabalho, que decresce com o progresso das forças produtivas, e a demanda absoluta, que em um dado estágio da evolução das forças produtivas acompanha o ritmo da acumulação de capital. Portanto, ao contrário do que ocorre com a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital e a taxa média de lucro, as quais têm tendências históricas de aumento das duas primeiras e de queda da última, o comportamento do EIR não segue uma tendência de aumento ou diminuição ao longo do tempo.

Em “O Capital”, o conceito de EIR é desenvolvido dentro da formulação da lei geral da acumulação capitalista, juntamente com outras três categorias analíticas do marxismo com as quais o EIR está relacionado de alguma forma: (i) composição do capital em suas três óticas (técnica, em valor e orgânica); (ii) concentração de capital e (iii) pauperismo.

Quanto à COC, a formação do EIR está diretamente relacionada com o aumento dela ao longo do tempo, pois o aumento da COC reflete um maior emprego de meios de produção em relação à força de trabalho, ou seja, uma queda relativa da demanda do capital por força de trabalho, o que torna parte da população trabalhadora supérflua que fica disponível à demanda do capital por força de trabalho. Com relação à concentração de capital, há uma tendência de, com o aumento da COC, aumentar escala mínima exigida para um capital ser viável técnica e economicamente; com isso os pequenos capitais entram em um processo de decadência no capitalismo e, em consequência deste processo, os seus proprietários (os pequenos burgueses) e os trabalhadores por eles empregados transferem-se gradualmente para o EIR

A relação do EIR com o pauperismo diz respeito ao tamanho do EIR em relação a totalidade da classe trabalhadora: quanto maior for este tamanho relativo do EIR mais facilmente os capitalistas conseguem rebaixar, em termos de valor, os salários da classe trabalhadora, o que aumenta ainda mais a distância social e econômica que separa os capitalistas dos trabalhadores – ou seja aumenta o pauperismo em termos relativos da classe trabalhadora, ainda que seu padrão de vida absoluto possa aumentar². Nas seções seguintes deste capítulo estas interconexões do conceito de EIR com estes outros conceitos de análise da acumulação capitalista será objeto de estudo mais aprofundado.

Ao longo de sua exposição do conceito de EIR, Marx constantemente também o intitula de superpopulação relativa. A leitura de “O Capital” indica que Marx trata-os como sinônimos. Entretanto, uma ressalva precisa ser feita: nos “Grundrisse”, Marx utiliza apenas a denominação “superpopulação” (a denominação EIR aparece apenas em “O Capital”), e em um contexto mais amplo: superpopulação³ é a parcela da população que perde as condições sob as quais se consegue praticar a apropriação de parte do produto social, em um determinado contexto social (MARX, 1972. pp. 114-115; 1993. pp. 603-604). A superpopulação aparece sob diferentes formas em cada modo de produção, cada qual de acordo com as especificidades do modo pelo qual o homem trabalha e pratica esta apropriação em cada um deles. Nestes trechos do “Grundrisse”, Marx fornece pelo menos três exemplos de

² Esta aumento da pobreza relativa acompanhada por um aumento absoluto do padrão de vida da classe trabalhadora é estudada por Marx em “Trabalho Assalariado e Capital”.

³ Na tradução em inglês, “overpopulation” (MARX, 1993. p. 604), e na tradução em espanhol, “sobrepoblación” (MARX, 1972. p. 110).

superpopulação em diferentes modos de produção – no capitalismo em geral, no escravismo clássico de Atenas e no comunismo primitivo dos povos caçadores:

A dissolução destas relações no qual o indivíduo, ou parte da população, os põe a margem das condições que reproduzem esta base determinada, portanto os põe como superpopulação [...] Mas é apenas no modo de produção baseado no capital que o pauperismo se apresenta como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho [...] Os colonos que os antigos enviavam [Marx refere-se aos cidadãos atenienses que, não tendo escravos e por este motivo não podiam se apropriar da sua parcela do produto social, se dirigiam às colônias gregas], por exemplo, eram superpopulação, ou melhor, não podiam seguir vivendo no mesmo espaço sobre base material da propriedade [do modo de produção escravista de Atenas] De todo modo, eles estavam longe de serem pobres. (MARX, 1972. p.111)

A superpopulação entre os povos caçadores, que se revela na luta entre as diversas tribos, não demonstra que a Terra não pode suportar este escasso número [de pessoas], mas que as condições de sua [apropriação] necessitam de um grande território para poucas cabeças. (MARX, 1972. p.115)

Ou seja, há um determinado tipo de superpopulação específica para o modo de apropriação do produto social específica de cada modo de produção, e esta superpopulação não necessariamente é pobre. Marx enfatiza nestas passagens dos “Grundrisse” que apenas no capitalismo esta superpopulação (que é formado pelas pessoas que não tem acesso à forma de apropriação do produto social típica do capitalismo, ou seja, o trabalho assalariado⁴) é gerada a partir do progresso das forças produtivas e é pobre. Marx ainda enfatiza que esta pobreza da superpopulação no capitalismo não se deve a uma falta de meios de subsistência suficientes para sustentar toda a população trabalhadora, mas é consequência do fato de uma parte da classe trabalhadora não ter emprego (logo, não ter salário) e, portanto, tem dificuldades de comprar todos os meios de consumo necessários para a sua subsistência (uma vez que não tendo salário, não tem dinheiro para comprá-los), numa crítica direta à teoria malthusiana da população⁵.

⁴ Obviamente a exploração do trabalho alheio também é uma forma de apropriação do produto social. Mas na exposição de Marx no “Grundrisse” parece estar subentendido que, no capitalismo, a classe que se apropria do trabalho excedente está fora da análise da superpopulação.

⁵ “[Malthus] relaciona estupidamente determinada quantidade de homens com determinada quantidade de meios de subsistência. Ricardo o desmentiu, com justiça, que a quantidade trigo disponível é absolutamente indiferente ao trabalhador se este carece de ocupação; que, portanto, são os meios de emprego e não os de subsistência os que põem o trabalhador na categoria de população excedente ou não [...] Este excedente é puramente relativo: não guarda absolutamente nenhuma relação com os meios de subsistência, mas sim com o modo de produzir-los. Trata-se, portanto, exclusivamente de um excedente em um dado estágio de desenvolvimento” (MARX, 1972. pp. 114-115)

Não há nenhuma passagem textual onde Marx diz que o EIR é a forma de superpopulação relativa específica do capitalismo, mas a leitura conjunta destes trechos do “Grundrisse” e de “O Capital” indica que esta é uma afirmação possível de ser feita.

2.2. A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA COM O PROGRESSO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

A teoria materialista da história, exposta em “A ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 1986), mostra que o progresso das forças produtivas é a causa primeira do movimento da história da humanidade, o conflito entre este progresso das forças produtivas e as relações de produção vigentes estimula a luta de classes, que é o fator determinante na superação revolucionária das relações de produção vigentes por novas relações de produção adequadas ao nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas. Cada modo de produção tem relações de produção (formas de propriedade) específicas que em um primeiro momento favorecem o desenvolvimento das forças produtivas (produtividade do trabalho) e a plena utilização de suas potencialidades. Mas a partir de um determinado momento o progresso das forças produtivas entra em choque com as relações de produção vigentes, que limitam os seus plenos desenvolvimento e potencialidades, o que dá origem a leis de movimento específicas que determinam, em última instância, o seu desenvolvimento histórico e inaugura um período revolucionário que permite a sua superação por novas relações de produção superiores e adequadas ao patamar atingido pelas forças produtivas, relações estas que já estavam em gestação no modo de produção anterior.

No capitalismo, o progresso das forças produtivas entra em choque com a propriedade privada dos meios de produção, que é a forma da propriedade capitalista, surgindo deste choque a lei de movimento do capital, que Marx estudou em dois níveis de análise: um mais abstrato, a lei geral da acumulação capitalista, e um mais concreto, a lei da tendência de queda da taxa de lucro, que nas formulações dadas por Marx mostram que o progresso das forças produtivas no capitalismo (que se manifesta no aumento da composição orgânica do capital) encontra limites na propriedade privada dos meios de produção (que se manifesta

na apropriação da mais-valia pelos capitalistas) dados pelo empobrecimento relativo crescente da classe trabalhadora e pela tendência de queda da taxa média de lucro ao longo do tempo. Da forma de propriedade capitalista surgem as classes sociais do capitalismo: de um lado os capitalistas, os proprietários dos meios de produção, e de outro os trabalhadores assalariados, que é a população não-proprietária de meios de produção e por isso obrigada a vender sua força de trabalho aos capitalistas em troca de um salário que lhe permita sobreviver.

O progresso das forças produtivas manifesta-se em uma produtividade crescente do trabalho, isto significa não só uma maior produção de valores de uso em dado tempo, como também uma maior massa de meios de produção em relação à força de trabalho. No capitalismo isto se expressa em uma composição técnica do capital crescente (ou seja, aumento da proporção entre meios de produção e força de trabalho), que refletida em termos de valor dá origem à tendência de elevação da COC ao longo do tempo. O aumento da COC origina dois fenômenos: (i) um determinado montante de capital emprega cada vez menos força de trabalho, ainda que a demanda absoluta do capital por força de trabalho cresça ao longo do tempo; (ii) a escala mínima para que um montante de dinheiro torne-se capital fica cada vez maior.

2.2.1. Aumento da composição orgânica do capital e a formação do EIR.

O aumento da COC faz com que se empregue cada vez menos força de trabalho relativamente aos meios de produção. Com isso, uma determinada quantia de capital empregará cada vez menos força de trabalho. Essa parcela da população trabalhadora que fica supérflua em relação ao capital é denominada superpopulação relativa ou EIR.

O quadro esquemático abaixo ajuda a entender a formação de um EIR a partir do aumento da COC, dado o montante de capital. Tome-se uma determinada quantidade de capital, no exemplo igual a 100 reais, dividido entre capital constante e variável. A proporção entre ambos variará conforme as alterações na composição orgânica. Para facilitar a análise pressupomos que num primeiro momento a COC é de 20% e que o salário de um trabalhador é de 10 reais e se mantém constante⁶. Ao

⁶ Isto é um pressuposto simplificador para esta análise estática, mas não é verdadeiro. Uma vez que com o aumento da COC, e logo da produtividade do trabalho, o custos de reprodução da força de trabalho, e logo o salário em termos nominais diminui, mantido constante o valor do dinheiro. O

aumentar a COC a massa de capital variável diminui, e assim diminui também o número de trabalhadores empregados pelo capital, como mostra o quadro abaixo:

TABELA 1 – FORMAÇÃO DE UM EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA COM O AUMENTO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL

Capital adiantado (c+v)	COC [c/(c+v)]	v	Nº de trabalhadores	Exército Industrial de Reserva criado
100	20%	80	8	-
100	40%	60	6	2
100	60%	40	4	4
100	80%	20	2	6

Fonte: Elaboração própria.

Estes trabalhadores que deixaram de ter emprego formam uma população trabalhadora que ficou supérflua e não encontra emprego pelo capital, entretanto, este EIR está disponível a vender sua força de trabalho ao capital. Com acumulação de capital, ou seja, crescimento do montante de capital adiantado, aumenta a demanda do capital por força de trabalho, que é abastecida por este EIR criado pelo aumento da COC.

Deste modo, o aumento da COC cria uma população trabalhadora disponível ao capital, ou seja o capital tem controle sobre a oferta de força de trabalho, ou seja, no capitalismo a oferta de força de trabalho não depende do crescimento natural da classe trabalhadora, mas é em grande parte criada pelo próprio capital. E soma-se a este o EIR criado pelo capital uma parcela significativa da classe trabalhadora que jamais chegou a vender a sua força de trabalho ao capital (jovens, donas-de-casa, trabalhadores autônomos) e que lhe está disponível conforme a sua demanda e que, portanto, também pertencem ao EIR.

Mas, ao mesmo tempo em que o capital cria e faz o EIR crescer de tamanho com o aumento da COC, o ritmo da acumulação de capital demanda certa quantidade de força de trabalho o que amortece o crescimento do EIR, isto o faz flutuar de tamanho segundo as proporções do crescimento da COC e da acumulação, respectivamente. Analisem-se quatro situações possíveis:

- (i) quando a taxa de acumulação de capital é maior que a taxa de aumento da COC que a acompanha tem-se um quadro em que a demanda por força de

mesmo raciocínio vale para o capital constante. Portanto um mesmo montante de capital variável emprega mais trabalhadores com o aumento da COC.

trabalho criada pela acumulação é maior que o EIR criado pelo aumento da COC, assim, o EIR como um todo diminui de tamanho;

(ii) quando a taxa de acumulação de capital é menor que a taxa de aumento da COC que a acompanha tem-se um quadro em que a demanda por força de trabalho criada pela acumulação é menor que o EIR criado pelo aumento da COC, assim, o EIR como um todo aumenta de tamanho;

(iii) quando a taxa de acumulação de capital é igual a taxa de aumento da COC que a acompanha tem-se um quadro em que a demanda por força de trabalho é igual ao EIR criado pelo aumento da COC, assim o EIR como um todo permanece constante;

(iv) e ainda, caso haja uma diminuição absoluta da acumulação de capital ocorre uma expulsão de trabalhadores do exército ativo e um conseqüente aumento do EIR como um todo.

Assim, a própria acumulação de capital com o progresso das forças produtivas produz um EIR que funciona como um reservatório de força de trabalho pronta para ser explorada. Portanto, é o próprio capital (e não a classe trabalhadora) quem controla a oferta de força de trabalho. Deste modo, o capital comanda tanto a demanda por força de trabalho, que depende do nível de acumulação de capital, dada a COC; quanto a sua oferta, que é criada pelo aumento da COC. A seguinte passagem de “O Capital” mostra a descrição de Marx dessa peculiaridade do modo de produção capitalista:

A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando sobre a outra. **É um jogo de dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados.** Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores [devido ao aumento da COC], “liberando-os”, ao mesmo tempo que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho [via intensificação do trabalho e submissão a jornadas de trabalho mais longas], tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores. Nessas condições, **o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital.** (MARX, 2008a. pp.743-744 – grifos meus)

A história da formação do capitalismo na Idade Moderna (séculos XV ao XVIII), período denominado por Marx de acumulação primitiva de capital, mostra que

o mesmo processo de acumulação de capital que concentrou capital em uma escala tal que permitiu o surgimento do capital industrial a partir do final do século XVIII, foi o mesmo que criou um grande reservatório de força de trabalho que não tinha emprego, deprimiu salários e estava disponível ao capital e por isso mesmo foi um fator fundamental para a expansão deste mesmo capital industrial a partir de então.

Segundo Maurice Dobb (1985. pp. 161-162), este imenso reservatório de mão-de-obra disponível ao capital no final do século XVIII e início do século XIX não foi fruto do crescimento demográfico da população (até porque este crescimento foi pequeno entre os séculos XVI e XVIII se comparado ao do século XIX em diante), ele foi criado principalmente pelo declínio da agricultura feudal e do campesinato e dos ofícios artesanais, em um processo que começou no século XVI. Um dos principais eventos que ilustra este processo foi o cercamento de terras para a criação de ovelhas, que foi um dos primeiros passos na transformação da agricultura feudal em indústria capitalista e que teve como resultado a expulsão de camponeses destas terras.

Estes camponeses expulsos, ou tornavam-se pequenos arrendatários de terra, condição esta que se tornou cada vez mais difícil com os constantes aumentos dos preços dos arrendamentos, que eram pressionados pela concorrência dos grandes arrendatários capitalistas (DOBB, 1985. p. 162); ou seguiam para as cidades, onde dificilmente conseguiam se estabelecer como pequenos proprietários, devido às exigências e regulamentações das corporações de ofício, aonde uns poucos conseguiam se associar como aprendizes ou como artesãos atrelados a seus mestres por dívidas (DOBB, 1985. pp. 165-166). Deste modo, a grande maioria dos camponeses expulsos de suas terras que se encaminhava para as cidades caía na mendicância e na ociosidade, para os quais foi criada uma legislação sanguinária, que lhes punia com condenações que iam do trabalho forçado até aos castigos físicos e enforcamento público⁷ (DOBB, 1985. pp.165-168; MARX, 2008a. pp. 848-855). O resultado dessa abundância de força de trabalho ociosa foi a queda do nível dos salários nas corporações de ofício a partir do século XVI e a formação

⁷ Uma descrição deste processo é fornecida por Marx na seguinte passagem: “A população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura” (MARX, 2008a. pp. 850-851). E segundo Dobb (1985. p. 171) essa população urbana errante expulsa de suas terras (e esta legislação trabalhista draconiana para eles) não era típica apenas da Inglaterra, nos séculos XVI a XVIII também eram encontrados na França, na Alemanha e nos Flandres.

de uma classe de trabalhadores assalariados disciplinada e obediente aos ditames e às necessidades do capital (até então, algo não existente), num processo que se estendeu até a revolução industrial⁸.

No final do século XVIII, a revolução industrial tinha a seu dispor este grande reservatório de força de trabalho barata, ao qual foi acrescentado a população trabalhadora que foi ficando supérflua em relação ao capital com o aumento da COC, que se acelerou com a industrialização. Essa massa heterogênea de trabalhadores disponíveis ao capital forma o EIR no capitalismo, que reúne desde pessoas que não encontram emprego em atividades não-capitalistas decadentes (como era o caso dos camponeses expulsos da agricultura feudal e dos antigos aprendizes das corporações de ofício), passando pelas pessoas que são forçadas a vender sua força de trabalho pela insuficiência da renda familiar para atender às suas necessidades físicas e sociais (como as mulheres e, eventualmente, filhos menores dos trabalhadores), até as pessoas que foram expulsas do exército ativo, seja por terem ficado supérfluas em relação ao capital, seja pela diminuição da acumulação ou por terem ficado presas a técnicas obsoletas de produção.

2.2.2. Aumento da composição orgânica do capital, concorrência e proletarização.

Para o capitalista iniciar um processo de produção é necessário ele possuir uma determinada quantia de dinheiro que lhe permita comprar meios de produção e força de trabalho, a composição técnica do capital ditará a proporção entre eles e a quantidade mínima de cada um deles. Os capitalistas enfrentam-se na concorrência, onde quem consegue reduzir mais o preço das mercadorias ganha a batalha, esta redução de preços está diretamente ligada à escala da produção (tamanho do capital) que permite uma maior produtividade do trabalho. Assim na batalha da concorrência o capitalista maior tem vantagem sobre o menor, o último é esmagado pelo primeiro, e com o desenvolvimento do capitalismo “a dimensão mínima do capital individual exigida para se levar adiante um negócio em condições normais” aumenta (MARX, 2008a. p.729) . Os capitais maiores vencem a batalha da concorrência dos principais ramos de produção (que são caracterizados por ter uma

⁸ Não há estatísticas que mostrem a real extensão da diminuição dos salários neste período, Dobb (1985. pp. 170-172) cita uma série de estudos que mostram uma queda constante dos salários reais na Inglaterra e na França a partir de 1500, visível, por exemplo, no aumento do preço do trigo muito acima dos salários.

elevada composição orgânica do capital), e os menores ficam restritos a ramos marginais ou ainda insuficientemente desenvolvidos onde a escala mínima de produção exigida é menor.

Com o desenvolvimento capitalista a parcela da burguesia formada pelos grandes proprietários dos meios de produção vai se tornando cada vez menor em número, porém mais poderosa social e economicamente. Por outro lado, os negócios tocados pela pequena burguesia, constituída pelos proprietários de pequenos capitais com trabalhadores assalariados, e os trabalhadores por conta-própria, que são proprietários dos meios de produção sem trabalhadores assalariados, tornam-se cada vez mais inviáveis dos pontos de vista da técnica e da lucratividade. Estes entram em uma decadência econômica crescente, chegam até mesmo a ter condições de vida inferiores aos dos trabalhadores assalariados, transformando-se em um verdadeiro reservatório de potenciais trabalhadores assalariados, tornando-se efetivamente um deles quando a conjuntura econômica permite. Portanto, estão em processo de proletarização, ou seja, transferência para a classe trabalhadora, queira para o seu exército ativo ou para o EIR.

Há ainda os trabalhadores assalariados destes pequenos capitais decadentes, que estão praticamente em uma “fronteira suja” entre o exército ativo e o EIR: se por um lado eles estão vendendo sua força de trabalho ao capital e, portanto, pertencentes ao exército ativo; por outro a decadência dos pequenos capitais que o empregam faz com que este vínculo empregatício seja mais instável e incerto (e geralmente pior remunerados e em condições de vida abaixo da média) comparado ao dos trabalhadores dos grandes capitais⁹, deste modo os trabalhadores de pequenos capitais estão numa iminência maior para se transferir às fileiras do EIR.

Assim temos mais uma consequência do progresso das forças produtivas sobre a classe trabalhadora: a polarização de um lado de uma burguesia cada vez menor e mais poderosa e de outro a formação de uma massa crescente de trabalhadores assalariados cada vez mais unidos trabalhando em grandes concentrações nos grandes capitais, com o esmagamento das classes sociais

⁹ Um estudo sobre mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 do DIEESE (2011. pp. 187-198) mostra exatamente este quadro para os trabalhadores empregados por micro, pequenas e médias empresas, comparado com a das grandes: maiores taxas de informalidade do contrato de trabalho e rotatividade e menor remuneração.

intermediárias (pequena burguesia e trabalhadores por conta própria) que gradativamente transferem-se às fileiras do exército ativo ou do EIR.

2.3. A FUNCIONALIDADE DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

2.3.1. *Exército industrial de reserva como mecanismo de rebaixamento de salários*

Antes de começar a exposição dos efeitos do tamanho do EIR sobre os salários dos trabalhadores, convém explicar brevemente o que é o salário. O salário é a expressão em dinheiro do custo de reprodução da força de trabalho (CRFT), que é a soma do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência necessários para manter o trabalhador vivo e disposto para trabalhar dia após dia ao capital com a habilidade e a intensidade desejada pelos capitalistas. Estes meios de subsistência necessários incluem também peculiaridades culturais de cada país, ou seja, além do componente biológico, de manutenção da existência física do trabalhador, há um componente social que varia conforme as diferentes necessidades sociais que o trabalhador tem em diferentes realidades sociais em que ele está inserido. Entra neste cálculo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência necessários para manter o trabalhador (o proprietário da força de trabalho) e sua família (o que garante a reprodução da força de trabalho para períodos futuros). O salário não é fixo ao longo do tempo, ele pode sofrer variações cíclicas (onde o seu preço flutua ao redor de seu valor) ou pode também variar por causa de alterações no CRFT.

Na exposição da lei geral da acumulação capitalista, Marx inicialmente pressupõe COC constante. Com este pressuposto não há formação de um EIR, o capital não tem controle sobre a oferta de força de trabalho e a força da acumulação de capital torna-se o único determinante da flutuação cíclica dos salários nominais. Em seguida, Marx abandona este pressuposto, e com o aumento da COC forma-se um EIR pelos motivos já explicados anteriormente, assim chega-se a conclusão de que o tamanho relativo do EIR, ou seja o tamanho absoluto do EIR em relação ao tamanho absoluto do exército ativo, que é maior ou menor conforme a demanda da

acumulação de capital, torna-se o determinante da flutuação cíclica dos salários nominais:

Em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são portanto determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva. (MARX, 2008a. pp. 740-741)

Assim, o tamanho do relativo do EIR e sua flutuação com movimentos cíclicos da acumulação de capital causam uma flutuação cíclica nos salários, derivada das flutuações na relação entre a oferta e a demanda por força de trabalho, dadas pelo EIR e pela acumulação de capital, respectivamente. Nos períodos de aumento da acumulação de capital há um aumento da demanda por força de trabalho e uma diminuição do tamanho do EIR, com a relativa “escassez” da mercadoria força de trabalho o seu preço (o salário efetivamente pago) sofre uma flutuação cíclica para cima em relação ao seu valor, esse aumento do salário nominal chega ao fim quando a acumulação de capital entra em crise. Quando há uma diminuição da acumulação de capital ou uma crise ocorre uma diminuição da demanda por força de trabalho ou até mesmo demissão de trabalhadores assalariados, assim há um aumento cíclico do EIR e uma relativa “abundância” da mercadoria força de trabalho, o que pressiona o seu preço para baixo, e assim uma flutuação cíclica dos salários nominais para baixo.

Nestas variações cíclicas dos salários causadas pela força da acumulação de capital, o tamanho relativo do EIR faz com que estas sejam mais ou menos agudas: quanto maior for o EIR relativamente ao exército ativo, a subida cíclica dos salários da fase prosperidade será menos intensa e a descida cíclica deles na fase de crise será mais forte, o contrário ocorrendo com um EIR pequeno em relação ao exército ativo. Isto ocorre por que: (i) quando há uma aceleração cíclica da acumulação de capital, quanto maior for o EIR em relação ao exército ativo, tanto maior terá que ser a força da acumulação de capital para escassear a mercadoria força de trabalho, portanto os salários sofrem uma flutuação cíclica para cima menor, o contrário ocorrendo com um EIR menor; (ii) quando há uma desaceleração cíclica ou crise da acumulação de capital, os trabalhadores expulsos do exército ativo engrossam o

EIR, que quanto maior o seu tamanho relativo, maior a pressão para a flutuação cíclica dos salários para baixo.

Além dessa flutuação cíclica dos salários, o aumento da COC, que é a expressão do aumento da produtividade do trabalho, causa um rebaixamento do custo de reprodução (ou valor) da força de trabalho (e conseqüentemente também o seu preço), ou seja, o salário, uma vez que as mercadorias que o compõe se desvalorizam com este aumento da produtividade do trabalho. Assim, há também uma tendência de queda do valor de um determinado CRFT ao longo do tempo, que é uma conseqüência direta do progresso das forças das forças produtivas, que desvaloriza os componentes dele. Entretanto, a cesta de valores de uso que compõem o CRFT não é fixa ao longo do tempo. Tirando as necessidades que não dizem respeito à mera sobrevivência física do trabalhador e de sua família, sobra o componente social do CRFT, que é variável conforme a correlação de forças entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Nesta correlação de forças, o tamanho relativo do EIR é fundamental para dar mais força para um ou outro lado desta luta.

Um EIR que se mantenha pequeno em relação ao exército ativo ao longo do tempo dificulta a substituição de trabalhadores com altos salários por trabalhadores com baixos salários, os trabalhadores podem exigir melhores condições de trabalho e de vida material, pois a pressão do desemprego é pequena, o que permite aos trabalhadores acrescentar mais mercadorias ao seu CRFT e elevar o seu padrão de vida. A aceleração da acumulação de capital exaure rapidamente o pequeno EIR, o que causa aumentos salariais que chegam até mesmo a comprometer a lucratividade do capital.

Por outro lado, um EIR que se mantenha grande em relação ao exército ativo ao longo do tempo permite aos capitalistas comprar força de trabalho ao menor salário possível, os trabalhadores empregados com melhores salários podem ser demitidos e facilmente substituídos por trabalhadores com salários menores, afinal há um grande contingente de trabalhadores disponíveis, a pressão do desemprego é grande e leva o trabalhador, por uma questão de sobrevivência, a se sujeitar a qualquer tipo de condição de trabalho e salário, é muito mais difícil para os trabalhadores acrescentarem mais mercadorias ao seu CRFT, e o padrão de vida se mantém baixo. A aceleração da acumulação de capital encontra um grande reservatório de força de trabalho disponível que muito dificilmente é exaurido e que é

comprado a um salário quase fixo e baixo, os aumentos salariais quando existem são pequenos e a desaceleração e crise da acumulação de capital só faz aumentar um EIR já grande o que aumenta ainda mais o despotismo do capital com maiores possibilidades de rebaixamento da condição de vida dos trabalhadores.

Neste sentido, o tamanho relativo do EIR ajuda a explicar as diferenças de padrão de vida dos trabalhadores nos diferentes países capitalistas. Nos países capitalistas desenvolvidos, os níveis de desenvolvimento técnico e de capitalização são presumivelmente mais homogêneos entre os diversos ramos da economia, o que dificulta, entre outras coisas, a existência de pequenos negócios e o trabalho por conta-própria, ou seja, dificulta a própria existência do EIR estagnado, como será estudado na seção seguinte. O nível de acumulação de capital é tão grande que praticamente exauriu as camadas mais profundas do EIR, sobrando quase que apenas o EIR flutuante (trabalhadores desempregados, como será estudado na próxima seção), portanto o EIR como um todo tende a ser pequeno em relação ao exército ativo. Assim, explica-se, em parte, o alto padrão de vida dos trabalhadores desses países e o quanto é mais difícil rebaixá-lo nos períodos de crise.

O contrário ocorre nos países capitalistas subdesenvolvidos, onde os níveis de desenvolvimento técnico e de capitalização são presumivelmente mais heterogêneos entre os diversos ramos da economia, o que facilita a existência de pequenos negócios e o trabalho por conta-própria em ramos ainda pouco dominados pelo grande capital, ou seja, permite a formação de um grande EIR estagnado, que se converte em um verdadeiro reservatório de trabalhadores que dificilmente conseguirão emprego pelo capital. O nível de acumulação de capital está longe de exaurir completamente as camadas mais profundas do EIR, que somadas ao EIR flutuante faz com que o EIR como um todo seja grande em relação ao exército ativo. E assim, o padrão de vida dos trabalhadores destes países tende a ser mais baixo, mais heterogêneo e de mais fácil rebaixamento quando há uma crise do capital.

2.3.2. Exército industrial de reserva como mecanismo de aumento da intensidade do trabalho

O tamanho relativo do EIR também tem conseqüências no despotismo do capital sobre o trabalhador. A pressão causada pela possibilidade de ser demitido e não encontrar outro emprego que o trabalhador assalariado enfrenta diariamente,

pressão esta que é tão maior quanto maior for o EIR, permite ao capital implantar novas técnicas de divisão do trabalho que aumentam a intensidade do trabalho¹⁰.

Esse aumento da intensidade faz aumentar ainda mais a COC e o EIR, ou seja, mais do que já o seriam com a intensidade do trabalho mantida constante. Isto por que: (i) com o aumento da intensidade, um trabalhador individual desgasta mais meios de trabalho (máquinas e equipamentos) e trabalha uma maior quantidade de objetos de trabalho (matérias-primas) em um mesmo espaço de tempo¹¹, isso significa uma maior proporção de meios de produção em relação a força de trabalho, portanto maior composição técnica do capital, e conseqüentemente, maior COC; (ii) esta COC maior redundando em uma menor demanda relativa do capital por força de trabalho, o que ajuda a engrossar ainda mais as fileiras do EIR, e este EIR maior acaba funcionando como um estímulo a aumentar ainda mais a intensidade do trabalho, gerando assim um círculo vicioso para a classe trabalhadora.

Além disso, o aumento da intensidade do trabalho é uma fonte de enriquecimento adicional para os capitalistas, uma vez que com isso há uma combinação de aumento da mais-valia pela via relativa - com o aumento da COC, pelos motivos já desenvolvidos no parágrafo anterior - e pela via absoluta - uma vez que o aumento da intensidade do trabalho funciona como um prolongamento da jornada de trabalho, pois o trabalhador individual dispense uma maior quantidade de sua força de trabalho em um mesmo espaço de tempo.

Por último, o poder de pressão dos trabalhadores sobre os capitalistas diminui, uma vez que os últimos terão a arma da “pressão do desemprego” sobre os primeiros, e as lutas dos trabalhadores por melhores salários, melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho entre outras ficam enfraquecidas.

¹⁰ Intensidade do trabalho é o tamanho do dispêndio de força vital de trabalho em um determinado período de tempo de trabalho.

¹¹ Um aumento da intensidade do trabalho da maneira que está acima descrita pode dar a falsa impressão de que isto só é possível nos trabalhadores do capital industrial, como quando um trabalhador da indústria de transformação se depara com um aumento da velocidade das máquinas ou tem um maior número delas sob sua vigilância e responsabilidade ou quando um trabalhador agrícola tem que colher mais no mesmo espaço de tempo com as mesmas ferramentas (e a mesma qualidade do solo). Entretanto, este aumento da intensidade do trabalho também é possível de ser obtido entre os trabalhadores dos capitais comercial e bancário, como, por exemplo, quando estes trabalhadores são obrigados a bater metas de vendas cada vez maiores ou atender mais clientes em menos tempo.

2.4. AS FORMAS CONCRETAS DE EXISTÊNCIA DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

O desenvolvimento capitalista e a conseqüente formação de um EIR levam a população trabalhadora que o compõe a diferentes estratégias de sobrevivência enquanto não são trabalhadores do capital e, portanto, não recebem um salário que lhe permita sobreviver. Deste modo, a massa que compõe o EIR não é homogênea, pelo contrário é formada por grupos bastante heterogêneos, tanto no que diz respeito às suas condições de vida médias quanto no tempo provável de permanência no EIR e até mesmo diferentes origens de classe.

O EIR é composto por todos os membros da classe trabalhadora que não conseguem vender sua força de trabalho ao capital, podendo estar desocupados ou ocupados em atividades não dominadas pelo capital, com fins mercantis ou não. Ou seja, o EIR não é constituído apenas por trabalhadores desempregados: apesar deste grupo certamente ser o mais fluído e mais facilmente recrutável ao trabalho assalariado do EIR, a ele juntam-se uma série de trabalhadores que, ainda que não estejam necessariamente a procura de emprego pelo capital, estão ocupados em atividades não dominadas pelo capital, seja em atividades não dirigidas ao mercado como os empregados domésticos e as donas-de-casa, ou ainda em atividades dirigidas ao mercado como os trabalhadores por conta-própria que trabalham para o público no comércio varejista ou na pequena produção mercantil, por exemplo.

Marx distingue três formas de existência do EIR: (i) flutuante, que são “os trabalhadores ora repelidos ora atraídos por setores da indústria, conforme a conjuntura” (MARX, 2008a. p. 745); (ii) latente, que são os trabalhadores “sempre na iminência de transferir-se para o proletariado e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência” (MARX, 2008a, p.746); e (iii) estagnada, que são os “trabalhadores com ocupação irregular, fonte inesgotável de trabalho disponível com condições de vida abaixo da classe trabalhadora” (MARX, 2008a. p. 747). Há ainda menções ao pauperismo, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” e ao lumpemproletariado, “o rebotalho do proletariado”.

Estas definições foram retiradas das primeiras páginas do item 4 do capítulo 23 do livro I de “O Capital” e são repetidas à exaustão como argumentos de autoridade nos poucos trabalhos que debatem o conceito de EIR sob a ótica

marxista, na grande maioria dos casos de maneira superficial¹². Isto é no mínimo equivocado, pois impede o pesquisador de conseguir enxergar com um mínimo de clareza o real tamanho do EIR nas economias capitalistas, tanto no passado como no presente.

Os efeitos do tamanho do EIR sobre as condições de vida e de luta de classe dos trabalhadores e sobre a acumulação de capital são de relevante importância, como foi discutido nas seções anteriores deste capítulo da dissertação. Portanto, qualquer estudo que pretenda analisar estes aspectos da economia capitalista sob um referencial teórico marxista está seriamente comprometido se o EIR for desconsiderado, como ocorre quando se tomam as estatísticas oficiais de emprego e desemprego acriticamente ou quando apenas repete-se o que Marx já escreveu.

Nesta dissertação parte-se destas definições de Marx no livro I de “O Capital” e procura-se desenvolvê-las, buscando descobrir quais parcelas da classe trabalhadora compõem cada uma destas camadas. Para isto em um primeiro momento debate-se o porquê da divisão do EIR nas camadas flutuante, latente e estagnada; posteriormente discutem-se os conceitos de pauperismo e lumpemproletariado; por fim, a composição de cada uma destas camadas e a dinâmica do movimento entre elas e o exército ativo e a pequena burguesia são analisadas com mais profundidade.

2.4.1. A divisão do EIR em três camadas

Ao dividir o exército industrial de reserva em três camadas Marx buscou não só categorizar um grupo heterogêneo, mas também graduá-las conforme a disponibilidade relativa de cada uma para as necessidades imediatas da acumulação de capital. As camadas estão ordenadas segundo a facilidade do processo do trabalhador deixar de pertencer a cada uma delas para vender sua força de trabalho ao capital.

¹² Para fazer esta dissertação, o autor procurou na produção acadêmica brasileira produções sobre o EIR. No banco de teses e dissertações da CAPES não foi encontrada nenhum trabalho cujo objetivo central fosse o de desenvolver teoricamente o conceito de EIR, mas há uma gama considerável de trabalhos que trabalham de alguma forma o conceito de EIR por procurar estudar algumas características do trabalhador desempregado (principalmente as suas organizações de luta), que está inserido no EIR flutuante, a partir de um referencial marxista. Entretanto, quando estes autores partem para um estudo sumário das demais camadas do EIR surge o problema da mera repetição do que Marx escreveu, como pode ser visto em Cangussu de Souza (2010. pp. 37 e 387-390) e Ferraz (2010. pp. 73-78). Problemas deste tipo também aparecem em outros trabalhos que de alguma forma trabalham em algum momento com o conceito de EIR, como Viana (2006. pp. 1016-1017) e um artigo de John Bellamy Foster de 2011.

Neste sentido um trabalhador desocupado (e a procura de emprego) está mais facilmente disponível ao capital do que um trabalhador ocupado não-assalariado pelo capital ou por suas instituições acessórias. Por isso os trabalhadores desempregados pertencem à camada flutuante do EIR. O nome “flutuante” remete tanto a flexibilidade do seu tamanho quanto ao tempo que o trabalhador pode ficar nesta camada. É flutuante porque é a camada que mais varia de tamanho conforme o ciclo de acumulação, nos períodos de aceleração e crescimento é a camada do EIR que mais rapidamente diminui, nos períodos de crise é a camada que mais aumenta. É flutuante também porque o trabalhador passa relativamente pouco tempo nela (é impossível ficar nesta camada por toda a sua vida útil de trabalho, por exemplo), pois um trabalhador não pode ficar período de tempo muito prolongado desocupado e sem salário, isto compromete a sua própria sobrevivência física e moral, sendo forçado a procurar estratégias de sobrevivência no trabalho por conta-própria quando não encontra emprego pelo capital, descendo assim para camadas mais profundas do EIR.

Nas camadas latente e estagnada do EIR o trabalhador está ocupado em atividades não-assalariadas pelo capital, deste modo o trabalhador destas camadas não está tão disponível ao assalariamento quanto o da camada flutuante. Comparando com a variabilidade da camada flutuante, nestas duas camadas a força da acumulação de capital tem que ser mais forte para diminuí-las e a crise do capital tem que ser mais severa para aumentá-las. O tempo que o trabalhador permanece nelas também é maior do que na camada flutuante podendo, uma vez chegando nelas, permanecer aí o resto da vida útil de trabalho, ou até mesmo passar a vida inteira de trabalho numa dessas camadas sem jamais chegar a vender sua força de trabalho ao capital.

A diferença entre as camadas latente e estagnada está na inserção ou não da sua produção no mercado capitalista. Os trabalhadores da camada latente não estão inseridos mercado capitalista, suas ocupações estão ligadas a atividades de auto-subsistência, produção doméstica ou restos de outros modos de produção. A transferência destes trabalhadores para o exército ativo do proletariado ou para outras camadas do EIR depende da entrada do capital nestas esferas de produção não-capitalistas. Esta transferência pode ocorrer também por pressão da acumulação de capital, como quando a força de trabalho feminina, antes na produção doméstica, integra-se à produção capitalista.

Por sua vez, os trabalhadores da camada estagnada estão ocupados em atividades que estão inseridas no mercado capitalista, mas não estão subordinados ao capital, ou seja, não são trabalhadores assalariados do capital. Nesta camada estagnada do EIR estão incluídos todos aqueles trabalhadores que trabalham por conta-própria sem relações contratuais (formais ou informais) com empresas capitalistas em atividades voltadas para o mercado, ou seja, todo o tipo de venda de prestação de serviços (jardineiros, engraxates), pequenos comércios (feirantes, vendedores ambulantes) e pequenos agricultores mercantis. A camada estagnada do EIR também é uma das “portas de entrada” da pequena burguesia pauperizada no proletariado, com seus pequenos negócios arruinados pelo desenvolvimento capitalista gradativamente transformam-se de empregadores em trabalhadores por conta-própria. O tempo de permanência do trabalhador no EIR estagnado é o maior de todas as camadas, o trabalhador que regride da condição de assalariado para a de conta-própria dificilmente volta a se assalariar, a força de atração da acumulação de capital tem que ser muito forte para isso acontecer.

As camadas flutuante e estagnada também estão ordenadas em degradação da capacidade de trabalho crescente. Pode-se imaginar que o ser humano tem uma determinada capacidade de trabalho que é consumida ao longo de sua vida útil de trabalho, e esta capacidade de trabalho não necessariamente é consumida em porções constantes ao longo do tempo, mas sim acompanhando o vigor físico e intelectual da pessoa – quanto maior este vigor, maior pode ser o consumo desta capacidade. Comparando com os trabalhadores mais velhos, os trabalhadores mais jovens têm, em geral, mais vigor físico e intelectual e por isso são mais demandados pelo capital, uma vez que deles consegue-se extrair uma maior quantidade de trabalho (devido às maiores possibilidades de intensificar o trabalho destes). Com isso, estes trabalhadores jovens que ainda tem muita capacidade de trabalho a ser explorada pelo capital têm maiores perspectivas imediatas de vender sua força de trabalho quando estão desempregados; por isso há um acúmulo destes na camada flutuante do EIR.

Já os trabalhadores que estão com sua capacidade de trabalho reduzida, justamente devido à exploração que foram submetidos enquanto pertenciam ao exército ativo, são por este motivo pouco demandados pelo capital, que só os utiliza quando esgotadas as possibilidades de comprar força de trabalho com plena capacidade de trabalho. Como eles têm pouca perspectiva de vender sua força de

trabalho ao capital, muitos deles encontram estratégias de sobrevivência no trabalho eventual ou no trabalho autônomo, por isso há uma concentração deles na camada estagnada do EIR. Há ainda os trabalhadores que tiveram sua capacidade de trabalho quase que totalmente exaurida pelo capital¹³ e que se encontram impossibilitados de trabalhar, e por esse motivo estão fora do EIR (por não estarem disponíveis ao capital) e precisam ser sustentados pela classe trabalhadora.

2.4.2. O pauperismo e o lumpemproletariado

Além destas três categorias do exército industrial de reserva, Marx acrescenta que “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, no pauperismo” (MARX, 2008. p. 747). Mas afinal o que é o pauperismo? Trata-se de uma quarta camada do EIR ou a condição social de parte da classe trabalhadora? Não há nenhum consenso entre os marxistas na interpretação do que é o pauperismo. Primeiramente pode-se imaginar que o pauperismo é uma espécie de quarta camada do EIR, o que é estranho, pois no início da exposição da composição do EIR Marx diz que este é dividido em três camadas. E a apresentação do conceito de pauperismo em “O Capital” ajuda a alimentar esta confusão, pois ainda Marx divide os trabalhadores pauperizados em três categorias: (i) aptos para o trabalho, (ii) órfãos e filhos de indigentes e (iii) incapazes de trabalhar.

Entretanto, o pauperismo é um conceito que Marx usa em outras passagens de “O Capital” e em outras obras sem considerá-lo necessariamente como uma camada a parte do EIR. Um exemplo disso é o próprio enunciado da lei geral da acumulação capitalista, onde, após ele falar do aumento do EIR como consequência do desenvolvimento capitalista, lê-se o seguinte:

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2008a. p.748)

¹³ Este esgotamento pode ser físico ou mental e se manifesta através de “doenças ocupacionais” que impedem a pessoa de continuar trabalhando, como a lesão por esforço repetitivo e a depressão, por exemplo. Há também acidentes de trabalho podem desde reduzir parcialmente a capacidade de trabalho até incapacitar totalmente o trabalhador.

Nesta passagem pode-se abrir um vasto leque de polêmicas. Uma primeira delas é a existência de uma “superpopulação consolidada”, que parece ser uma parcela do EIR que dificilmente encontrará emprego pelo capital em um curto espaço de tempo, como é o caso de parte do EIR latente e praticamente todo o EIR estagnado. Por isso seria “consolidada” em contraposição a uma superpopulação “temporária”, como a do EIR flutuante; de todo modo, a expressão “superpopulação consolidada” aparece apenas nesta passagem de “O Capital”. E, segundo esta passagem, quanto maiores forem estas superpopulação consolidada e o EIR, maior o pauperismo – que aqui parece não ser uma camada do EIR, mas uma condição de pobreza dos trabalhadores do EIR¹⁴.

Outra controvérsia famosa que nasce desta passagem é a questão se esta pauperização ocorre em termos absolutos ou relativos no capitalismo. O pauperismo absoluto é a impossibilidade de o trabalhador comprar alguns meios de consumo vitais para a sua sobrevivência física, que se manifesta, por exemplo, no consumo insuficiente de alimentos e/ou na condição precária/insalubre das moradias de amplas parcelas da classe trabalhadora. O pauperismo também pode ser medido em termos relativos que é medido pela comparação do padrão de vida alcançado pela classe trabalhadora com o padrão de vida da burguesia, por mais que ambos cresçam quando o padrão de vida burguês cresce mais que o do trabalhador, este fica relativamente mais pobre (o CRFT em termos de valor diminui) por mais que seu padrão de vida absoluto tenha aumentado (com o aumento da quantidade e qualidade das mercadorias incorporadas ao CRFT)¹⁵. Ou seja, o trabalhador não precisa ter o seu padrão de vida rebaixado para entrar em um processo de pauperização relativa, que com o progresso das forças produtivas ocorre com todas as camadas da classe trabalhadora, desde as que estão imersas no pauperismo absoluto até as mais bem remuneradas.

Tanto o pauperismo absoluto quanto o pauperismo relativo são encontrados no capitalismo. A diferença é que o primeiro diz respeito ao padrão de vida abaixo do que se considera socialmente digno de parte da classe trabalhadora, enquanto

¹⁴ Há ainda uma passagem do capítulo 17 de “Teorias da mais-valia” onde Marx afirma que: “A produção capitalista providencia para contingências inesperadas de sobre-trabalho uma parcela da população trabalhadora e mantém a outra como exército de reserva imediato constituído parcial ou inteiramente por pessoas pauperizadas” (MARX, 1980. p. 914)

¹⁵ Um resumo deste debate entre pauperismo absoluto e relativo, o qual não se pode estender exaustivamente aqui nesta dissertação, está presente em “A formação do pensamento econômico de Karl Marx” (MANDEL, 1968. pp. 143-157).

que o segundo diz respeito a uma tendência do desenvolvimento capitalista em rebaixar o padrão de vida médio da classe trabalhadora comparado ao da classe capitalista.

Mais adiante no capítulo da lei geral da acumulação capitalista, Marx torna a falar do pauperismo:

Antes, uma palavra sobre o pauperismo oficial ou aquela parte da classe trabalhadora que perdeu a sua condição de existência, a venda da força de trabalho, e vegeta na base da caridade pública. [...] A análise da estatística de indigentes põe em evidência dois pontos. Primeiro, o aumento e a diminuição da massa de indigentes refletem as mudanças periódicas do ciclo industrial. Segundo, a estatística oficial vai deixando de **registrar a verdadeira extensão do pauperismo à medida que se desenvolve, com a acumulação de capital, a luta de classes, e, em consequência, tomam os trabalhadores consciência da sua própria dignidade.** (MARX, 2008a. pp. 758-759 – grifos meus)

Nesta passagem, novamente parece que o pauperismo a que Marx se refere em “O Capital” diz respeito à condição de pobreza relativa de parte da classe trabalhadora, incluindo os trabalhadores do exército ativo além dos que estão no EIR, principalmente no trecho grifado, onde ele diz que o pauperismo é maior do que a estatística oficial mostra (que parece ser mais próxima do conceito de pauperismo absoluto), uma vez que ela contempla apenas os trabalhadores não-assalariados. Isto se confirma na leitura dos itens seguintes do capítulo 23 do livro I, onde Marx mostra, através de estatísticas oficiais e relatórios do parlamento britânico, que todas as parcelas da classe trabalhadora, desde as mais mal pagas até a sua “aristocracia” sofrem um processo de pauperização relativa ao longo do tempo.

Há ainda uma passagem nos “Grundrisse” em que Marx (1972. p. 110) coloca o trabalhador assalariado como um pobre (em termos absolutos) em potencial, pois a condição que lhe permite ter acesso aos meios de subsistência, ou seja, a venda da sua força de trabalho em troca de um salário, depende de circunstâncias sobre as quais ele não tem nenhum controle, uma vez que o capital controla tanto a demanda quanto a oferta por força de trabalho.

Portanto, nesta dissertação entende-se que o “pauperismo” é a condição de pobreza absoluta e/ou relativa de parcelas da classe trabalhadora no capitalismo, sendo que o pauperismo absoluto é encontrado tanto no exército ativo quanto no exército de reserva, mas em maior proporção no último que no primeiro. E todas as

parcelas da classe trabalhadora, tanto do exército ativo quanto o de reserva, sofrem um processo de pauperização relativa ao longo do tempo.

Há ainda o “lumpemproletariado” que é uma parcela da classe trabalhadora totalmente degradada socialmente e que não está disponível para o assalariamento pelo capital. São, segundo Marx, os criminosos, as prostitutas, os mendigos; nos dias de hoje pode-se incluir os traficantes e os viciados em drogas, os meninos de rua e toda uma série de pessoas que tiveram suas vidas desgraçadas pelo capitalismo. O lumpemproletariado nasce da pobreza absoluta permanente de amplas parcelas da classe trabalhadora que acaba com qualquer perspectiva e ilusão de ter uma existência digna, o que faz algumas pessoas que vivem nesta situação cair na marginalidade e por fim tornam-se imprestáveis para o trabalho assalariado e para qualquer outro tipo de ocupação¹⁶. Em seus escritos políticos, Marx também descreve o lumpemproletariado como uma série de elementos marginais politicamente reacionários, como mostra a seguinte passagem de “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”:

A pretexto de fundar uma sociedade beneficente o lumpemproletariado de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia de um general bonapartista. Lado a lado com roués decadentes, de forma duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, alcoviteiros, donos de bordéis, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma toda essa massa indefinida e desintegrada” (MARX, 1997. p. 79).

As três categorias de trabalhadores pauperizados descritas por Marx em “O Capital” logo após as três camadas do EIR encontram-se diluídas nas várias camadas do exército de reserva e do exército ativo. Os “aptos para o trabalho” são os trabalhadores que, ainda que tenham caído na condição de pobreza absoluta, não se transformaram em lumpemproletariado e estão em condições de se assalariarem assim que a acumulação de capital demandar. Neste grupo estão

¹⁶ Em um artigo para o New York Daily Tribune de 1859 intitulado “Sobre a população, o crime e o pauperismo”, Marx comenta a redução da criminalidade na Grã-Bretanha e na Irlanda nos anos 1850. Enquanto a interpretação corrente deste fenômeno colocava como a causa desta redução a imposição de leis com penas mais rigorosas, Marx chamou a atenção para a queda do número de pobres devido à prosperidade econômica desta década, fazendo uma correlação entre miséria e criminalidade.

todos os trabalhadores que vivem na pobreza absoluta¹⁷, seja no exército da ativa ou no EIR.

Os “órfãos e filhos de indigentes” dizem respeito aos filhos dos trabalhadores que vivem na pobreza absoluta e por esse motivo estão próximos de se transferir para o lumpemproletariado. Caso isto não ocorra eles estarão disponíveis à acumulação de capital ou viver das ocupações precárias do EIR latente ou estagnado no futuro quando tiverem idade para trabalhar ou até mesmo enquanto são crianças, como é o caso da exploração do trabalho infantil nas “work-houses” inglesas no século XIX ou nos rincões mais atrasados do Brasil até hoje¹⁸.

Os “incapazes de trabalhar” são aqueles trabalhadores que não estão mais disponíveis para venda de força de trabalho ao capital, seja por estarem presos a técnicas ultrapassadas de produção, seja por terem sido mutilados física e mentalmente pelo processo de trabalho (mutilados, lesionados, depressivos). Estes trabalhadores não pertencem nem ao exército ativo e nem ao EIR, pois estão permanentemente indisponíveis ao capital, por isso Marx chama este grupo de “asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e peso morto do exército industrial de reserva” ao qual pode-se adicionar também os trabalhadores aposentados.

Tendo em mente os conceitos de exército ativo, EIR, incapazes de trabalhar, pauperismo e lumpemproletariado é possível inferir a real extensão da classe trabalhadora no capitalismo. Esta classe é formada por todas aquelas pessoas que precisam vender sua força de trabalho para sobreviverem, mesmo que se encontrem impossibilitadas de vendê-la. Portanto, a classe trabalhadora abarca as pessoas que estão no exército ativo e no EIR, ou seja os trabalhadores assalariados e os não-assalariados que estão em algum grau disponíveis ao capital e suas instituições acessórias, e os que se encontram incapazes de trabalhar e o lumpemproletariado, ou seja não podem vender sua força de trabalho de capital e suas instituições acessórias. Parcelas da classe trabalhadora estão imersas no pauperismo, com maior intensidade no EIR, entre os incapazes de trabalhar e no lumpemproletariado.

¹⁷ Ainda que seja difícil definir o que é pobreza absoluta. Cada país e cada período histórico tem a sua definição de pobreza absoluta dependendo das condições de vida média da classe trabalhadora e do grau de desenvolvimento capitalista.

¹⁸ Segundo estudo do DIEESE (2001), em torno de 3 a 4 milhões de crianças com menos de 14 anos de idade trabalhavam no Brasil no início dos anos 2000. Os pais destas crianças geralmente estão ocupados, porém com rendimentos muito baixos, estas crianças em geral freqüentam a escola mas com defasagem série/idade e muitas acabam evadindo, trabalham longas jornadas para a sua idade (em média 30 horas semanais, sendo que 25% delas mais de 45 horas semanais), e recebem muito pouco por seu trabalho (em média menos de meio salário mínimo).

Deste modo, a classe trabalhadora tende a ser a grande maioria da população nos países capitalistas. Mas apesar de seu tamanho, a classe trabalhadora é um grupo heterogêneo, as condições de vida dos trabalhadores são desiguais entre os e dentro dos diferentes grupos que a compõe, e disperso, pois os trabalhadores do exército ativo estão ocupados em uma vastidão de diferentes capitais e os demais trabalhadores encontram-se isolados uns dos outros. Além disso, há a concorrência entre os trabalhadores do exército ativo e do EIR para a venda de força de trabalho ao capital e suas instituições acessórias.

Neste sentido, o progresso das forças produtivas ao concentrar capital em escalas cada vez maiores e ao desqualificar crescentemente a força de trabalho tende a tornar a classe trabalhadora mais homogênea e menos dispersa, mas um processo tendencial, e por isso bastante lento. Este mesmo progresso das forças produtivas também produz a tendência de crescente pauperização relativa da classe trabalhadora, tendência esta que se manifesta de maneira tão mais profunda quanto maior for o EIR. Estas duas tendências atuando conjuntamente tornam-se uma força que impulsiona o potencial revolucionário da classe trabalhadora, assim como Marx procurou demonstrar na seguinte passagem:

À medida que diminui o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; **mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção.** O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade capitalista. Os expropriadores são expropriados. (MARX, 2008a. p. 876 – grifos meus)

2.4.3. Camada flutuante (trabalhadores desocupados)

Sabendo o que é pauperismo e lumpemproletariado e qual a sua relação com o EIR, pode-se aprofundar o estudo das três camadas que compõe o EIR, começando pela primeira delas: a camada flutuante. O EIR flutuante é constituído pela população desempregada pelo capital e sem ocupação. Neste sentido, as taxas de desemprego medidas pelas estatísticas oficiais são espécie de mensuração do tamanho do EIR flutuante, entretanto o limite das estatísticas de desemprego para

uma análise marxista está justamente no fato de que elas se restringem ao EIR flutuante e não contemplarem as outras camadas.

Das camadas do EIR, a flutuante é a mais dinâmica e variável. Dois são os fatores que explicam este dinamismo do EIR flutuante: (i) o movimento do ciclo de acumulação de capital; e (ii) a rotatividade da força de trabalho.

O ciclo de acumulação de capital age no sentido de, na fase de prosperidade, aumentar a demanda do capital por força de trabalho que é atendida mais rapidamente pela camada flutuante do que pelas demais do EIR. Isto ocorre porque no EIR flutuante, comparadamente às camadas mais profundas, estão os trabalhadores mais imediatamente disponíveis ao capital, pois estão sem ocupação e quase sempre sem renda própria, e mais aptos ao trabalho, uma vez que há aí uma concentração de trabalhadores jovens. Isto causa uma diminuição maior e mais rápida do EIR flutuante que nas demais camadas, onde a demanda por força de trabalho tem que ser maior para absorver parte delas.

Quando a acumulação de capital entra em crise a ponto de expulsar trabalhadores do exército ativo, o primeiro destino deles é o EIR flutuante, por isto esta camada é a que mais aumenta nos períodos de crise. Um tempo muito prolongado de desemprego pode levar o trabalhador a procurar alguma estratégia de sobrevivência nas camadas mais profundas do EIR, portanto a crise do capital tem que ser mais severa para aumentá-las.

Estes movimentos cíclicos da acumulação de capital pressionam o EIR, em especial a sua camada flutuante, e provocam movimentações cíclicas nos salários, e estas são maiores ou menores conforme o tamanho relativo do EIR, como foi estudado na subseção 2.2.1 deste capítulo. Mas há outro fator que também funciona como força depressora dos salários e que está diretamente ligado ao EIR flutuante: a rotatividade da força de trabalho.

Por abrigar os trabalhadores mais imediatamente disponíveis e aptos ao trabalho, parcelas do EIR flutuante são constantemente recrutadas para o exército ativo e ao mesmo tempo parcelas deste são constantemente rejeitadas. Assim, quanto maior a camada flutuante, maiores as possibilidades dos capitalistas demitirem trabalhadores com salários maiores (expulsando-os do exército ativo para o EIR flutuante) para contratar trabalhadores com salários mais baixos aí disponíveis. Este fluxo constante de trabalhadores entre o exército ativo e o EIR flutuante, que é convencionalmente chamado de rotatividade do trabalho, é um

mecanismo de rebaixamento dos salários a disposição do capital. Quanto menor a proteção legal ao contrato de trabalho maior tende a ser a rotatividade.

A título de ilustração, pode-se ter um quadro do tamanho deste fenômeno na economia brasileira nos anos 2000 com os dados do CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego) sobre a criação e destruição de empregos com carteira de trabalho assinada (ou seja, apenas os empregos formais) disponibilizado pelo Anuário dos Trabalhadores do DIEESE. Aí é possível ver a contratação de trabalhadores com salários mais baixos e a demissão de trabalhadores com salários mais altos.

Entre 2000 e 2010 houve a criação de 12,8 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada, separando estes empregos criados em faixas salariais constata-se que neste período foram criados 16,4 milhões de empregos com remuneração de até 2 salários mínimos e destruídos 3,6 milhões de empregos com remuneração de mais de dois salários mínimos¹⁹. Neste período, 142,2 milhões de trabalhadores foram contratados e 124,9 milhões foram demitidos, o que dá para ter uma noção do tamanho da rotatividade do emprego no Brasil e quanto o trabalhador é constantemente jogado do exército ativo para o EIR flutuante e vice-versa, uma vez que o número de contratações e demissões chega a ser maior que o total da população economicamente ativa brasileira. E isto que estes dados dizem respeito apenas aos empregos formais, de acordo com o DIEESE (2010) a rotatividade dos empregos sem carteira assinada são ainda maiores e os seus salários são em média menores.

Quando o EIR flutuante começa a se esgotar há uma pressão por aumento dos salários do exército ativo, mas isto é amortecido pela força de trabalho disponível no EIR latente e estagnado. Quando o capital começa a demandar trabalhadores destas camadas mais profundas do EIR com mais intensidade, os trabalhadores destas camadas começam a ter melhores perspectivas de vender sua FT ao capital. Com a menor disponibilidade relativa destes trabalhadores do EIR latente e estagnado (já que alguns deles foram recrutados para o exército ativo), diminui a oferta dos serviços e produtos por eles vendidos (serviços domésticos e pessoais, por exemplo) e, mantendo a demanda por estes constante, começam a

¹⁹ Convém fazer a ressalva que 2 salários mínimos equivalem a R\$ 714,00 em 2000 e a R\$ 1.224,00 em 2010 em reais de 2013 (IPEADATA, 2013). Ou seja, muitos trabalhadores que ganhavam mais de dois salários mínimos em 2000 podem ter caído para a faixa de menos de 2 salários mínimos ao longo do período se seus salários foram reajustados abaixo dos reajustes do mínimo.

encarecer (aumento do preço cobrado por diaristas e jardineiros por seus serviços, por exemplo). O contrário ocorre quando o capital entra em crise e demite trabalhadores do exército ativo, o que acaba aumentando não só o EIR flutuante como as suas outras camadas mais profundas (e aumenta a oferta dos serviços e produtos vendidos pelos trabalhadores destas camadas).

No EIR flutuante estão aqueles trabalhadores com perspectivas de conseguir vender a sua força de trabalho ao capital (mas encontram dificuldades passageiras para isto por terem pouca ou nenhuma experiência de trabalho anterior) que por não terem rendimento conseguem sobreviver com a ajuda de outras pessoas, como os trabalhadores mais jovens que são sustentados por suas famílias, por isso a taxa de desemprego neste grupo é sempre maior que entre os trabalhadores mais experientes. Os trabalhadores que encontram dificuldades de vender sua força de trabalho ao capital por preconceitos sociais, como as mulheres e os negros e os com baixa escolaridade no caso brasileiro, tendem a ficar mais tempo no EIR flutuante do que os trabalhadores que não tem estas características, como os homens brancos com escolaridade média ou alta, por isso as taxas de desemprego são sempre maiores no primeiro grupo que no segundo. Há ainda os trabalhadores do EIR flutuante que sem mais possibilidades de viver desempregado, sem rendimentos e sem perspectivas de assalariamento regridem para o trabalho por conta-própria ou de auto-subsistência, ou seja, se transferem para as outras camadas mais baixas do EIR, aqui estão principalmente os trabalhadores mais velhos e que são chefes de família, onde a taxa de desemprego baixa deste grupo oculta a sua também baixa participação deles no exército ativo.

É interessante observar como o desemprego é medido pelos órgãos oficiais e ver até que ponto esta medida está relacionada ou não com a categoria de EIR flutuante. A metodologia utilizada pelo DIEESE, por exemplo, para medir o desemprego é a seguinte:

Desempregados são os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

Desemprego aberto: pessoas que procuraram emprego de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da pesquisa e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizaram trabalhos precários (algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação) ou pessoas que realizaram trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que

procuraram mudar de emprego nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até doze meses atrás;
Desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses. (DIEESE, 2012)

A taxa de desemprego que é divulgada é o resultado da divisão do número total de desempregados pelo total da PEA – população economicamente ativa – (que é a população com dez anos ou mais que está ocupada ou desempregada), ou seja, uma parcela da classe trabalhadora que não está ocupada em atividades “econômicas” (como as donas-casa, por exemplo), mas que estão disponíveis ao capital no EIR latente, não entra na PEA e por isso não entra na ponderação para o cálculo da taxa de desemprego. Todos os desempregados medidos pela metodologia do DIEESE estão no EIR flutuante, e é interessante constatar que o desemprego oculto mostra que parte do EIR flutuante está com menos perspectiva de encontrar emprego e começa a se dirigir para as camadas inferiores do EIR.

O desemprego, ou seja, a permanência do trabalhador na camada flutuante do EIR é uma situação temporária na vida do trabalhador. Caso ele não consiga vender sua força de trabalho ao capital por períodos muito prolongados de tempo, sua própria sobrevivência física pode ficar comprometida, sendo forçado a procurar a sua sobrevivência no trabalho por conta-própria. Entretanto, o trabalho por conta-própria é crescentemente inviabilizado pelo desenvolvimento capitalista, afinal quanto maior o desenvolvimento capitalista maior o domínio do grande capital em todos os setores da economia, ficando a viabilidade do trabalho por conta-própria reduzida a cada vez menos setores da economia. Assim, enquanto que nos países capitalistas subdesenvolvidos os trabalhadores permanentemente desempregados conseguem sobreviver com pequenos negócios por conta-própria, ou seja, conseguem transferirem-se para as outras camadas do EIR, nos países capitalistas desenvolvidos estes pequenos negócios são quase que totalmente inviáveis, é quase impossível transferir-se para as outras camadas do EIR, portanto os trabalhadores permanentemente desempregados precisam ser sustentados pela previdência social, caso contrário não sobreviveriam.

Neste contexto, as lutas da classe trabalhadora certamente são importantes para pressionar o Estado capitalista a construir uma rede de proteção social ao trabalhador desempregado, mas isto responde essencialmente a uma necessidade

de sobrevivência do próprio capital, especialmente nos países capitalistas desenvolvidos²⁰. Afinal, uma massa crescente de trabalhadores sem perspectiva de ocupação, seja como assalariado, seja como conta-própria, e sem remuneração certamente é um elemento de instabilidade social e política, esta massa desempregada permanentemente que o capitalismo criou pode ajudar a derrubar o próprio capitalismo.

2.4.4. *Camada latente (trabalhadores ocupados em atividades não-mercantis)*

Como dito anteriormente, os poucos trabalhos que utilizam o conceito marxista de EIR em sua maioria apenas repete literalmente o que Marx escreveu na lei geral da acumulação capitalista. Mas esta transcrição literal e sem reflexão pode tornar-se prejudicial para uma análise concreta do capitalismo, pois o que está escrito pode ser para um contexto específico e diferente da realidade que se pretende analisar. E isto é especialmente válido para a transcrição literal do conceito de EIR latente para o capitalismo brasileiro, por exemplo.

Para ilustrar o como a mera repetição do que Marx escreveu empobrece um trabalho que pretende analisar o EIR, vejamos as definições de EIR latente de três trabalhos: o primeiro retirado de um artigo de uma revista acadêmica eletrônica de Goiás, o segundo de uma tese de doutorado da USP e o terceiro de um artigo cujo um dos autores é um eminente teórico marxista conhecido internacionalmente.

No artigo “A teoria da população em Marx”, Nildo Viana procura contrapor as teorias malthusiana e marxista da população. No cumprimento do objetivo geral de seu artigo, Viana conseguiu contrapô-las satisfatoriamente, o problema começa quando ele fala da segmentação do EIR no capitalismo onde há apenas a repetição do Marx escreveu e ainda chega a confundir EIR e lumpemproletariado como a mesma coisa:

Segundo Marx, a superpopulação relativa possui três formas: líquida [ou flutuante, como na maioria das traduções de “O Capital” para o português], latente e estagnada. [...] **A superpopulação latente é constituída pela população trabalhadora rural, que, com o processo de mudança tanto**

²⁰ Benefícios como o seguro-desemprego e similares em que a previdência social paga uma pensão por um determinado período de tempo ao trabalhador do EIR flutuante foram regulamentados em 1911 no Reino Unido e em 1935 nos Estados Unidos (SANDRONI, 1985. p. 394). No Brasil o seguro-desemprego só chegou em 1988.

no campo quanto na cidade, tende a se transferir para o mundo urbano. [...] (VIANA, 2006. pp. 1016-1017 – grifos meus)

Com o ciclo industrial ascendente ou súbita expansão do capital, há um uso de contingentes do exército industrial de reserva, o que faz com que o contingente não utilizado fique “na fila” esperando uma absorção no mercado de trabalho. **Por isso, superpopulação relativa e exército industrial de reserva são, no capitalismo, a mesma coisa, e compõe o que chamamos de lumpemproletariado.** (VIANA, 2006. p. 1020 – grifos meus)

Outro exemplo vem da tese de doutorado de Davisson Cangussu de Souza, cujo foco está nos movimentos dos trabalhadores desempregados no Brasil e na Argentina nos anos 1990. Estes trabalhadores pertencem à camada flutuante do EIR, e a sua constituição e suas formas de organização têm um desenvolvimento teórico bastante profundo na tese de Cangussu Souza, porém, quando ele parte para a descrição sumária das demais camadas do EIR e suas respectivas formas de organização novamente há uma mera repetição do Marx:

Segundo Marx, essa fração da classe trabalhadora [o EIR] se manifesta de diferentes formas, entre as quais se encontram as parcelas latente, estagnada e flutuante, além do lumpemproletariado e de uma camada condenada ao pauperismo [...] **A parcela latente se forma pelo apoderamento da produção capitalista na agricultura, mediante a “repulsão dos trabalhadores que não é contrabalançada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola”.** (CANGUSSU DE SOUZA, 2010. p. 35 – grifos meus)

No caso brasileiro **a parcela latente da superpopulação relativa é historicamente mais representativa, até mesmo por conta de sua estrutura social, que possui uma população camponesa mais significativa.** [...] (CANGUSSU DE SOUZA, 2010. p. 388 – grifos meus)

Mas se engana aquele que imagina que este problema da mera repetição do que Marx escreveu sobre o EIR, em especial o EIR latente, está restrito aos marxistas que estão no início de suas carreiras acadêmicas. Isto também está presente em artigos de teóricos de destaque internacional, como John Bellamy Foster, que em 2011 escreveu um junto com Robert McChesney e Jamil Jonna sobre o que eles denominam de “exército de trabalho reserva mundial”. Quando eles descrevem as suas camadas, novamente encontram-se as mesmas repetições sem maior desenvolvimento teórico:

O exército de reserva latente era achado na agricultura, onde a demanda por trabalho, Marx escreveu, “cai absolutamente” assim que a produção capitalista tome conta dela. Portanto há um “fluxo constante” de trabalho da agricultura de subsistência para a indústria nas cidades. (FOSTER, et alli, 2011)

Um trabalho que destoa desta mera repetição é o estudo sobre o EIR que Duncan Foley desenvolve em seu “Compreendendo ‘O Capital’”, estudo este que, entretanto, resume-se a duas páginas de seu livro. Especificamente na composição do EIR latente Foley, além de fazer a ressalva que aí estão apenas os trabalhadores inseridos na agricultura não-capitalista, acrescenta a esta camada a força de trabalho feminina que está fora da produção capitalista:

Aquelas pessoas que se reproduzem fora de relações de produção especificamente capitalistas, por exemplo, na agricultura tradicional, podem ser levadas a vender sua força de trabalho. Eles, portanto, formam o exército de reserva latente. [...] Em países onde as mulheres têm pouca participação na força de trabalho, a oferta potencial de força de trabalho feminina pode ser uma parte importante do exército de reserva latente. (FOLEY, 1986. p.65)

Realmente, na definição da camada latente do EIR Marx refere-se diretamente ao trabalhador agrícola que perde o seu emprego na agricultura devido à implantação de relações de produção capitalistas aí e na transformação dela em uma indústria capitalista. Por uma série de especificidades da indústria agrícola o aumento da acumulação de capital não demanda mais trabalhadores agrícolas que o progresso técnico deixou demandar e os antigos trabalhadores rurais são forçados a procurar emprego nas indústrias e comércios não-agrícolas.

Entretanto, no entendimento desta dissertação, não se deve tomar esta passagem de “O Capital” ao “pé-da-letra”, sob o risco de tornar impossível qualquer análise que pretenda utilizar o conceito de EIR para analisar o capitalismo contemporâneo.

Marx observou a tendência de produção de superpopulação absoluta indústria agrícola devido a uma especificidade desta faz de seus trabalhadores potenciais trabalhadores urbanos: como o espaço onde a agricultura pode ser praticada (a terra) tem limites físicos, o progresso técnico na agricultura expulsa trabalhadores sem que isso possa ser compensado pela expansão da área agricultável. Quando há disponibilidade de terra em outros locais (como as “fronteiras agrícolas” brasileiras), muitos desses trabalhadores agrícolas expulsos da indústria agrícola local partem para estas terras ainda sem exploração, ou seja, a queda absoluta do emprego agrícola em um determinado lugar com todas as terras férteis exploradas é compensado pelo aumento absoluto deste em outro lugar com terras férteis ainda inexploradas. Mas quando novas terras tornam-se escassas ou quando toda a terra

explorada já é suficiente para atender às demandas do capital por produtos agrícolas, há uma tendência de queda absoluta no nível de emprego na indústria agrícola ao longo do tempo e os trabalhadores rurais, neste sentido, são potenciais desempregados ou trabalhadores de outros setores da economia. Assim, o trabalhador assalariado rural é latentemente um trabalhador urbano (do exército ativo ou do EIR) em potencial.

Mas até que ponto um trabalhador assalariado rural, que vende sua força de trabalho ao capital pode ser considerado como pertencente ao exército ativo (por sua condição de vendedor de força de trabalho ao capital) ou como pertencente ao EIR latente (por ser um trabalhador desempregado em eminência ou por sua forma de submissão ao capital instável, sazonal e incompleta)? Esta dissertação não tem uma resposta definitiva a esta pergunta, mas ressalta dois aspectos da história da agricultura que dão algumas pistas na reflexão para a busca desta resposta: (i) a transformação da agricultura tradicional/feudal em capitalista na Europa; e (ii) o caráter mercantil da agricultura brasileira (e de boa parte das Américas) desde os tempos da colonização europeia.

Na Europa até o século XIX boa parte da agricultura ainda estava em processo de transformação em indústria capitalista, em um processo que havia começado no século XVI. Os camponeses que aí estavam ocupados, muitas vezes estavam presos à terra por relações de produção feudais ou semi-feudais e praticavam uma agricultura não-capitalista²¹. Segundo Dobb (1985. pp. 174-182), a entrada do capitalismo nas terras e minas de livre acesso (ainda existentes na Europa até o século XIX), seja através de maior contato de suas produções com o mercado capitalista, seja pela dependência do capital usurário, levou ao gradual desaparecimento e conversão delas em propriedade privada, e da mesma forma ocorreu um processo gradual de expulsão destes camponeses e mineiros tradicionais ou sua transformação em trabalhadores assalariados.

Analogamente, parcela expressiva do campesinato de origem indígena de países como México, Peru e Bolívia também se ocupava em uma agricultura tradicional não-capitalista até meados do século XX, foi com o desenvolvimento capitalista nestes países que este campesinato indígena tradicional se transformou em proletariado agrícola ou se transferiu para as cidades. Certamente todos estes

²¹ Caio Prado Júnior (1987. p. 78) a designa de “economia camponesa”, caracterizada pela pequena propriedade familiar, prática de agricultura de subsistência onde o mercado tem um papel secundário e que é oprimida e explorada pela grande propriedade.

grupos populacionais que estavam transitando relações de produção não-capitalistas para capitalistas fizeram parte das fileiras do EIR latente.

Mas isto não significa que todos os trabalhadores agrícolas façam parte do EIR latente. Afinal, uma agricultura capitalista emprega trabalhadores assalariados, o fato de eles serem trabalhadores rurais não é um impeditivo de eles serem parte do exército ativo dos trabalhadores empregados pelo capital tal qual os trabalhadores urbanos de todos os setores da economia capitalista.

Isto é especialmente válido para o caso da agricultura brasileira, que desde o período colonial esteve voltada para interesses mercantis²². Segundo Caio Prado Junior (1979, pp. 57-72) historicamente as relações de trabalho no campo se dão de maneira extremamente desfavoráveis ao trabalhador rural e de acordo com as necessidades do patrão-fazendeiro, sempre sob formas disfarçadas de salário, que se esconde na cessão de pequenos lotes ao trabalhador rural para a prática de agricultura de subsistência ou no recebimento de parte da produção comercial.

Ainda segundo Prado Junior, se isso por um lado garante ao trabalhador rural a sua subsistência física no cultivo de gêneros alimentícios (o que nem sempre é garantido aos trabalhadores urbanos pauperizados) em seus pequenos lotes cedidos pelo patrão-fazendeiro (sempre dependendo da boa vontade e dos interesses deste), o trabalhador rural está sujeito a condições miseráveis de vida permanentemente. Situação esta que se perpetua ao longo do tempo, uma vez que o trabalhador agrícola brasileiro nunca teve condições de ter acesso à propriedade da terra, sempre monopolizada por um pequeno grupo de fazendeiros – uma situação que persiste até hoje.

Ou seja, na agricultura brasileira, pelo menos desde a abolição da escravatura, sempre existiu um verdadeiro “proletariado agrícola” com os fazendeiros explorando força de trabalho assalariada, ainda que o salário aparecesse e continue aparecendo de formas não convencionais. No Brasil, não houve penetração do capitalismo no campo que destruísse restos feudais ou agricultura tradicional camponesa, uma vez que estas nunca existiram. Os trabalhadores rurais brasileiros subordinados aos fazendeiros, nunca foram parte do EIR latente, mas sempre fizeram parte do exército ativo da classe trabalhadora,

²² Em contraposição à economia camponesa, Prado Junior (1987. pp.78-79) diz que a agricultura brasileira estava inserida em uma “economia colonial”, que é caracterizada pela grande propriedade rural com exploração de trabalho escravo, prática de uma agricultura mercantil que ofertava gêneros agrícolas extremamente lucrativos (cana-de-açúcar, café) que o mercado externo demandava.

produzindo mais-valia ou trabalhando na circulação do capital. Certamente o pauperismo, a instabilidade e a precariedade que caracterizam o trabalho rural precisam ser levados em conta numa segmentação do exército ativo, mas os trabalhadores rurais não podem ser considerados como uma reserva de possíveis trabalhadores assalariados justamente por eles já serem trabalhadores assalariados.

Por outro lado este pertencimento do trabalhador rural ao exército ativo deve ser relativizado pelo fato que esta condição de assalariado do trabalhador agrícola brasileiro nem sempre é permanente, muito pelo contrário é bastante fragmentada já que os trabalhadores rurais são constantemente absorvidos pela produção agrícola mercantil e empurrados para a agricultura de subsistência conforme há ou não demanda dos grandes proprietários rurais pela força de trabalho deles. Assim o trabalhador agrícola brasileiro pode ser considerado trabalhador assalariado parcial (apenas parte do ano, quando demandado pelos fazendeiros) enquanto está ligado à agricultura, portanto latentemente é um trabalhador assalariado por inteiro (por todo o ano) quando se transfere para a cidade.

Abstraindo o problema da classificação do trabalhador rural brasileiro como pertencente ao exército ativo ou ao EIR latente, esta dissertação entende que a chave para se entender o conceito de EIR latente está no processo de transformação de atividades de produção e circulação não-capitalista em indústria e comércio capitalistas, como é o caso da entrada do capitalismo na agricultura feudal europeia no século XIX, dentre outros inúmeros exemplos que se possa dar além deste, como a entrada do capital em esferas da produção doméstica, na indústria artesanal tradicional ou nos resquícios da agricultura não-capitalista. Neste raciocínio, o EIR latente constitui-se desta população ocupada nestas atividades não-capitalistas, que atualmente restringe-se basicamente à produção doméstica.

Entretanto o capitalismo não precisa necessariamente entrar nestas atividades não-capitalistas para atrair a população aí ocupada. A acumulação nos setores capitalistas da economia pode atrair parcelas deste EIR latente sem destruir estes setores não-capitalistas, que apenas diminuem de tamanho sem se tornarem capitalistas, ficando cada vez mais insignificante na economia como um todo.

Dentre estes setores não-capitalistas o de maior destaque é a produção doméstica, que é especialmente importante em um país como o Brasil onde mais da metade das mulheres está aí ocupada, seja como dona-de-casa ou empregada

doméstica. Segundo Himmelwelt (1988), o trabalho doméstico é a produção de valores de uso (alimentação, higienização) dentro do lar para o auto-consumo pelos membros da família, portanto não é e não está submetido à lógica da produção capitalista, apesar de depender da renda gerada fora dela para comprar os meios de subsistência para a família.

A título de ilustração: a transformação do café em pó, água e açúcar ou da roupa suja, água e sabão em café pronto para beber ou em roupa limpa não produz valor, uma vez que a pessoa (seja ela remunerada ou não) que executou este trabalho apenas transformou valores de uso sem direcioná-los ao mercado, apenas para o consumo da família. Entretanto, estes meios de consumo transformados na produção doméstica não são aí produzidos e, portanto, precisam ser comprados no mercado capitalista. Assim, a força de trabalho doméstica depende da renda oriunda de fora da produção doméstica para existir e sobreviver, sendo assim uma espécie de “anexo” da economia capitalista. Mas este “anexo” é importante na medida que é fundamental para garantir a reprodução da força de trabalho ao longo do tempo, por isso não desaparece completamente, apesar de constantemente ser reduzido pela entrada do capital em produtos que antes eram aí feitos, como por exemplo lavanderias e restaurantes substituindo a roupa lavada e a comida feita em casa ou creches particulares substituindo a educação da criança na primeira infância em casa.

Pouco importa, neste sentido, se este trabalho doméstico é executado por uma pessoa paga para isso (empregadas domésticas) ou não (donas-de-casa). Quem contrata uma empregada doméstica compra sua força de trabalho não como uma pessoa detentora de força de trabalho criadora de valor (como o capitalista), mas como uma pessoa que fabrica valores de uso para serem consumidos no lar²³.

²³ Nos “Grundrisse”, Marx (1993. pp. 465-468) usa esta mesma lógica para determinar a origem dos rendimentos não só dos trabalhadores domésticos como também dos prestadores de serviços pessoais e de todas as pessoas pertencentes às classes improdutivas (como funcionários públicos, advogados e acadêmicos): como a compra da força de trabalho destas pessoas não está inserida na circulação capitalista de mercadorias (compra força de trabalho para produzir mais-valia), mas sim na circulação simples de mercadorias (compra força de trabalho para consumir um valor de uso por ela produzida), os capitalistas pagam para usufruir o produto do trabalho destas pessoas, ou seja, os salários deles são um gasto dos capitalistas, portanto são uma parcela do produto excedente. No entendimento desta dissertação, estes “trabalhadores improdutivos”, apesar de serem unidos quanto à origem de seus rendimentos, estão espalhados pelo exército ativo e as parcelas do EIR conforme sua posição na ocupação e setor da economia em que estão inseridos, para ficar nos exemplos do Marx neste trecho dos Grundrisse: os trabalhadores domésticos estão no EIR latente por trabalharem na produção doméstica, os prestadores de serviços pessoais autônomos (alfaiates, engraxates, jardineiros) estão no EIR estagnado por não serem trabalhadores assalariados e por estarem inseridos no mercado capitalista, já os funcionários públicos estão no exército ativo por serem

O salário da empregada doméstica é determinado pelo seu CRFT tal qual o dos demais trabalhadores, mas que devido a características específicas delas que dificultam a sua entrada no exército ativo dos trabalhadores como baixa escolaridade, sexo (a maioria é mulher) e raça (a maioria negra, no caso brasileiro) seu nível médio de salário é inferior à média dos trabalhadores do exército ativo. Mas isto não impede que eventualmente a acumulação aumente a demanda por força de trabalho e que estas mulheres, antes empregadas domésticas e com dificuldades de se transferir para o exército ativo, vendam sua força de trabalho ao capital e deixem de sê-las. Isto gera uma pressão de aumento nos salários das empregadas domésticas e muitas famílias que antes as contratavam permanentemente (como “mensalistas”) passem a contratá-las eventualmente (como “diaristas”) ou deixem de contratá-las sem que isto prejudique a produção doméstica, que passa a ser feita pelos próprios membros da família ou pelas donas-de-casa. Isto não significa que o aumento dos salários das empregadas domésticas cause desemprego delas, muito pelo contrário o aumento dos salários delas é a manifestação do aumento da demanda do capital por força de trabalho que absorve parte do EIR latente antes ocupado como empregada doméstica. O inverso acontece quando as adversidades da acumulação de capital expulsam trabalhadores do exército ativo e as mulheres com dificuldades de encontrar trabalho tornam-se donas-de-casa ou procurem ocupação como empregada doméstica, neste caso há um aumento do EIR latente e uma tendência a rebaixamento do salário dos trabalhadores domésticos.

Tanto as donas-de-casa quanto as empregadas domésticas estão ocupadas em um setor não-capitalista da economia e podem vir a ser chamadas para fazer parte do exército ativo da classe trabalhadora conforme a acumulação de capital demandar força de trabalho, por isso elas estão inseridas na camada latente do EIR. Mas o desenvolvimento capitalista gradualmente exaure esta camada do EIR, que se torna cada vez mais marginal.

2.3.5. Camada estagnada (*trabalhadores ocupados em atividades mercantis*)

A camada estagnada do EIR é formada por todos aqueles trabalhadores com ocupação irregular, quase sempre na forma de trabalho por conta-própria, como estratégia de sobrevivência para períodos longos ou permanentes de desemprego. Os trabalhadores do EIR estagnado estão ocupados em atividades voltadas ao mercado capitalista seja no comércio ou na indústria, o que os diferencia dos trabalhadores do EIR latente. São características das ocupações do EIR estagnado a ausência de empregadores ou compradores fixos de seus serviços, a não garantia de rendimento, que é em geral baixo em relação ao dos trabalhadores do exército ativo e muito instável e condições de trabalho mais precárias, muitas vezes sem instalações fixas e equipamentos adequados. Há também a informalidade, uma vez que grande parte do EIR estagnado está desprotegida da legislação trabalhista e previdenciária. O padrão de vida médio do EIR estagnado é inferior a média do exército ativo e grande parte está pauperizada.

O EIR estagnado relaciona-se com dois fenômenos mais estudados na economia do trabalho não-marxista com outras metodologias: o trabalho por conta-própria e a economia informal. Vejamos como cada um destes fenômenos contribui para o entendimento do EIR estagnado.

O trabalho por conta-própria medido pelas estatísticas oficiais é dividido em três grupos pela metodologia do DIEESE que são interessantes do ponto de vista da análise marxista do EIR estagnado: (i) profissionais liberais²⁴; (ii) autônomos para empresa²⁵; (iii) autônomos para o público²⁶.

Entende-se por profissional liberal aquele trabalhador com elevado grau de instrução e portador de habilidades e conhecimentos específicos de elevada complexidade, neste grupo entra uma série de trabalhadores com ensino superior

²⁴ O profissional liberal “exerce uma atividade compatível com a sua formação universitária, sem nenhum empregado ou com até no máximo dois empregados remunerados permanentes, podendo ter um escritório ou consultório próprio ou, ainda prestar seus serviços a várias empresas” (DIEESE, 2012)

²⁵ O autônomo para empresa “é o indivíduo que trabalha por conta-própria sempre para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas que não tem uma jornada de trabalho pré-fixada contratualmente e nem trabalha sob controle direto da empresa, tendo portanto liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter ou não ajudantes).” (DIEESE, 2012)

²⁶ O autônomo para o público “é identificado como a pessoa que explora o seu próprio negócio ou oficina, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta os seus serviços diretamente ao consumidor, sem ter o intermediário de uma empresa ou pessoa” (DIEESE, 2012)

como médicos, dentistas, engenheiros, advogados, contadores entre outros. As atividades desenvolvidas pelos profissionais liberais não podem ser exercidas por trabalhadores não qualificados para isso por exigirem um elevado grau de conhecimento e habilidades que não podem ser aprendidas rapidamente, ao contrário do que ocorre nas profissões desqualificadas da indústria, do comércio e dos bancos, que são tarefas repetitivas e parciais, não exigindo grandes qualificações do trabalhador, que pode ser fácil e rapidamente treinado para executá-las. Isso não significa que o progresso das forças produtivas não cause impactos sobre os profissionais liberais, que também enfrentam um processo de desqualificação crescente ao longo do tempo com a mecanização e simplificação das tarefas por eles executadas.

Os profissionais liberais que trabalham por conta-própria podem ser considerados uma fração da sociedade que está numa espécie de “fronteira suja” entre a pequena burguesia e a classe trabalhadora. Isto porque os profissionais liberais são proprietários de seus meios de produção, têm conhecimento e domínio sobre todo o seu processo de trabalho, empregam trabalhadores assalariados eventualmente (mas não permanentemente como os burgueses e pequenos burgueses) e possuem um padrão de vida em média mais elevado que a média do exército ativo dos trabalhadores assalariados²⁷. Entretanto, os profissionais por conta-própria são uma parcela bastante reduzida do total de trabalhadores por conta-própria²⁸, portanto os dois grupos não podem ser confundidos como a mesma coisa. Vale ressaltar que os profissionais liberais estão em processo de proletarianização devido a concentração de capital nos setores da economia capitalista em que eles estão inseridos, o que limita as possibilidades e a viabilidade econômica do trabalho por conta-própria nestes setores.

Por autônomos para empresa entende-se como aquele trabalhador sem vínculo empregatício formal com uma empresa, mas que vende seus produtos e serviços exclusivamente para uma empresa. Esta relação apreça em termos legais como a prestação de serviços de uma pessoa jurídica (o trabalhador autônomo

²⁷ A título de ilustração, segundo os dados do DIEESE (2011. p. 176) para a região metropolitana de São Paulo, os profissionais liberais tiveram um rendimento mensal médio em torno de 3 vezes maior que o rendimento mensal médio dos trabalhadores assalariados durante os anos 2000.

²⁸ Segundo as estatísticas do DIEESE (2011. pp.72-73) os profissionais liberais representaram em torno de 7% do total dos trabalhadores por conta-própria da região metropolitana de São Paulo ao longo dos anos 2000, este percentual foi ligeiramente maior na região metropolitana de Porto Alegre e menor nas demais regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Brasília, Recife e Salvador) pesquisadas no período.

como um “empreendedor” individual) para outra (a empresa), mas que na prática é uma forma disfarçada de trabalho assalariado. Por esse motivo os autônomos para uma empresa devem ser enquadrados teoricamente no exército ativo dos trabalhadores, em uma segmentação deste pode-se dividi-lo entre trabalhadores assalariados formais e informais incluindo os autônomos para uma empresa neste último grupo.

O que interessa para o estudo do EIR estagnado são os trabalhadores autônomos para o público, que são aqueles trabalhadores que vendem seus produtos e serviços para o mercado capitalista para conseguirem a sua subsistência. Segundo Paul Singer, os setores da economia dominados pelos autônomos para o público “tendem a absorver a força de trabalho excedente, ou seja, aquela que se encontra na economia de mercado, porém não consegue empregar-se na economia capitalista” (SINGER, 1979. p.80).

Os setores da economia dominados pelo EIR estagnado, através do trabalho autônomo para o público, são principalmente aqueles com pouca penetração pelas empresas capitalistas. Dentre estes setores destacam-se no Brasil, segundo as estatísticas disponíveis no IBGE e no DIEESE, o comércio varejista, os serviços pessoais, de oficina mecânica, de limpeza, de transporte e alimentação e a pequena agricultura mercantil. Em todos estes setores há presença de empresas capitalistas, mas há um grande contingente de trabalhadores autônomos para o público ou concorrendo com elas ou atuando em locais aonde elas não chegaram. Por exemplo, no comércio varejista há a presença de empresas capitalistas, desde pequenas mercearias até grandes supermercados, mas há um espaço não preenchido por elas que é onde os trabalhadores por conta-própria do EIR estagnado atuam como camelôs e feirantes.

O espaço disponível ao trabalho autônomo nestes setores tende a diminuir com o desenvolvimento capitalista e a aumentar em períodos de crise e subsistem em regiões onde a dimensão do mercado não é grande o suficiente para a entrada da grande empresa capitalista. Quando o desenvolvimento capitalista se apodera do espaço do trabalho autônomo, a força de trabalho antes ocupada por conta-própria não é inteiramente incorporada como assalariada pelo capital, ou seja, neste processo parte do EIR estagnado se dirige para o exército ativo e a outra parte se dirige para as diferentes camadas do EIR pela força das circunstâncias: flutuante (procurando emprego), latente (regredindo à produção doméstica) ou estagnado

(arranjando ocupação como trabalhador autônomo para o público em outros setores ainda não dominados pelas empresas capitalistas).

O trabalhador ocupado do EIR estagnado tem um padrão de vida que tende a ser mais baixa do que a média dos trabalhadores assalariados do exército ativo, pois o seu rendimento tende a ser muito instável e imprevisível. Além disso, os trabalhadores do EIR estagnado geralmente encontram “obstáculos sociais” (baixa escolaridade, preconceitos de sexo, raça e idade) que dificultam o seu recrutamento para o exército ativo. Mas vale ressaltar novamente que estes obstáculos são facilmente transponíveis quando o capital demanda força de trabalho além do EIR flutuante, não há nenhum impedimento para isto acontecer como dizem os teóricos da marginalidade.

Segundo Kowarick (1985. pp.107-108), os teóricos da marginalidade, cujos maiores expoentes são José Nun e Quijano Obregón, diziam que o Exército Industrial de Reserva era uma categoria específica do século XIX, de acordo com eles, no século XX o desenvolvimento capitalista, especialmente na América Latina, criou uma superpopulação relativa que jamais encontraria emprego, sendo condenada a viver no subemprego e no trabalho por conta-própria. Como esta massa marginal se encontra impossibilitada de vender sua força de trabalho ao capital, ela não exerce nenhum tipo de influência na acumulação de capital e nos salários, segundo estes autores. Entretanto, Fernando Henrique Cardoso (1975) observa que não há nenhum impedimento para essa massa marginal ser empregada pelo capital caso ele demande, assim não há necessidade de distinguir massa marginal de EIR. Lúcio Kowarick acrescenta ainda que:

Nada leva a crer que o capitalismo moderno, de cunho monopolista, tenha deixado de ter “interesses” em rebaixar estes custos, principalmente o referente ao trabalho [...] Assim o preço do trabalho, qualificado ou não, não é aleatório. E é o capital que determina o preço do trabalho em função de condições concretas que variam historicamente de sociedade para sociedade [...] E nada leva a afirmar que estes padrões mínimos [de salários no Brasil] deixaram de ser calcados na existência de um reservatório de mão-de-obra (KOWARICK, 1985. pp. 118-119)

O não correlacionamento teórico e empírico entre a “massa marginal” ou “mão-de-obra marginalizada” como o exército industrial de reserva é falacioso. O enorme contingente de trabalhadores caracterizado por baixos níveis de remuneração, seja vendendo no mercado sua força de trabalho em caráter intermitente em função dos ciclos do capital, seja trabalhando por conta-própria, ou presentes nos ramos “arcaicos”, parece constituir um manancial que possui a virtualidade de permitir ao capital a fixação de padrões salariais altamente “funcionais” à dinâmica da acumulação na

medida em que facilita “frear” as escalas de remuneração da força de trabalho a níveis vários de qualificação. (KOWARICK, 1985. p. 122)

Conforme a acumulação de capital começa a demandar força de trabalho além do EIR flutuante, a possibilidade de transferência para o exército ativo aumenta e sua remuneração aumenta também, se aproximando do nível de vida dos trabalhadores do exército ativo, o que se reflete no encarecimento dos produtos e serviços por eles ofertados. O contrário ocorre em períodos de crise mais prolongada, o que expulsa trabalhadores do exército ativo e deixa os do EIR flutuante sem perspectiva de conseguir emprego, o que faz muitos deles procurarem a sua sobrevivência no EIR estagnado.

Tal qual ocorre quando há um aumento da remuneração das empregadas domésticas, quando há um aumento dos preços dos produtos e serviços oferecidos pelo EIR estagnado (que é a manifestação concreta do aumento da sua remuneração), uma parte de seus consumidores, cuja renda não lhe permite comprá-los na mesma quantidade que anteriormente, passa a fazer eles mesmos os produtos e serviços antes comprados. Assim secadores de cabelos, cortadores de grama e lavadoras substituem cabeleireiros, jardineiros e lavadeiras autônomas, cujo preço dos serviços ofertados tornou-se muito caro (SINGER, 1979. pp. 82-83).

O assim chamado “setor informal da economia” também tem as suas relações com a camada estagnada do EIR. Não há uma definição única e precisa para o que é setor informal. A informalidade pode ser vista do ponto de vista jurídico-legal, como as empresas que não respeitam a legislação trabalhista e contratam trabalhadores sem carteira assinada ou os trabalhadores por conta-própria que não contribuem para a previdência social.

Há também a definição da informalidade como produção organizada de forma não-capitalista. Segundo Paulo Renato Sousa (1980. pp. 7-46) o setor informal é caracterizado pela não utilização permanente nem fundamentalmente de trabalho assalariado, como ocorre com as empresas familiares, os trabalhadores por conta-própria que prestam serviços a uma empresa, os pequenos vendedores de serviços, o trabalho doméstico e as quase-empresas capitalistas (cujo objetivo não é o lucro, mas apenas a remuneração do proprietário). Ainda segundo Sousa a informalidade atua junto com as empresas capitalistas, mas “espaços de mercado perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico [capitalista]” (SOUSA, 1980. p. 30).

Vale ressaltar que do ponto de vista marxista todas as empresas que assalariam força de trabalho são capitalistas. Pouco importa neste sentido que o objetivo aparente da empresa seja apenas remunerar o proprietário, pagar acionistas ou reinvestir todo o lucro, uma vez que há força de trabalho comprada com o objetivo de produzir mais-valor ou se apropriar do lucro comercial ou bancário. E o fato dos pequenos capitais estarem subordinados aos grandes capitais é a manifestação do progresso das forças produtivas e a conseqüente tendência à concentração e centralização dos capitais, em que os grandes capitais esmagam os pequenos e assim os pequenos capitais ficam restritos aos ramos da produção e circulação do capital onde o grande capital ainda é marginal (MARX, 2008a. p. 719).

Há ainda a abordagem do DIEESE (2010), que define como trabalhadores informais aqueles que estão desprotegidos socialmente, cujo emprego ou ocupação está sem cobertura da legislação trabalhista e/ou sem abrigo da negociação coletiva. Segundo esta abordagem, estes trabalhadores estão divididos em três segmentos: (i) emprego subcontratado, que são aqueles trabalhadores cujo vínculo empregatício com uma empresa é via pessoa jurídica (autônomos que trabalham para uma empresa, excluindo os profissionais liberais) ou via outra empresa (serviços terceirizados); (ii) emprego ilegal, que são aqueles trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada; (iii) trabalhadores autônomos para o público.

Em todas estas abordagens do que é o setor informal verifica-se que este setor é caracterizado pelo emprego precário, com remuneração média menor, taxa de rotatividade maior e jornadas de trabalho maiores que a média dos trabalhadores assalariados formais e pouca proteção previdenciária. Dentre os que estão ocupados neste setor informal há a predominância de pessoas que encontram dificuldades de conseguir um emprego formal: os mais jovens (até 25 anos) e os mais velhos (mais de 40 anos), mulheres, negros e pessoas com baixa escolaridade.

Uma análise marxista da economia informal percebe que todas essas abordagens misturam coisas distintas, trabalhadores sem carteira assinada (pertencentes ao exército ativo) e trabalhadores autônomos para o público (pertencentes ao EIR estagnado), em um mesmo conceito.

Os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada fazem parte do exército ativo dos trabalhadores por serem trabalhadores assalariados do capital²⁹ e,

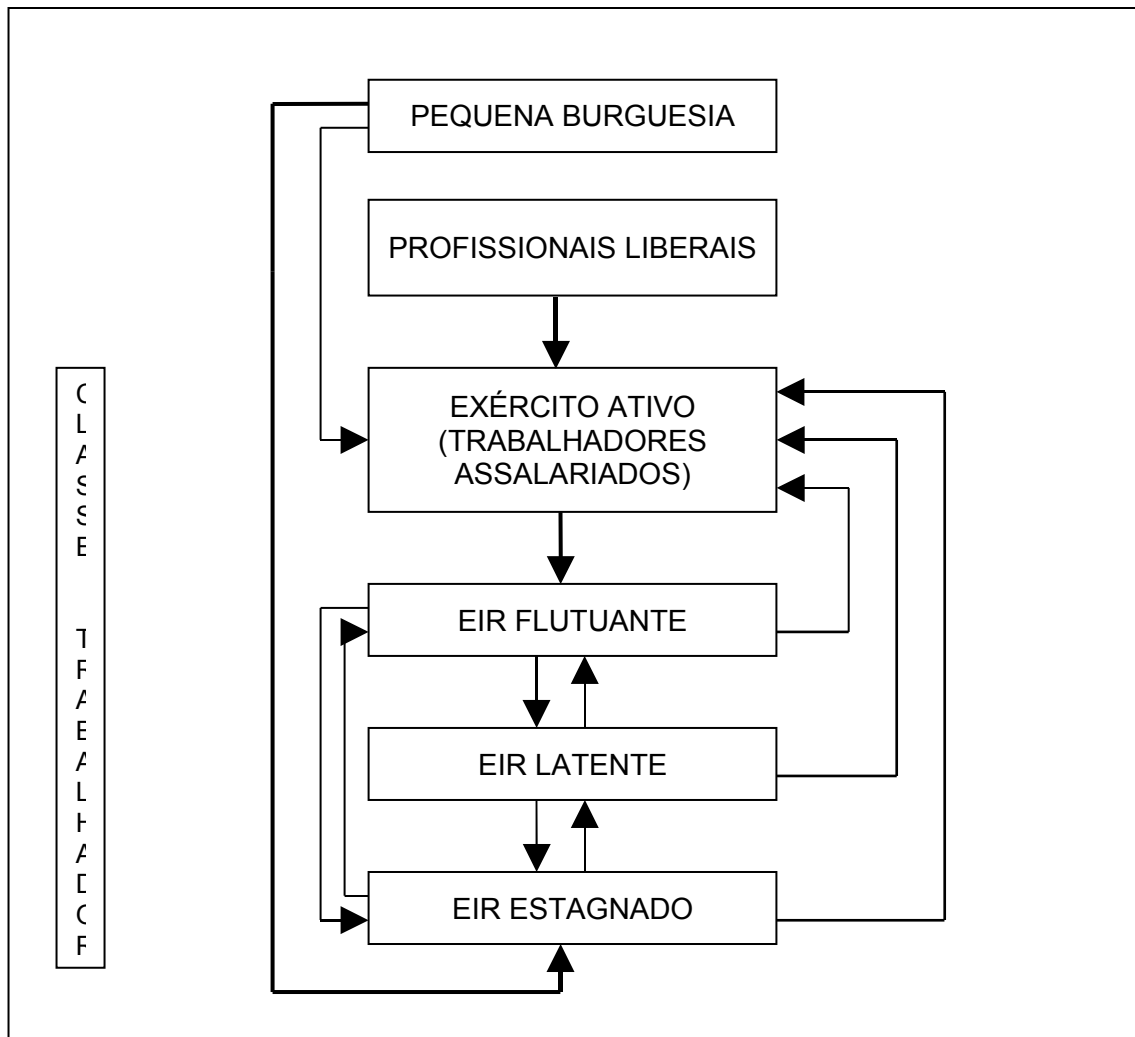
²⁹ Subentende-se neste parágrafo que quando se refere a “trabalhador assalariado do capital” isso engloba o capital propriamente dito e suas instituições acessórias.

portanto, vendem sua força de trabalho ao capital, independentemente se esta venda ocorre dentro ou fora da legislação trabalhista. O critério objetivo que define se o trabalhador está no exército ativo ou no EIR é a venda de sua força de trabalho ao capital: quando ele a vende, ele pertence ao exército ativo; quando não a vende e está de alguma forma disponível a vender quando o capital demandar, ele pertence ao EIR. A divisão dos trabalhadores do exército ativo em formais e informais pode ser interessante para o estudo das diferentes condições de vida e estabilidade do emprego de cada um destes segmentos do exército ativo, afinal os trabalhadores formais tem em média melhores remunerações e menor rotatividade que os informais, portanto os trabalhadores formais são menos vezes jogados para o EIR flutuante e menos afundados no pauperismo que os informais, mas a condição de informal não faz o trabalhador assalariado deixar de pertencer ao exército ativo.

E como visto anteriormente o trabalhador autônomo para o público está no EIR estagnado, isto independe do fato de ele estar formalizado (contribuindo à previdência social) ou não.

2.4.6. A relação entre a pequena burguesia, o exército ativo da classe trabalhadora e as camadas do exército industrial de reserva.

Os movimentos detalhados aqui nesta subseção já foram mencionados nas anteriores. O objetivo de estudá-los novamente aqui é ter um quadro-geral conciso dos movimentos entre a pequena burguesia, o exército ativo e as camadas do EIR causados pelo progresso das forças produtivas e pelas condições de expansão e crise da acumulação de capital.



QUADRO I – DINÂMICA DO MOVIMENTO ENTRE A PEQUENA BURGUESIA, A CLASSE MÉDIA, O EXÉRCITO ATIVO E AS CAMADAS DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA
 Fonte: Elaboração própria.

Há três causas diferentes para a ocorrência destes movimentos: (i) progresso das forças produtivas; (ii) aceleração da acumulação de capital e aumento da demanda do capital por força de trabalho; (iii) desaceleração da acumulação ou crise do capital e expulsão de trabalhadores do exército ativo. Os movimentos causados pelo progresso das forças produtivas são tendenciais, ou seja, se manifestam ao longo do tempo e muitas vezes não são perceptíveis em espaços de tempo curtos, ao passo que os movimentos causados pela acumulação de capital são imediatos e facilmente perceptíveis.

Dentre os movimentos causados pelo progresso das forças produtivas estão: (a) da pequena burguesia e dos profissionais liberais para o exército ativo dos trabalhadores: Trata-se do processo de proletarização crescente de segmentos da

pequena burguesia e da classe média, especialmente a transformação de profissionais liberais em trabalhadores assalariados.

(b) da pequena burguesia para o EIR estagnado: Isto diz respeito aos proprietários de pequenos capitais arruinados que gradualmente vão perdendo tamanho devido ao aumento da concentração de capital no ramo da indústria ou comércio em que está inserido, neste processo estes pequenos burgueses vão diminuindo trabalhadores assalariados por eles contratados e se pauperizando até se transformarem em trabalhadores por conta própria.

(c) do exército ativo para o EIR flutuante: Isto é o movimento tendencial que se manifesta na superpopulação relativa crescente;

(d) do EIR latente e estagnado para o EIR flutuante: O progresso das forças produtivas (e a expansão da acumulação de capital) faz com que, ao longo do tempo, o capital penetre nos setores não-capitalistas da economia e limite os ramos da economia onde o trabalho por conta-própria é viável para produzir a subsistência dos trabalhadores ocupados nestas atividades, neste processo o capital não assalaria todos os trabalhadores que estavam aí ocupados e assim a maioria deles engrossa as fileiras do EIR flutuante. Assim, a tendência é que com o progresso das forças produtivas as camadas latente e estagnada do EIR diminuam em termos relativos ao longo do tempo, logo o tamanho relativo do EIR latente e estagnado dentro do total da classe trabalhadora são um bom indicativo do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

São movimentos causados pela aceleração da acumulação de capital:

(a) das três camadas do EIR para o exército ativo: Isto devido ao aumento da demanda por força de trabalho. Inicialmente o capital tem ao seu dispor os trabalhadores do EIR flutuante, cuja disponibilidade de vender sua força de trabalho é imediata. A partir do momento que a quantidade de trabalhadores disponíveis no EIR flutuante começa a diminuir, o capital começa a aumentar a demanda por trabalhadores do EIR latente e estagnado.

(b) do exército ativo para o EIR flutuante e vice-versa: Mesmo em períodos em que a acumulação de capital está aumentando, o capital continuamente, desde que as condições técnicas permitam, expulsa trabalhadores do exército ativo que não lhe são convenientes por serem relativamente “caros” (trabalhadores qualificados, mais velhos, homens) e absorve trabalhadores relativamente mais “baratos”

(trabalhadores desqualificados, mais jovens, mulheres) como mecanismo de rebaixamento dos salários.

(c) do EIR latente e estagnado para o EIR flutuante: Com a exaustão do EIR flutuante e continuidade do aumento da acumulação de capital há uma tendência de aumento dos salários e da demanda por força de trabalho das camadas mais profundas do EIR, isto faz com que alguns trabalhadores do EIR latente e estagnado (que, em geral, tem um nível de vida menor do que a média dos trabalhadores do exército ativo) deixem as suas ocupações e fiquem disponíveis na perspectiva de conseguir vender sua força de trabalho ao capital.

São movimentos causados pela desaceleração da acumulação e crise do capital:

(a) do exército ativo para o EIR flutuante: Trata-se da expulsão de trabalhadores do exército ativo que o capital deixou de demandar.

(b) do EIR flutuante para o EIR latente ou estagnado: Diz respeito aos trabalhadores que, não vendo mais possibilidade imediata de vender sua força de trabalho ao capital, passam a se ocupar no EIR latente ou estagnado como forma de sobrevivência. Este movimento também é causado pelo passar da idade do trabalhador: quanto mais velho é o trabalhador, menores são as suas possibilidades de encontrar emprego, e progressivamente muitos destes trabalhadores mais velhos deixam de procurar emprego e engrossam as fileiras do EIR latente e estagnado.

Estes movimentos estão subordinados às condições concretas da acumulação de capital e do estágio do progresso das forças produtivas, ainda que apareçam sob a forma movimento compulsório ou voluntário do trabalhador. Quando ocorre um movimento compulsório, como quando um trabalhador é demitido do exército ativo e vai para a camada flutuante do EIR, este movimento não é consequência de uma mera vontade do capitalista demitir um trabalhador, mas sim a manifestação concreta da situação objetiva da acumulação de capital em refluxo, obrigando o capitalista a demitir trabalhadores, ou da introdução de novas técnicas de produção que demandem menos força de trabalho. Da mesma forma quando um trabalhador se demite “voluntariamente” do seu emprego (exército ativo) ou se transfere da produção de subsistência ou doméstica (EIR latente) ou autônomo para o mercado (EIR estagnado) para a condição de desempregado a procura de

emprego (EIR flutuante), ele o faz com a perspectiva de arranjar um emprego assalariado mais bem remunerado que na sua ocupação anterior, assim esta decisão aparentemente voluntarista e individual está subordinada às condições objetivas da acumulação de capital, que em expansão amplia a demanda por força de trabalho e pressiona os salários para cima, o que cria esta expectativa de emprego melhor remunerado em todos os trabalhadores.

Com esta subseção encerra-se o estudo teórico do conceito de exército industrial de reserva nesta dissertação. No capítulo seguinte tentar-se-á fazer uma mensuração do exército industrial de reserva brasileiro a partir das estatísticas oficiais com base no estudo teórico deste conceito que acabou de ser desenvolvido neste presente capítulo.

3. MENSURAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA: UMA TENTATIVA A PARTIR DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

O esforço intelectual do capítulo anterior para compreender e desenvolver o conceito de EIR é importante para qualquer análise marxista nas áreas de economia e sociologia do trabalho, pois resgata o conceito marxista de EIR. E assim, a análise que se pretenda marxista nessas áreas não fica dependente de conceitos de desemprego importados de outras teorias sociais, o que a desfigura. Entretanto, as estatísticas oficiais de população e trabalho não classificam a população de acordo com o especificado pela teoria marxista, o que coloca uma dificuldade a mais para a análise marxista: como adaptar e interpretar dados mensurados em metodologias e referenciais teóricos diferentes.

Até hoje, a única tentativa de se medir o EIR a partir de estatísticas oficiais foi feita por John Belamy Foster e outros no artigo “The global reserve army of labour and the new imperialism” de 2011, onde o EIR mundial é medido com dados de quase todos os países do mundo disponibilizados pela Organização Mundial de Trabalho para o período entre 1997 e 2011. Neste artigo de Foster, o EIR mundial total é dado pela soma de trabalhadores desempregados, trabalhadores por conta-própria, trabalhadores não-remunerados (ou familiares) e população economicamente não-ativa com 25 a 54 anos de idade. Não há tentativa de separação deste EIR em camadas. O resultado a que eles chegam é de um EIR que flutua no patamar de 60% a 65% do total da força de trabalho mundial.

Neste capítulo faz-se uma tentativa de adaptação das estatísticas de população, trabalho e emprego da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2000 ao conceito de EIR desenvolvido no capítulo anterior. Para isto, este capítulo divide-se em duas partes: num primeiro momento explicam-se as informações que podem ser obtidas a partir da PNAD e como elas podem ser relacionadas aos conceitos marxistas, especialmente o EIR, desenvolvendo uma metodologia para medir o EIR com base na PNAD; posteriormente mensura-se o EIR brasileiro a partir dos dados da PNAD com base nesta metodologia, faz-se recortes analíticos e tenta-se fazer alguns comentários analíticos dos resultados obtidos.

No caso brasileiro, há outras estatísticas disponíveis além da PNAD como os Censos Demográficos e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE.

A escolha das PNAD dos anos 2000 para realizar este trabalho deve-se a sua manutenção das mesmas categorias de divisão da população e da mesma metodologia de mensuração durante o período, o que não acontece com os diferentes Censos que, muitas vezes, possuem categorias e metodologias diferentes; sua escolha deve-se também a sua abrangência nacional, que a diferencia da pesquisa do DIEESE que, apesar de ter uma metodologia que facilita a sua conversão em categorias marxistas de análise, está restrita a poucas regiões metropolitanas do Brasil.

3.1. OS DADOS DA PNAD E AS CATEGORIAS MARXISTAS DE ANÁLISE

3.1.1. *Descrição dos dados disponíveis na PNAD*

A PNAD é uma pesquisa nacional de periodicidade anual que tem por objetivo complementar os dados dos Censos Demográficos, que são feitos a cada dez anos. Mas, enquanto o Censo entrevista toda a população brasileira, a PNAD entrevista apenas uma amostra relevante desta população e só chegou a ter abrangência totalmente nacional em 2003, até então os moradores das zonas rurais dos estados da região norte do Brasil não eram contemplados pelos dados da PNAD.

A partir dos dados da PNAD é possível obter uma série de dados demográficos da população brasileira, tais como educação, trabalho, rendimento, moradia, migração e fecundidade. Dos dados da PNAD, interessa a esta dissertação os dados sobre trabalho e rendimento cruzados com características pessoais como sexo e idade, para se ter uma primeira mensuração do exército industrial de reserva brasileiro e verificar algumas características do seu perfil sócio-econômico.

Os dados de trabalho da PNAD dividem a população brasileira em dois grandes grupos: (i) a PIA – população em idade ativa – que são todas as pessoas com 10 anos de idade ou mais, e (ii) a população em idade não-ativa, que são todas as pessoas com menos de 10 anos de idade. É interessante notar que apesar da legislação trabalhista brasileira proibir o trabalho de menores de 14 anos, nas próprias estatísticas oficiais considera-se o maior de 10 anos em idade ativa. Fora da PIA estão os trabalhadores com idade entre 5 e 9 anos, que são contabilizados em relatórios sobre o trabalho infantil.

Dentro da PIA distinguem-se dois grupos de pessoas: (i) a PEA – população economicamente ativa – que abrange as pessoas que estão ocupadas em atividades econômicas ou estão a procura de ocupação; e (ii) a PNEA – população não-economicamente ativa – que abrange as pessoas não ocupadas em atividades econômicas e não estão a procura de ocupação, neste grupo estão os estudantes, donas-de-casa, aposentados, pensionistas, pessoas que vivem de rendas (como aluguel de imóveis), pessoas sem ocupação e que não estão a procura de uma e até mesmo as pessoas que se encaixam na definição de lumpemproletariado do capítulo anterior (que certamente é uma parcela muito pequena na PNEA). E neste ponto é interessante notar que nas estatísticas oficiais o trabalho doméstico é ora tratado como atividade econômica (se for executado por um empregado doméstico), ora como atividade não-econômica (se for executado por uma dona-de-casa).

Por sua vez, a PEA divide-se em outros dois grupos: (i) a PEA ocupada, que abrange as pessoas ocupadas em atividades econômicas; e (ii) a PEA desocupada, que abrange as pessoas sem ocupação em atividades econômicas, mas que procuraram algum tipo de ocupação nos últimos trinta dias. A taxa de desemprego aberto é calculada dividindo-se a PEA desocupada pela PEA total.

E, finalmente, a PEA ocupada é classificada em sete tipos de posição na ocupação, segundo as definições do IBGE³⁰ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que é a utilizada pela PNAD:

(1) Empregador: É a pessoa proprietária de um negócio com um ou mais empregados remunerados permanentes. Não é incluído nesta categoria o indivíduo que só tem trabalhador doméstico, trabalhador não-remunerado ou tem empregados remunerados apenas eventualmente.

(2) Empregado: É a pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, os clérigos. Neste grupo estão todas as pessoas com vínculo empregatício, seja ele formalizado ou não.

(3) Trabalhador doméstico: É a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

³⁰ O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é órgão do governo federal responsável pela execução da PNAD, e a partir da metodologia do IBGE que se faz a PNAD.

(4) Conta-própria: É a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. Neste grupo estão desde o vendedor de serviços pessoais até os profissionais liberais.

(5) Trabalhador não-remunerado: É a pessoa que trabalha sem remuneração em ajuda a membro da sua unidade domiciliar, seja conta-própria ou empregador.

(6) Trabalhador na produção para o próprio consumo: É a pessoa que trabalha na produção para o próprio consumo, geralmente na produção de bens primários.

(7) Trabalhador na construção para o próprio uso: É a pessoa que trabalha na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

3.1.2. *Dos dados da PNAD para as categorias de análise marxistas.*

No capítulo anterior dividiu-se população dos países capitalistas em duas classes: (i) a classe capitalista, que é formada pelos proprietários de meios de produção e compradores de força de trabalho, sejam eles grandes (burguesia) ou pequenos (pequena burguesia); e (ii) a classe trabalhadora, que é formada pelos vendedores de força de trabalho. Esta venda de força de trabalho pode ser: (i) efetiva, no caso dos trabalhadores assalariados ou exército ativo; (ii) em potencial, no caso do exército industrial de reserva; ou ainda (iii) os impedidos de vender por qualquer circunstância, como os incapazes de trabalhar, o lumpemproletariado ou pessoas muito crianças ou muito idosas.

Nesta dissertação pretende-se fazer a seguinte relação entre os grupos que o IBGE divide a população brasileira e os conceitos marxistas de classes sociais e divisão da classe trabalhadora em exército ativo e, especialmente, o exército industrial de reserva e suas camadas:

QUADRO 2 – TRANSPOSIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO IBGE PARA AS CATEGORIAS MARXISTAS DE ANÁLISE

Posição na Ocupação do IBGE	Classes Sociais/ Camadas do EIR
Empregador	Capitalistas

No capítulo anterior demonstrou-se que a classe

trabalhadora é um grupo bastante heterogêneo. Entretanto, é importante dizer que a classe capitalista também é bastante heterogênea, entre os empregadores do IBGE estão desde os grandes capitalistas que detêm o poder econômico e político de fato (e que são muito poucos numericamente) até os pequenos capitalistas com poucos empregados e com padrão de vida pauperizado (e que são parte considerável deste contingente de capitalistas). Portanto, a classe capitalista aqui medida é a junção da burguesia com a pequena burguesia.

Empregado	<p>Trabalhadores Assalariados (Exército Ativo) Engloba todos os trabalhadores assalariados do setor público (estatutários e militares) e do setor privado (formais e informais).</p>
Conta-própria	<p>EIR estagnado Esta é uma categoria problemática de se fazer analogia com os conceitos marxistas. Os trabalhadores por conta-própria formam um contingente heterogêneo, como já foi visto no capítulo anterior, e por isso nem todos eles deveriam ser classificados como pertencentes ao EIR estagnado. Entretanto nesta dissertação classifica os trabalhadores por conta-própria do IBGE fazendo duas ressalvas: (i) a de que uma pequena parte é formada por profissionais liberais – em 2009, segundo os dados da PNAD, havia 464 mil profissionais liberais associados a sindicatos num universo de quase 19 milhões de trabalhadores por conta-própria (ou seja, apenas 2,5% do total, aproximadamente), como não há meio de separar os profissionais liberais a partir desta estatística não haverá mensuração do total de profissionais liberais (que não estão no EIR) nesta dissertação, o que provoca um pequeno sobredimensionamento do EIR estagnado; (ii) e como não há como distinguir entre os trabalhadores por conta-própria aqueles que têm vínculos informais com uma empresa e aqueles que estão trabalhando para mercado nos dados da PNAD, há alguma superestimação do tamanho do EIR estagnado e alguma subestimação do exército ativo.</p>
Trabalhador não-remunerado	<p>EIR estagnado Nesta dissertação, eles são considerados como pertencentes ao EIR estagnado, tal qual os trabalhadores por conta-própria a quem, em geral, eles estão ligados.</p>
Trabalhador doméstico	<p>EIR latente Os trabalhadores domésticos, apesar de receberem</p>

remuneração por seu trabalho, trabalhando às vezes em uma única residência (no caso das “mensalistas” – estando mais próximas da condição de trabalhador assalariado) ou em várias (no caso das “diaristas” – estando mais próximas da condição de trabalhador por conta-própria), não são trabalhadores assalariados do capital e portanto não fazem parte do exército ativo, pois não estão subordinados ao capital e sim à produção doméstica. Como a produção doméstica é um setor não-capitalista da economia, os trabalhadores domésticos são classificados como pertencentes ao EIR latente nesta dissertação.

Trabalhador na produção para próprio consumo

EIR latente

Neste grupo estão os pequenos proprietários rurais sem produção dirigida para o mercado. Trata-se na verdade de uma extensão da produção doméstica das famílias que vivem em áreas rurais, ou seja, são pessoas da família que se dedicam exclusivamente a produzir alguns gêneros alimentícios para o consumo da própria família, por isto esta dissertação classifica os trabalhadores na produção para o próprio consumo como pertencentes ao EIR latente.

Trabalho na construção para o próprio uso

EIR latente

São pessoas que estão trabalhando na construção da casa própria. Novamente trata-se de uma extensão da produção doméstica, com algum(s) membro(s) da família se dedicando a construir a casa própria da família, portanto, pertence ao EIR latente.

Desocupados

EIR flutuante.

Este grupo é formado pelos trabalhadores desempregados e que estiveram a procura de emprego/ocupação nos últimos 30 dias.

População não economicamente ativa (PNEA)

EIR latente

Esta é outra categoria problemática de se fazer analogia com as categorias marxistas de análise. Como dito anteriormente, a PNEA é um grupo bastante heterogêneo e seus integrantes podem pertencer ao EIR latente, ao lumpemproletariado ou podem ser incapazes de trabalhar.

Há ainda o problema de que parte considerável da PNEA é formada por crianças, adolescentes e jovens adultos que ainda não estão trabalhando e idosos que já se aposentaram, o por um lado pode superestimar o tamanho do EIR latente, mas por outro não se pode dizer que de estas pessoas estão disponíveis em algum grau (provavelmente pequeno, mas crescentemente quanto

mais velho for o trabalhador jovem e decrescentemente quanto mais velho o trabalhador idoso) ao capital e, portanto, estão no EIR, e mais especificamente no EIR latente, pois não estão integrados ao setor capitalista da economia.

Nesta dissertação, considera-se a PNEA como pertencente ao EIR latente fazendo-se a ressalva de que provavelmente está se superestimando o tamanho dele, pois uma parcela da PNEA, provavelmente pequena, na verdade está ou no lumpemproletariado ou se encontra incapaz de trabalhar e uma parcela considerável do EIR latente tem ou tem menos de 18 anos ou mais de 60 anos de idade. Para reduzir o impacto da grande PNEA destas faixas etárias no tamanho do EIR latente convém retirá-las da PIA e eventualmente verificar como é a divisão de classes e a composição do EIR nelas.

Deste ponto em diante, esta dissertação medirá o EIR brasileiro a partir das analogias feitas no quadro acima, com todas as ressalvas que ali estão feitas. Portanto, tem-se o seguinte quadro da divisão de classes e da segmentação da classe trabalhadora em exército ativo e EIR e suas camadas a partir da PIA brasileira:

Capitalistas = Empregadores

Trabalhadores Assalariados = Empregados

EIR Flutuante = Desocupados

EIR Latente = Trabalhador doméstico + Trabalhador na produção para próprio consumo + Trabalhador na construção para o próprio uso + População não economicamente ativa

EIR Estagnado = Conta-Própria + Não remunerado

3.2. O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA BRASILEIRO

Com base nesta metodologia, tem-se o seguinte quadro da PIA brasileira na faixa etária de 18 a 60 anos de idade nos anos 2000:

TABELA 1 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1. Capitalista	2,9%	3,1%	2,9%	3,0%	3,0%	3,2%	2,7%	3,3%	3,1%
2. Exército Ativo	39,8%	40,4%	40,4%	41,7%	42,0%	42,9%	43,7%	45,4%	45,0%
3. EIR (total)	57,3%	56,5%	56,7%	55,3%	54,9%	53,9%	53,6%	51,3%	51,9%
3.1. EIR flutuante	6,9%	6,7%	7,3%	6,7%	7,0%	6,4%	6,1%	5,4%	6,4%
3.2. EIR latente	31,7%	30,8%	30,6%	29,7%	29,3%	29,5%	29,6%	29,1%	28,8%
3.3. EIR estagnado	18,7%	19,0%	18,8%	18,9%	18,7%	18,0%	17,8%	16,8%	16,7%
PIA Total (em mil)	138.962	141.831	144.586	149.432	152.286	155.247	157.822	160.561	162.807

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Da tabela acima e todas as demais a diante, os valores percentuais dizem respeito ao tamanho de cada categoria em relação à PIA e não à PEA. Por isso, o tamanho relativo do EIR flutuante, por exemplo, é menor do que a taxa de desemprego aberto, pois o primeiro é medido pelo número de desocupados em relação à PIA e o segundo é medido pelo número de desocupados em relação à PEA.

Da tabela 1 já é possível extrair algumas informações sobre a evolução da classe trabalhadora e do EIR brasileiro nos anos 2000. Em termos absolutos, entre 2001 e 2009, houve um crescimento do exército ativo de 55,3 milhões para 73,3 milhões de pessoas; um incremento absoluto de 18 milhões de pessoas ao exército ativo, o que corresponde aproximadamente a PEA total de países como Canadá ou Polônia em 2008 (OIT, 2013). Enquanto que o EIR total foi de 79,6 milhões para 84,5 milhões de pessoas, um aumento absoluto de quase 5 milhões de pessoas, quase o tamanho da PEA total de países como Grécia ou Suécia em 2008 (OIT, 2013), mas houve uma diminuição relativa de seu tamanho frente à força de trabalho total ao longo da década.

Durante este período, houve um aumento absoluto e relativo do exército ativo da classe trabalhadora, principalmente a partir de 2004, o que é explicado pelo incremento da acumulação de capital no período. Para verificar isso basta constatar que entre 1980 e 2003 o PIB per capita brasileiro cresceu a uma média de apenas 0,02% ao ano, enquanto que entre 2003 e 2010 este crescimento foi de 3,6% ao ano (IPEADATA, 2012). O aumento da acumulação de capital se traduz em aumento da demanda por força de trabalho, o que por sua vez implica em um aumento do

exército ativo e diminuição do EIR. Assim entre 2001 e 2009 houve um incremento relativo de 15% no exército ativo e uma diminuição de 10% do EIR.

É interessante notar que neste processo de absorção do EIR a camada flutuante não diminuiu tanto quanto se poderia esperar, houve também uma absorção das camadas mais profundas do EIR conjuntamente, ainda que o processo de absorção relativa do EIR flutuante tenha sido mais intenso do que nas demais camadas. Desconsiderando o ano de 2009, ano que o Brasil não cresceu em decorrência dos efeitos da crise econômica internacional e conseqüentemente houve um aumento conjuntural do EIR flutuante neste ano específico, entre 2001 e 2008 o EIR flutuante diminuiu 22%, o EIR latente diminuiu 8% e o EIR estagnado diminuiu 10%.

A divisão de classes e a composição no EIR brasileiro não é uniforme em todo o território nacional, a história do modo como ocorreu a implantação do capitalismo e grau de desenvolvimento capitalista em cada região determinam diferentes divisões de classe e composição do EIR. A título de ilustração, as duas tabelas a seguir mostram a situação em dois estados brasileiros: São Paulo, um dos mais desenvolvidos, e Maranhão, um dos menos desenvolvidos.

TABELA 2 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,3%	3,4%	3,4%	3,1%	3,5%	3,8%	3,1%	3,6%	3,1%
2. Exército Ativo	44,9%	45,6%	45,3%	47,8%	48,4%	49,5%	51,0%	52,3%	51,6%
3. EIR (total)	51,8%	50,9%	51,3%	49,0%	48,1%	46,7%	45,9%	44,1%	45,3%
3.1. EIR flutuante	7,9%	8,2%	8,8%	8,0%	8,1%	7,4%	6,7%	5,8%	7,2%
3.2. EIR latente	30,6%	29,1%	29,2%	28,6%	27,1%	27,1%	26,5%	26,3%	25,9%
3.3. EIR estagnado	13,3%	13,7%	13,3%	12,4%	12,9%	12,3%	12,7%	12,0%	12,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 3 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO ESTADO DO MARANHÃO (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,9%	2,3%	1,6%	1,5%	1,6%	2,0%	1,5%	2,0%	2,4%
2. Exército Ativo	25,6%	27,1%	28,3%	28,2%	28,7%	30,0%	32,2%	34,4%	30,9%
3. EIR (total)	73,7%	70,5%	70,1%	70,3%	69,5%	68,1%	66,3%	63,6%	66,6%

3.1. EIR flutuante	5,5%	4,4%	4,8%	5,6%	4,8%	5,7%	5,3%	4,2%	5,6%
3.2. EIR latente	33,8%	33,5%	34,1%	32,6%	32,5%	32,9%	37,8%	36,9%	36,0%
3.3. EIR estagnado	34,3%	32,5%	31,3%	32,0%	32,2%	29,4%	23,2%	22,5%	25,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Comparando os dois estados percebe-se que o exército ativo é maior em São Paulo do que no Maranhão e o contrário ocorre com o EIR. Das camadas do EIR, o EIR flutuante é maior em São Paulo, e as demais camadas do EIR são maiores no Maranhão. Tudo isso é uma evidência empírica de alguns resultados teoricamente esperados com o progresso das forças produtivas estudados no capítulo anterior: assalariamento crescente da população trabalhadora e aniquilação crescente dos setores não-capitalistas da economia (e assim dos espaços disponíveis para o EIR latente e estagnado) e logo aumento relativo do EIR flutuante dentro do EIR total, por exemplo. Não é objetivo dessa dissertação estudar o EIR a nível estadual, mas no anexo estatístico I desta dissertação estão disponíveis tabelas iguais as anteriores por estado da federação.

3.2.1. EIR e sexo.

Os dados da tabela 1 dizem respeito a PIA com 18 a 60 anos de idade sem fazer distinção de sexo. Quando esta distinção é feita surgem alguns resultados interessantes, como se vê nas duas tabelas adiante.

TABELA 4 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1. Capitalista	4,6%	4,6%	4,5%	4,5%	4,6%	4,9%	4,1%	4,8%	4,7%
2. Exército Ativo	52,8%	53,0%	52,5%	54,1%	54,5%	55,1%	56,0%	57,8%	57,2%
3. EIR (total)	42,6%	42,4%	42,9%	41,4%	41,0%	40,1%	40,0%	37,4%	38,1%
3.1. EIR flutuante	6,4%	6,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,5%	5,1%	4,5%	5,3%
3.2. EIR latente	11,8%	11,7%	12,0%	11,4%	11,4%	11,9%	12,4%	11,9%	11,8%
3.3. EIR estagnado	24,3%	24,4%	24,2%	24,2%	23,6%	22,7%	22,4%	21,1%	20,9%
PIA Total (em mil)	46.458	47.545	48.610	50.172	51.465	52.308	53.244	54.022	54.614

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 5 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1. Capitalista	1,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,6%	1,7%	1,5%	1,8%	1,6%
2. Exército Ativo	27,7%	28,6%	28,9%	30,1%	30,4%	31,5%	32,3%	33,8%	33,5%
3. EIR (total)	70,9%	69,7%	69,6%	68,3%	68,0%	66,7%	66,3%	64,3%	64,8%
3.1. EIR flutuante	7,3%	7,2%	7,8%	7,5%	8,0%	7,2%	7,1%	6,3%	7,4%
3.2. EIR latente	50,2%	48,7%	48,1%	46,8%	46,0%	45,8%	45,7%	45,2%	44,6%
3.3. EIR estagnado	13,4%	13,8%	13,7%	14,0%	14,1%	13,6%	13,5%	12,8%	12,8%
PIA Total (em mil)	49.787	50.847	51.940	53.871	54.835	56.015	56.956	57.647	58.634

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Das informações que se podem extrair das tabelas 4 e 5, destacam-se as seguintes:

(i) Na divisão de classes e na segmentação da classe trabalhadora observa-se que a classe capitalista e exército ativo são majoritariamente masculinos e o exército de reserva é majoritariamente feminino. Tratar de questões de gênero não é o objetivo deste trabalho, entretanto este é um dado interessante para se investigar as causas econômicas do papel secundário e dominado relegado à mulher na sociedade capitalista.

(ii) Houve um aumento do exército ativo e uma diminuição do exército de reserva tanto entre os homens quanto entre as mulheres, mas o aumento do exército ativo foi maior entre as mulheres e a diminuição do EIR foi maior entre os homens. Entre 2001 e 2009, houve um incremento relativo de 8% no exército ativo e uma diminuição de 10,5% no EIR entre os homens, enquanto que entre as mulheres houve um aumento de 21% no exército ativo e uma diminuição de 8,5% no EIR.

(iii) A camada flutuante do EIR sempre é maior entre as mulheres que entre os homens, mas houve diminuição desta em ambos os sexos, mais intensamente entre os homens. Desconsiderando o ano de 2009, pelas razões citadas anteriormente, houve uma diminuição relativa do EIR flutuante de 30% entre os homens e de 14% entre as mulheres entre 2001 e 2008.

(iv) Nas camadas mais profundas do EIR nota-se novamente uma divisão de sexos: enquanto o EIR latente é majoritariamente feminino, o EIR estagnado é majoritariamente masculino. Isto reflete uma espécie de divisão de trabalho entre os sexos, onde os homens trabalham na produção mercantil e as mulheres trabalham

na produção doméstica e de subsistência. Entre 2001 e 2009 houve uma diminuição das duas camadas em ambos os sexos: a camada latente permaneceu estável entre os homens e diminuiu 11% entre as mulheres e a camada estagnada diminuiu 14% entre os homens e 4,5% entre as mulheres.

3.2.2. EIR, sexo e idade.

Outras informações interessantes surgem quando se desagrega a PIA em faixas etárias. Os dois gráficos a seguir mostram a divisão de classes e a composição do EIR masculino e feminino brasileiro segundo as faixas etárias em 2009:

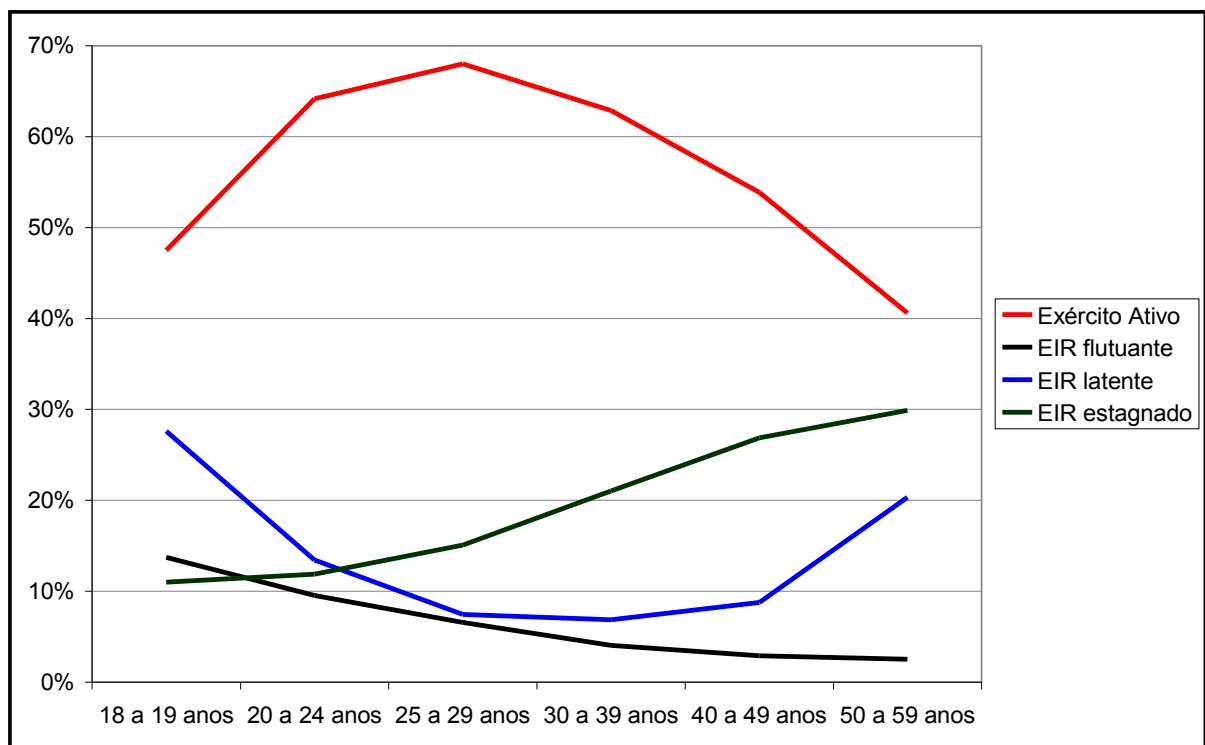


GRÁFICO 1 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2009) POR FAIXA ETÁRIA

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

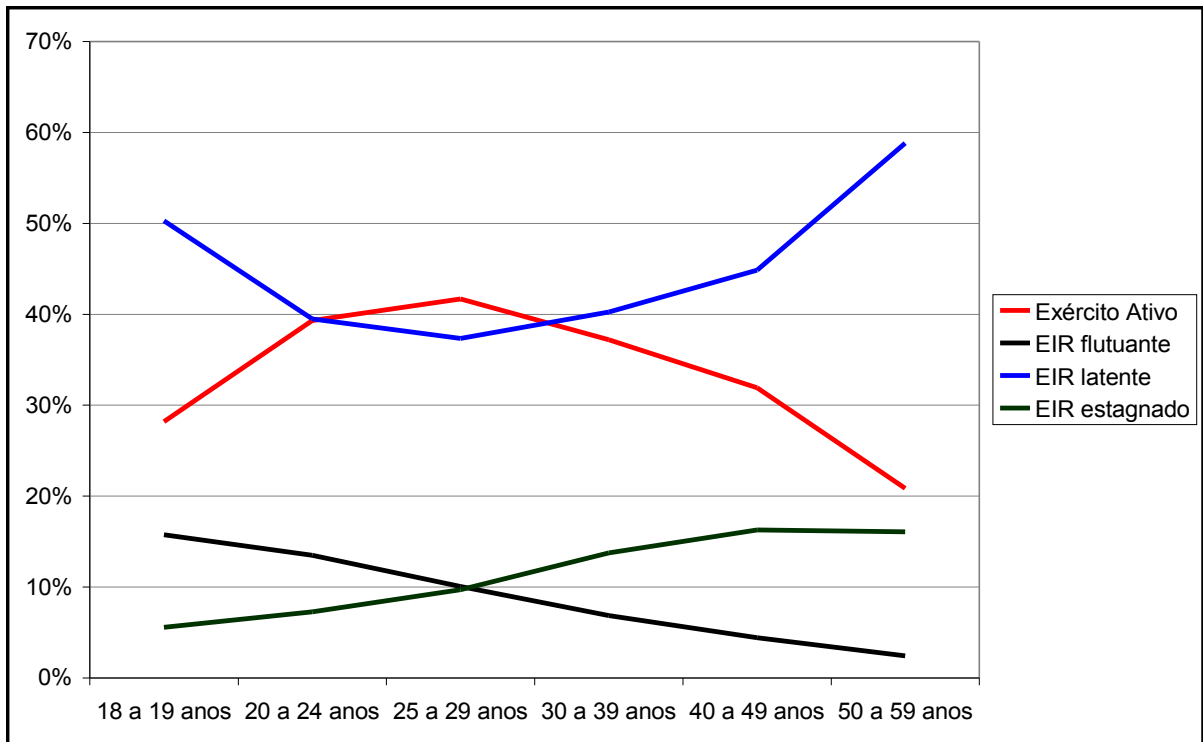


GRÁFICO 2 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2009) POR FAIXA ETÁRIA
 Fonte: PNAD. Elaboração própria.

A partir dos gráficos 1 e 2 é possível observar os seguintes fenômenos:

- (i) Independentemente da faixa etária, o exército ativo e o EIR estagnado são majoritariamente masculinos e o EIR flutuante e latente são majoritariamente femininos.
- (ii) O auge do tamanho relativo do exército ativo ocorre na faixa etária dos 25 aos 29 anos e a partir daí a participação no exército ativo cai constantemente com o passar da idade. Isto mostra que o objetivo do capital ao comprar força de trabalho é “sugar” as forças vitais do trabalhador no auge de sua vitalidade, e quando este a perde paulatinamente o capital o descarta.
- (iii) A tendência com o passar da idade é a diminuição do EIR flutuante e o aumento do EIR estagnado. A explicação disso foi dada no capítulo anterior: o trabalhador não pode resistir por muito tempo ao desemprego sem comprometer a sua subsistência e de sua família, sendo obrigado a ter uma ocupação, por mais precária que seja (como as do EIR estagnado), e esta resistência diminui com o envelhecimento do trabalhador: um trabalhador mais jovem tem mais facilidade para encontrar um emprego no exército ativo e geralmente tem a ajuda de sua família para viver enquanto está desempregado, enquanto que um trabalhador mais velho

além de ter maiores dificuldades de vender sua força de trabalho ao capital, muitas vezes tem uma família que depende dele.

(iv) O EIR latente apresenta três padrões de movimento: primeiro, diminui até os 30 anos entre homens e mulheres; segundo, entre os 30 e 50 anos de idade, ele se mantém estável entre os homens e crescente entre as mulheres; e terceiro, a partir dos 50 anos de idade começa a subir em ambos os sexos. Isto é causado por três fatores: (a) entrada dos jovens na produção capitalista – jovens de ambos os sexos deixam de ser sustentados unicamente pela família e começam a procurar ocupações para se manterem, o que os leva do EIR latente para outras camadas do EIR ou para o exército ativo – o que explica o primeiro movimento; (b) com a divisão do trabalho entre os sexos, algumas mulheres casadas saem do exército ativo e se voltam exclusivamente para a produção doméstica, enquanto seus maridos continuam no exército ativo ou no EIR estagnado para o sustento financeiro da família – o que explica o segundo movimento; (c) a partir dos 50 anos de idade, homens e mulheres começam a se aposentar – o que explica o terceiro movimento.

Para verificar como evoluiu a divisão de classes e a composição do EIR ao longo dos anos 2000 é interessante comparar a situação em dois anos específicos desta década: o de 2003 e o de 2008. O primeiro é importante por ter sido o último ano de uma longa estagnação de 23 anos do PIB per capita brasileiro, já o segundo por ter sido quinto e último ano de um período de crescimento econômico mais acelerado. É o que se faz nas tabelas 6 e 7:

TABELA 6 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2003 E 2008) POR FAIXA ETÁRIA

	18-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos
Capitalistas (2003)	0,3%	1,0%	2,9%	5,4%	7,1%	7,0%
Capitalistas (2008)	0,3%	1,2%	2,9%	5,7%	7,2%	7,2%
Exército Ativo (2003)	43,6%	58,9%	63,0%	57,6%	48,7%	35,5%
Exército Ativo (2008)	50,6%	64,8%	69,4%	63,3%	54,1%	39,9%
EIR Total (2003)	56,1%	40,1%	34,1%	36,9%	44,2%	57,5%
EIR Total (2008)	49,1%	34,1%	27,7%	31,0%	38,7%	52,9%
EIR flutuante (2003)	13,8%	11,1%	7,1%	5,1%	4,7%	3,6%
EIR flutuante (2008)	11,3%	8,4%	5,1%	3,2%	2,5%	2,1%
EIR latente (2003)	27,3%	13,5%	7,1%	6,3%	9,4%	21,4%

EIR latente (2008)	26,7%	13,2%	7,4%	6,9%	8,9%	20,5%
EIR estagnado (2003)	15,0%	15,5%	19,9%	25,5%	30,1%	32,5%
EIR estagnado (2008)	11,1%	12,5%	15,2%	20,9%	27,3%	30,4%

Fonte: PNAD. Elaboração Própria.

TABELA 7 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2003 E 2008) POR FAIXA ETÁRIA

	18-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos
Capitalistas (2003)	0,1%	0,4%	1,0%	2,0%	2,3%	1,7%
Capitalistas (2008)	0,1%	0,5%	1,2%	2,2%	2,7%	2,3%
Exército Ativo (2003)	21,0%	32,8%	34,1%	32,6%	29,0%	17,0%
Exército Ativo (2008)	28,3%	40,7%	42,0%	37,8%	31,2%	21,0%
EIR Total (2003)	78,8%	66,8%	64,9%	65,5%	68,7%	81,3%
EIR Total (2008)	71,7%	58,8%	56,8%	60,0%	66,1%	76,8%
EIR flutuante (2003)	16,1%	13,9%	9,6%	7,1%	4,3%	2,4%
EIR flutuante (2008)	14,3%	11,6%	8,7%	5,8%	3,6%	1,8%
EIR latente (2003)	55,9%	44,9%	43,5%	43,4%	47,4%	61,6%
EIR latente (2008)	51,2%	39,9%	37,8%	40,6%	46,3%	59,0%
EIR estagnado (2003)	6,9%	8,0%	11,8%	15,0%	17,0%	17,3%
EIR estagnado (2008)	6,2%	7,4%	10,2%	13,7%	16,2%	16,0%

Fonte: PNAD. Elaboração Própria.

Das informações que são possíveis de extrair das tabelas 6 e 7 destacam-se as seguintes:

- (i) Houve um aumento do exército ativo e uma diminuição do EIR total em ambos os sexos e em todas as faixas etárias analisadas. O destaque fica com o aumento do exército ativo mais expressivo entre as mulheres com 18 a 30 anos de idade: aumentos de 34%, 24% e 23% nas faixas de 18-19, 20-24 e 25-29 anos respectivamente. Isto é o reflexo da contínua incorporação da força de trabalho feminina pelo capital.
- (ii) O EIR flutuante diminuiu drasticamente em ambos os sexos e em todas as faixas etárias analisadas, com maior intensidade entre os homens, consequência direta do aumento da acumulação de capital e logo da demanda por força de trabalho entre 2003 e 2008. O destaque fica com a redução do EIR flutuante entre os homens com

30 a 60 anos de idade: diminuição de 36%, 48% e 43% nas faixas de 30-39, 40-49 e 50-59 anos respectivamente.

(iii) O EIR latente não teve um padrão de comportamento tão claro quanto ao do exército ativo e das demais camadas do EIR. Entre as mulheres houve uma redução do EIR latente em todas as faixas etárias, com maior intensidade nas faixas dos 20-24 e 25-29 anos de idade, cujas diminuições foram de 11% e 13% respectivamente, o que é reflexo da absorção pelo capital da força de trabalho feminina, que por isso abandona a produção doméstica. Entre homens o EIR latente manteve-se praticamente estável, com variações positivas nas faixas dos 25-29 e 30-39 anos de idade e negativas nas demais, mas sempre com o EIR latente total muito pequeno se comparado ao EIR latente feminino.

(iv) O EIR estagnado diminuiu em todas as faixas etárias analisadas e em ambos os sexos, com destaque para os homens. As maiores reduções ocorreram entre os homens com 18 a 40 anos de idade, com diminuições de 26%, 19%, 24% e 18% nas faixas dos 18-19, 20-24, 25-29 e 30-39 anos respectivamente.

As tabelas da PIA desagregada em sexo e nas faixas etárias analisadas anteriormente estão disponíveis no anexo estatístico II desta dissertação.

Para as faixas de idade que não foram analisadas até agora, os menores de 18 e os maiores de 60 anos de idade, é interessante desagregar o EIR latente em três partes: (i) a PNEA, (ii) os trabalhadores domésticos e (iii) os trabalhadores na produção de subsistência (produção para próprio consumo e construção para próprio uso). Isto porque a PNEA é constituída basicamente por estudantes, entre os menores de 18 anos, e por aposentados, entre os maiores de 60 anos, e não majoritariamente por pessoas ligadas a produção doméstica do seu domicílio como é o caso da PNEA com 18 a 60 anos de idade. Desagregando a PIA em sexo nas faixas de idade dos menores de 18 e maiores de 60 anos ao longo da década de 2000 temos as seguintes tabelas:

TABELA 8 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA MASCULINA COM 10 A 14 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Exército Ativo	3,5%	3,2%	2,6%	2,8%	2,9%	2,7%	2,5%	2,3%	2,5%
EIR flutuante	1,5%	1,6%	1,3%	1,2%	1,3%	1,1%	1,3%	0,9%	1,1%
EIR latente (Trabalhador)	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%

Doméstico)										
EIR latente										
(Trabalhador na	1,7%	1,4%	1,4%	1,5%	1,9%	2,0%	1,6%	1,5%	1,7%	
produção de										
subsistência)										
EIR estagnado	10,0%	10,4%	9,7%	9,1%	9,6%	7,9%	7,7%	6,1%	5,2%	
EIR latente										
(PNEA)	83,2%	83,3%	84,8%	85,3%	84,3%	86,3%	86,8%	89,2%	89,4%	

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 9 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA FEMININA COM 10 A 14 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Exército Ativo	0,9%	0,9%	0,6%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%	0,8%	0,7%
EIR fluante	1,0%	1,2%	1,0%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	0,8%
EIR latente									
(Trabalhador	1,6%	1,4%	1,2%	1,1%	0,9%	1,0%	1,1%	0,9%	1,2%
Doméstico)									
EIR latente									
(Trabalhador na	0,8%	0,9%	0,9%	0,8%	1,2%	1,2%	0,9%	0,8%	0,6%
produção de									
subsistência)									
EIR estagnado	4,5%	4,3%	4,1%	3,9%	4,4%	4,1%	3,3%	2,6%	2,3%
EIR latente									
(PNEA)	91,1%	91,3%	92,2%	92,5%	91,7%	92,1%	93,1%	94,1%	94,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Mesmo com a legislação trabalhista brasileira proibindo o trabalho do menor de 14 anos de idade, a PNAD mostra que 10,6% dos meninos e 5,6% das meninas brasileiras com 10 a 14 anos de idade trabalhavam no Brasil em 2009, o que corresponde a um contingente aproximado de 955 mil meninos e 474 meninas desta faixa etária. Mas a situação era pior no ano de 2001, quando estes números eram 16,8% (1,4 milhão) dos meninos e 8,9% (730 mil) das meninas desta faixa etária trabalhando.

Nesta faixa etária, estas crianças trabalhadoras estão ocupadas como trabalhador não-remunerado (EIR estagnado) ou como trabalhador assalariado informal (exército ativo), há ainda o trabalho doméstico remunerado (EIR latente) entre as meninas. Quando estão em uma ocupação remunerada, esta remuneração geralmente é muito pequena, além de trabalharem em uma jornada de trabalho cuja extensão atrapalha a frequência na escola (DIEESE, 2001).

Além das crianças trabalhadoras, há os jovens com 15 a 17 anos de idade que também começam a procurar quem compre a sua força de trabalho enquanto que, de acordo com a sua idade, deveriam estar terminando os seus estudos na

educação básica. As tabelas a seguir mostram a situação dos jovens dessa faixa etária:

TABELA 10 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA MASCULINA COM 15 A 17

	ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Capitalistas	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Exército Ativo	22,2%	22,6%	21,3%	22,2%	22,0%	22,2%	22,1%	22,6%	21,4%	
EIR flutuante	8,9%	9,3%	8,9%	9,0%	10,8%	8,3%	8,4%	6,9%	8,1%	
EIR latente (Trabalhador Doméstico)	0,4%	0,4%	0,2%	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	
EIR latente (Trabalhador na produção de subsistência)	1,7%	1,5%	1,6%	1,7%	2,1%	2,2%	2,2%	2,5%	2,1%	
EIR estagnado	15,6%	15,3%	15,2%	15,2%	14,6%	13,8%	13,1%	11,2%	11,5%	
EIR latente (PNEA)	51,1%	50,8%	52,7%	51,4%	50,2%	53,2%	53,7%	56,4%	56,7%	

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 11 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA FEMININA COM 15 A 17

	ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Capitalistas	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Exército Ativo	9,0%	8,7%	8,0%	9,1%	8,7%	9,1%	9,6%	10,0%	9,4%	
EIR flutuante	8,4%	8,9%	9,3%	9,5%	10,8%	9,4%	9,3%	8,2%	8,8%	
EIR latente (Trabalhador Doméstico)	6,4%	6,7%	5,8%	5,3%	5,7%	5,8%	5,2%	4,5%	4,6%	
EIR latente (Trabalhador na produção de subsistência)	1,0%	1,3%	1,3%	1,2%	1,4%	1,8%	1,1%	1,2%	1,0%	
EIR estagnado	6,7%	6,9%	6,8%	6,8%	6,7%	5,7%	6,0%	5,3%	4,7%	
EIR latente (PNEA)	68,5%	67,5%	68,7%	68,1%	66,6%	68,2%	68,7%	70,7%	71,6%	

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

As tabelas 10 e 11 mostram que os brasileiros começam a trabalhar bastante jovens, no ano de 2009 cerca de 43% dos homens e 28% das mulheres com 15 a 17 anos de idade estavam na PEA, a situação é um pouco melhor que no início da década quando esses números eram de 49% e 31,5% respectivamente. E muitos deles no exército ativo, ou seja, são trabalhadores assalariados do capital.

Os homens e as mulheres desta faixa etária estão ocupados principalmente como trabalhadores assalariados (exército ativo) e trabalhadores não remunerados (EIR estagnado). Entre as mulheres, a ocupação como trabalhadoras domésticas (EIR latente) também é importante. Destaca-se também o tamanho do EIR flutuante

nesta faixa etária em ambos os sexos, que sofreu algumas variações durante a década, mas se manteve no patamar de 8% a 9% na PIA masculina e feminina, respectivamente.

De acordo com estudo do DIEESE (2001), assim como as crianças de 10 a 14 que trabalham, os jovens de 15 a 17 anos também têm baixa remuneração e jornada de trabalho incompatível para um desempenho escolar satisfatório. Deste modo, acaba-se perpetuando a situação de pobreza em que a maioria destes jovens e crianças trabalhadores se encontram, a mesma pobreza que os forçaram a procurar uma ocupação para sobreviverem e ajudar suas famílias. O capital se aproveita desta situação sócio-econômica frágil destas crianças e jovens e os utiliza como meio de inflar o EIR flutuante como mão-de-obra disposta a trabalhar com salários ainda mais baixos do que a média ou até mesmo efetivamente os empregam como mão-de-obra barata.

Outra faixa etária ainda não analisada é a dos adultos com 60 ou mais anos de idade. As tabelas a seguir mostram a evolução da divisão de classes e composição do EIR nesta faixa etária durante a década de 2000:

TABELA 12 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA MASCULINA COM 60 OU MAIS ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas	4,7%	3,9%	4,4%	4,3%	4,4%	4,4%	3,6%	4,3%	3,9%
Exército Ativo	11,4%	11,8%	11,4%	11,2%	10,7%	10,8%	11,7%	12,0%	11,5%
EIR flutuante	1,3%	1,3%	1,4%	1,1%	1,2%	1,1%	1,0%	0,8%	0,9%
EIR latente (Trabalhador Doméstico)	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,5%	0,5%	0,7%
EIR latente (Trabalhador na produção de subsistência)	5,0%	5,3%	5,8%	5,8%	6,3%	7,1%	6,0%	6,4%	6,5%
EIR estagnado	23,0%	22,8%	22,6%	22,1%	21,4%	21,6%	21,2%	20,4%	19,9%
EIR latente (PNEA)	54,0%	54,1%	53,8%	54,9%	55,4%	54,3%	56,0%	55,7%	56,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 13 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA FEMININA COM 60 OU MAIS ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,5%	0,8%	0,7%
Exército Ativo	2,5%	2,5%	2,8%	2,8%	2,7%	3,3%	3,3%	3,4%	3,3%
EIR flutuante	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
EIR latente (Trabalhador Doméstico)	2,2%	1,8%	1,8%	1,7%	2,1%	2,0%	2,1%	2,1%	2,1%
EIR latente (Trabalhador na	5,7%	6,2%	6,1%	6,1%	6,4%	6,4%	5,5%	5,8%	5,2%

produção de subsistência)									
EIR estagnado	7,8%	8,1%	7,8%	7,6%	8,0%	8,0%	8,1%	8,2%	7,6%
EIR latente (PNEA)	80,8%	80,3%	80,4%	80,8%	79,6%	79,4%	80,1%	79,3%	80,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

As tabelas 12 e 13 mostram que, em 2009, cerca de 43% dos homens e 19% das mulheres com 60 ou mais anos de idade estavam na PEA. O perfil ocupacional destes trabalhadores é bem diferente das demais faixas etárias: o EIR flutuante é ínfimo nesta faixa de idade e o trabalho na produção para subsistência (quase todo ele na agricultura) ganha destaque na ocupação em ambos os sexos, o que significa que muitas das pessoas mais velhas que trabalharam a vida inteira na agricultura saem da produção mercantil e passam a se dedicar exclusivamente à produção de subsistência.

Entre os homens destacam-se também as ocupações como trabalhador por conta própria (EIR estagnado), que diminuiu durante a década, e como trabalhador assalariado (exército ativo), que se manteve estável neste período. Entre as mulheres destacam-se as ocupações como trabalhadora por conta-própria (EIR estagnado), como trabalhadora assalariada (exército ativo), em ambos os casos com uma taxa de participação nessas ocupações inferior a dos homens, e também como trabalhadoras domésticas (EIR latente).

Todos estes dados informam que quando o capital demanda força de trabalho além da disponível em outras faixas etárias, a idade (seja o trabalhador muito jovem ou muito idoso) não é um impedimento para o capital comprá-la. Como mostra o tamanho do exército ativo na população com menos de 18 e mais de 60 anos de idade.

3.2.3. *EIR, rendimento e pobreza.*

No capítulo anterior mencionou-se que uma parcela da classe trabalhadora estava imersa no pauperismo, com maior intensidade aos pertencentes ao EIR. Disse-se também que é difícil ter uma medida absoluta para averiguar se o trabalhador está ou não pauperizado, pois, por exemplo, em períodos de aceleração da acumulação de capital há uma tendência dos salários subirem mas ao mesmo tempo os lucros dos capitalistas também estão aumentando – o que pode fazer a distância social que separa as duas classes aumentar, ou seja o padrão de vida da

classe trabalhadora pode cair em termos relativos ainda que suba em termos absolutos.

Para verificar a situação de pobreza do trabalhador, seja do exército ativo ou do EIR, um dos parâmetros que pode ser utilizado é o seu rendimento mensal médio publicado nas estatísticas oficiais e assim verificar a sua evolução em termos absolutos e em relação aos capitalistas, além de verificar como os trabalhadores distribuem-se em classes de rendimento. Com estas informações também é possível verificar se o padrão de vida médio dos trabalhadores do EIR é inferior ao dos trabalhadores do exército ativo, tal qual a descrição de Marx do EIR. Entretanto nem todas as posições na ocupação que compõe o EIR têm rendimento mensal mensurável, apenas os trabalhadores domésticos (EIR latente) e os trabalhadores por conta-própria (EIR estagnado) os têm.

Os trabalhadores desocupados (EIR flutuante), a PNEA, os trabalhadores na produção para auto-consumo e construção para próprio uso (EIR latente) e os não-remunerados (EIR estagnado) não tem rendimento oriundo do seu trabalho, e em sua maioria dependem da renda de outras pessoas com renda para sobreviverem. Apesar disto ser um indicativo da situação de pobreza da maioria destas pessoas, a falta de estatísticas sobre o seu rendimento não permite fazer uma análise disso, por isso esta parte do EIR está fora da análise desta subseção.

Entretanto, uma ressalva deve ser feita, segundo Prof. Waldir de Quadros, da Universidade Estadual de Campinas, eminente estudioso das bases de dados da PNAD e dos Censos:

Deve-se adotar um certo viés subestimador da concentração da renda pessoal captada pela PNAD. É voz corrente entre aqueles envolvidos com inquéritos domiciliares a percepção de que as pessoas melhor situadas omitem uma parcela considerável de seus rendimentos familiares. Ou seja, é possível admitir-se que na realidade a concentração de renda é significativamente mais acentuada do que aquela que se constata com base na PNAD (e no Censo Demográfico). (QUADROS; ANTUNES, 2001. p.5).

Ou seja, os rendimentos dos capitalistas e das parcelas mais bem remuneradas do exército ativo possivelmente estão subestimados. Portanto, os dados de pobreza relativa devem ser vistos com cautela.

Como já foi dito anteriormente a década de 2000, especialmente o período 2004-2008, foi um período de relativa prosperidade econômica se comparada ao

desempenho das duas décadas anteriores. Em termos marxistas, a década de 2000 foi um período de aumento da acumulação de capital no Brasil, o que gerou um aumento da demanda por força de trabalho e isto causou um aumento do exército ativo e uma conseqüente diminuição do EIR. Esta diminuição do EIR pode ter causado uma pressão por aumento dos salários do exército ativo e da renda das ocupações remuneradas do EIR, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 14 – RENDIMENTO MENSAL MÉDIO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO BRASIL (2001-2009) EM REAIS CONSTANTES DE 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas (Empregadores)	3226	3150	2921	2851	2921	3151	3192	3133	3117
Exército Ativo (Empregados)	989	966	896	893	927	982	1023	1045	1079
EIR Estagnado (Conta própria)	849	793	741	731	735	772	878	840	843
EIR Latente (Trabalhador Doméstico)	335	329	312	312	326	351	370	381	400

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Os valores dos rendimentos mensais médios foram deflacionados pelo INPC (Índice nacional de preços ao consumidor), que é o índice utilizado para deflacionar as séries de preços e rendimentos da PME (Pesquisa mensal do emprego) do IBGE.

A tabela 14 mostra que os rendimentos mensais médios de todas as posições na ocupação tiveram uma queda real entre 2001 e 2004 e a partir de 2004 todos tiveram algum ganho real, o que é uma conseqüência direta do desempenho econômico brasileiro no período: estagnação até 2003 e aceleração do crescimento econômico entre 2004 e 2008. No período como um todo (2001-2009), o rendimento mensal médio dos trabalhadores assalariados aumentou 9,1%, o dos trabalhadores por conta própria permaneceu praticamente estável (diminuiu 0,7%), o dos trabalhadores domésticos aumentou 19,4% (a partir de um patamar baixo) e o dos capitalistas diminuiu 3,4%. Esta queda do rendimento dos capitalistas, em princípio teoricamente não esperada, pode ser conseqüência de um aumento do contingente de pequenos capitalistas em processo de pauperização e proletarização, o que puxa a média do rendimento dos capitalistas para baixo, entretanto este rendimento médio continua bastante elevado se comparado ao das demais posições na ocupação.

A tabela 14 também mostra que todas as posições na ocupação remuneradas que compõe o EIR tem um rendimento mensal médio inferior ao dos trabalhadores

assalariados, o que é um primeiro indicativo das condições de vida mais precárias dos trabalhadores do EIR em relação aos trabalhadores do exército ativo.

Esta pequena melhora absoluta dos rendimentos dos trabalhadores do exército ativo e do EIR também se verifica se os compara ao rendimento dos capitalistas:

TABELA 15 – RENDIMENTO MENSAL MÉDIO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO MENSAL MÉDIO DOS EMPREGADORES NO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas (Empregadores)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Exército Ativo (Empregados)	30,6%	30,7%	30,7%	31,3%	31,7%	31,2%	32,0%	33,4%	34,6%
EIR Latente (Trabalhadores domésticos)	10,4%	10,4%	10,7%	10,9%	11,2%	11,1%	11,6%	12,1%	12,8%
EIR estagnado (Conta-própria)	26,3%	25,2%	25,4%	25,6%	25,2%	24,5%	27,5%	26,8%	27,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Se comparado ao rendimento dos capitalistas, entre 2001 e 2009 a situação relativa dos trabalhadores do exército ativo melhorou 13%, a dos trabalhadores domésticos melhorou 23% e a dos trabalhadores por conta-própria melhorou apenas 2,7%. Ainda assim, o padrão de vida médio de um trabalhador assalariado permaneceu em torno de um terço, a de um trabalhador por conta-própria um pouco acima de um quarto e a de um trabalhador doméstico em torno de um décimo do padrão de vida médio dos capitalistas, ou seja todas essas melhoras da década de 2000 ocorreram a partir de um patamar inicial baixo.

Isto indica que, na década de 2000, o EIR brasileiro foi grande o suficiente para manter os salários dos trabalhadores do exército ativo em um patamar relativo praticamente constante, mesmo com a aceleração da acumulação de capital e o aumento da demanda por força de trabalho no período.

A discriminação de gênero constatada nas subseções anteriores é confirmada nesta análise de trabalho e rendimento. As mulheres além de serem a maioria nas posições na ocupação não-remuneradas citadas anteriormente, quando elas tem uma ocupação remunerada esta remuneração é inferior à dos homens, como mostra a tabela a seguir com as mesmas informações tabela anterior, mas segregada em sexos.

DO RES	Mais de 2 s.m. até 5 s.m.	28%	33%	35%	30%	35%	32%	32%	39%	41%
	Mais de 5 s.m.	58%	52%	50%	52%	44%	47%	51%	40%	41%
	Até 1 s.m.	21%	24%	25%	25%	27%	28%	25%	26%	26%
EM PRE GA DOS	Mais de 1 s.m. até 2 s.m.	34%	35%	35%	37%	38%	40%	41%	41%	43%
	Mais de 2 s.m. até 5 s.m.	31%	29%	30%	28%	25%	23%	25%	25%	24%
CON TA	Mais de 5 s.m.	14%	12%	10%	10%	9%	9%	9%	8%	8%
	Até 1 s.m.	38%	44%	43%	44%	50%	49%	44%	47%	47%
	Mais de 1 s.m. até 2 s.m.	25%	24%	24%	27%	25%	26%	27%	26%	26%
PRÓ PRIA	Mais de 2 s.m. até 5 s.m.	24%	22%	24%	20%	18%	17%	20%	20%	20%
	Mais de 5 s.m.	13%	10%	9%	9%	7%	8%	9%	6%	6%
TRAB.	Até 1 s.m.	63%	67%	70%	70%	74%	75%	70%	72%	71%
	Mais de 1 s.m. até 2 s.m.	29%	27%	25%	26%	23%	22%	26%	25%	26%
DO MÉS TICO	Mais de 2 s.m. até 5 s.m.	8%	6%	5%	4%	3%	3%	3%	3%	3%
	Mais de 5 s.m.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Salário mínimo (s.m.) em valores constantes de 2009		314	318	325	331	361	408	426	436	465

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Os valores dos salários mínimos nominais foram deflacionados pelo INPC (Índice nacional de preços ao consumidor), que é o índice utilizado para deflacionar as séries de preços e rendimentos da PME (Pesquisa mensal do emprego) do IBGE.

Entre 2001 e 2009, houve um crescimento real de 48% no salário mínimo a partir de um patamar inicial pequeno, novamente este crescimento foi pequeno até 2004 (aumento de 5,4% entre 2001 e 2004) e maior no período posterior (aumento de 40,5% entre 2004 e 2009). Entre os rendimentos mensais dos capitalistas, a hipótese de que houve um aumento do contingente de pequenos empregadores pauperizados entre 2001 e 2009 é em parte confirmada pelo aumento dos empregadores com remuneração mensal de até 5 salários mínimos e uma diminuição dos com renda superior. Ainda assim, em 2009 era grande a parcela dos capitalistas com remuneração superior a 5 salários mínimos (ou mais de 2325 reais mensais): 41% deles, contra 8% dos trabalhadores assalariados, 6% dos trabalhadores por conta própria e praticamente nenhum trabalhador doméstico.

Ainda que este aumento real considerável do salário mínimo o camufle, há um movimento visível nos rendimentos dos trabalhadores do exército ativo e do EIR: a diminuição da desigualdade de rendimentos dentro de cada posição na ocupação. Entretanto, este nivelamento ocorre em direção a um patamar baixo de rendimentos (como mostra a evolução dos rendimentos mensais médios na tabela 14, que se mantiveram praticamente constantes) e não para um patamar mais elevado, como é

visível no aumento dos ocupados com rendimentos de até 2 salários mínimos e diminuição dos com rendimentos superiores a este montante.

Tanto que em 2009, 69% dos trabalhadores assalariados, 73% dos trabalhadores por conta própria e 97% dos trabalhadores domésticos recebiam no máximo 2 salários mínimos mensais, ou seja sobreviviam com no máximo 930 reais por mês. Dentro deste grupo, ainda mais dramática é a situação das pessoas que recebiam até 1 salário mínimo mensal, ou 465 reais por mês, que correspondia a 26% dos trabalhadores assalariados, 47% dos trabalhadores por conta-própria e 71% dos trabalhadores domésticos. Todos estes números, mesmo excluindo os trabalhadores sem rendimento próprio, indicam que a quantidade de trabalhadores afundados no pauperismo absoluto é consideravelmente grande no Brasil da década de 2000, especialmente os trabalhadores que estão inseridos no exército industrial de reserva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta dissertação, que procurou basicamente começar a preencher uma lacuna da teoria econômica marxista com um estudo mais aprofundado do conceito de exército industrial de reserva, pode-se dizer este objetivo foi cumprido. Mas convém ressaltar que este ainda é um campo vasto para futuras explorações, tanto para um maior desenvolvimento teórico deste conceito quanto para estudos empíricos mais rigorosos e extensos. Com o estudo do EIR desenvolvido ao longo desta dissertação é possível chegar a algumas considerações, que estão aqui resumidas nos seguintes tópicos:

- 1) O conceito de EIR é desenvolvido dentro do contexto do estudo que Marx desenvolveu sobre a lei geral da acumulação capitalista. Neste estudo, Marx chega a conclusão que o EIR é resultado da acumulação de capital com progresso das forças produtivas, que torna uma parcela da população trabalhadora supérflua, que fica condenada ao desemprego e ao mesmo tempo torna-se disponível ao capital. Desta forma, o capital controla tanto a demanda (que depende da força da acumulação de capital) quanto a oferta (dada pelo EIR formado pela própria acumulação de capital) de força de trabalho, o que se torna um mecanismo de controle da classe trabalhadora pela classe capitalista.
- 2) O tamanho relativo do EIR frente a classe trabalhadora como um todo tem conseqüências sobre o padrão de vida dos trabalhadores, isto se dá através de duas formas: (i) ele interfere nas flutuações cíclicas dos salários, quanto maior o EIR mais abruptas são estas variações, o contrário ocorrendo com um EIR menor; e (ii) interfere também na fixação da quantidade de valores de uso que o salário pode comprar, quanto maior o EIR, mais difícil para os trabalhadores incorporarem mais valores de uso ao custo de reprodução da força de trabalho ao longo do tempo, uma vez que um EIR grande diminui a força de luta dos trabalhadores frente aos capitalistas, o contrário ocorre com um EIR menor. Logo, o tamanho relativo do EIR também tem conseqüências sobre o despotismo do capital sobre o trabalho: quanto maior for o EIR, mais facilmente os capitalistas conseguem impor jornadas de trabalho mais intensas.
- 3) Concretamente, o EIR não é composto apenas por trabalhadores que já pertenceram ao exército ativo dos trabalhadores e dali foram expulsos e estão

procurando emprego, somam-se a eles uma série de trabalhadores que, por falta de perspectiva de vender sua força de trabalho ao capital, procuram no trabalho autônomo uma forma de conseguir sua subsistência, além de trabalhadores que nunca chegaram a vender sua força de trabalho ao capital e que lhe estão disponíveis, tais como jovens e donas-de-casa. Historicamente, também pertenceram ao EIR as pessoas que estavam na transição do trabalho em outras relações de produção para o trabalho assalariado, como o caso dos trabalhadores que foram expulsos de suas terras na Europa durante a Idade Moderna, por exemplo. Portanto o EIR é um grupo heterogêneo e para melhor compreendê-lo há a proposta de Marx de dividi-lo em três camadas (flutuante, latente e estagnada) que se distinguem principalmente por três critérios: (i) *posição na ocupação de seus componentes* – camada flutuante (trabalhadores desocupados), camada latente (trabalhadores ocupados em atividades não-mercantis), camada estagnada (trabalhadores ocupados em atividades mercantis); (ii) *grau de disponibilidade ao capital de seus componentes* – camada flutuante (disponibilidade imediata e maior demanda do capital), camadas latente e estagnada (disponibilidade não-imediata e menor demanda do capital); (iii) *degradação da força de trabalho de seus componentes* – camada flutuante (pouca degradação e portanto grande potencial de força de trabalho a ser explorado pelo capital), camada estagnada (maior degradação e portanto menor potencial de força de trabalho a ser explorado pelo capital).

4) A camada flutuante é a camada mais volátil do EIR e a mais demanda pelo capital por abrigar trabalhadores sem renda, imediatamente disponíveis e geralmente com a capacidade de trabalho pouco degradada. A sua variação, além acompanhar o ciclo do capital, também ocorre por conta da rotatividade do trabalho, essas duas ações sobre a variação do EIR são os principais determinantes da flutuação conjuntural dos salários dos trabalhadores do exército ativo. A camada latente foi historicamente grande, mas tende a se tornar cada vez mais marginal com o desenvolvimento capitalista, uma vez que este cerceia crescentemente os ramos não-capitalistas da economia aonde se encontra a força de trabalho desta camada. Em alguns países, esta camada abrigou os trabalhadores que foram expulsos da agricultura não-capitalista onde esta existiu, o que não é o caso do Brasil onde a agricultura sempre foi capitalista e que desde o fim da escravidão empregou trabalho assalariado, ainda que o salário apareça muitas vezes de formas não-convencionais, o que junto com

uma série de especificidades da agricultura brasileira torna difícil a classificação de seu trabalhador rural em exército ativo ou EIR latente. Atualmente, a camada latente está restrita basicamente à produção doméstica, onde alguns trabalhadores (quase a totalidade mulheres) se ocupam integralmente seja com remuneração (empregadas domésticas) ou não (donas-de-casa). A camada estagnada abriga basicamente os trabalhadores que não tem perspectiva imediata de vender sua força de trabalho, afinal muitos deles estão com a capacidade de trabalho bastante degradada, e logo procuram sobreviver de pequenos negócios individuais, geralmente bastante precários e da onde conseguem uma renda que lhes dá um padrão de vida inferior à média do exército ativo dos trabalhadores. O desenvolvimento capitalista também limita crescentemente os espaços da economia capitalista em que estes trabalhadores conseguem se inserir autonomamente, ou seja, há uma tendência de marginalização dos exércitos de reserva latente e estagnado e de uma maior proeminência do EIR flutuante com o progresso das forças produtivas.

5) No marxismo em geral há poucas experiências com dados de estatísticas oficiais e esta constatação é particularmente muito verdadeira no que diz respeito a tentativas de mensuração do EIR, nesta dissertação buscou-se medir o EIR brasileiro a partir dos dados da PNAD nos anos 2000. Apesar de não ser uma experiência muito rigorosa com o conceito teórico (uma vez que não se pôde desagregar muito os dados disponíveis, chegou-se apenas à posição na ocupação) e não muito extensa (ficou resumida apenas ao Brasil e a um período de um década) chegou-se a alguns resultados interessantes: (i) o EIR brasileiro variou entre 57% e 51% da força de trabalho com 18 a 60 anos de idade durante os anos 2000, sendo predominantemente constituído pelas camadas latente e estagnada, o EIR flutuante brasileiro é apenas uma fração pequena do EIR, em torno de 12% do EIR como um todo; (ii) há diferenças significativas da composição do EIR em termos: (a) regionais – a camada flutuante é maior e as latente e estagnada menores nos Estados “mais desenvolvidos” do país comparado com os “menos desenvolvidos”; (b) de gênero – o EIR como um todo é maior entre as mulheres que entre os homens, separando em camadas, a estagnada é maior entre os homens e as flutuante e latente entre as mulheres; e (c) de idade – o auge do assalariamento da força de trabalho ocorre entre os 20 e 30 anos de idade, quando o trabalhador está no auge de sua vitalidade e com a sua capacidade de trabalho pouco

degradada, no EIR há uma concentração de trabalhadores jovens na camada flutuante e de trabalhadores mais experientes na estagnada; (iii) com os dados de renda de algumas posições na ocupação é possível verificar que as parcelas do EIR que possuem renda própria tem um padrão de vida em média inferior à média do exército ativo dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

CANGUSSU DE SOUZA, Davisson. **Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002**: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e o de reserva. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27042010-113411/pt-br.php>>

CARDOSO, Fernando H. **Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade**. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/comentario_sobre_os_conceitos.pdf> Acesso em: 30/11/2012.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil nos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2011.

DIEESE. **Dicionário da base de dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ped/metropolitana/conceitos.php>> Acesso em: 30/11/2012

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

FERRAZ, Deise L. S. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal**: discutindo categorias. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22741>>

FOLEY, Duncan. **Understanding Capital** – Marx's economic theory. [Compreendendo "O Capital" – a teoria econômica de Marx]. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

FOSTER, John Bellamy; MC CHESNEY, Robert; JONNA, Jamil. **The global reserve army of labour and the new imperialism** [O exército de trabalho reserva mundial e o novo imperialismo]. In: Monthly Review n.11 v.1. 2011.

HIMMELWELT, Susan. **Trabalho doméstico**. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IPEADATA. Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 30/11/2012.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858**. vol. 2. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1972.

MARX, Karl. **From population, crime and pauperism**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/09/16.htm>> Acesso em: 30/01/2013.

MARX, Karl. **Grundrisse** – Foundations of the critique of political economy. Londres: Penguin Books, 1993.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro II: O processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia** – O livro IV de “O Capital”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>> Acesso em: 30/11/2012

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Base de dados. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/>> Acesso em: 30/01/2013.

PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>> Acesso em: 30/11/2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUADROS, Waldir J.; ANTUNES, Davi J. N. **Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa**. In: Cadernos do CESIT n. 30, outubro de 2001.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de “O Capital” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SHAIKH, Anwar. **Exército industrial de reserva**. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

VIANA, Nildo. **A teoria da população em Marx**. In: Fragmentos de Cultura, v. 16. n.11/12. pp. 1009-1023. novembro e dezembro de 2006. Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4142>>

ANEXO I

**CLASSES SOCIAIS E SEGMENTAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE
RESERVA POR ESTADO**

A) REGIÃO SUL

1. PARANÁ

TABELA 1A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,9%	3,8%	3,7%	4,1%	4,1%	4,2%	4,2%	4,6%	4,2%
2. Exército									
Ativo	40,5%	42,5%	42,6%	45,1%	44,1%	44,9%	46,9%	49,1%	48,2%
3. EIR (total)	55,5%	53,8%	53,7%	50,9%	51,7%	50,9%	48,9%	46,4%	47,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,7%	5,0%	5,2%	4,4%	5,0%	4,9%	4,1%	3,4%	4,5%
3.2. EIR									
latente	28,9%	28,4%	28,5%	27,0%	27,7%	26,7%	26,1%	26,7%	26,3%
3.3. EIR									
estagnado	20,9%	20,4%	20,0%	19,5%	19,0%	19,4%	18,6%	16,3%	16,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 1B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	6,0%	5,8%	5,6%	6,0%	6,1%	6,6%	6,2%	6,6%	6,2%
2. Exército									
Ativo	52,5%	54,4%	54,3%	56,4%	54,4%	56,0%	57,2%	59,9%	59,0%
3. EIR (total)	41,6%	40,0%	40,2%	37,6%	39,6%	37,5%	36,6%	33,4%	34,8%
3.1. EIR									
flutuante	5,5%	4,4%	5,4%	4,0%	4,8%	4,4%	3,3%	2,9%	4,0%
3.2. EIR									
latente	9,3%	9,6%	9,5%	9,3%	10,4%	9,0%	9,7%	9,6%	9,5%
3.3. EIR									
estagnado	26,8%	26,0%	25,3%	24,3%	24,3%	24,1%	23,7%	20,9%	21,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 1C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,9%	1,9%	1,9%	2,2%	2,3%	1,9%	2,4%	2,8%	2,4%
2. Exército									
Ativo	29,1%	31,3%	31,7%	34,3%	34,4%	34,6%	37,3%	39,0%	38,2%
3. EIR (total)	68,8%	66,8%	66,5%	63,5%	63,1%	63,4%	60,3%	58,5%	59,5%
3.1. EIR									
flutuante	5,9%	5,5%	5,0%	4,7%	5,1%	5,3%	4,8%	3,8%	5,0%
3.2. EIR									
latente	47,7%	46,1%	46,4%	44,0%	43,9%	43,0%	41,6%	42,7%	41,9%
3.3. EIR									
estagnado	15,3%	15,2%	15,0%	14,8%	14,0%	15,1%	13,9%	12,0%	12,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

2. SANTA CATARINA

TABELA 2A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	4,9%	4,4%	4,6%	4,6%	5,3%	5,8%	3,8%	5,0%	5,6%
2. Exército									
Ativo	45,3%	45,9%	45,3%	47,4%	48,1%	47,7%	50,7%	50,7%	51,1%
3. EIR (total)	49,8%	49,7%	50,1%	48,1%	46,6%	46,4%	45,5%	44,4%	43,3%
3.1. EIR									
flutuante	2,9%	3,3%	4,3%	3,4%	3,2%	3,2%	3,4%	3,4%	3,8%
3.2. EIR									
latente	26,4%	26,3%	25,0%	23,7%	24,4%	24,2%	23,6%	23,1%	22,3%
3.3. EIR									
estagnado	20,4%	20,2%	20,8%	20,9%	19,0%	19,1%	18,6%	17,8%	17,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 2B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	7,2%	6,5%	6,8%	6,7%	8,2%	8,6%	5,7%	7,4%	7,8%
2. Exército									
Ativo	55,3%	57,7%	54,2%	56,8%	57,5%	55,1%	59,8%	58,9%	58,5%
3. EIR (total)	37,4%	36,0%	39,0%	36,7%	34,5%	36,4%	34,4%	33,7%	33,9%
3.1. EIR									
flutuante	2,9%	2,8%	3,4%	2,9%	2,3%	2,7%	2,6%	2,8%	2,9%
3.2. EIR									
latente	9,6%	9,0%	9,8%	8,3%	9,8%	10,4%	9,4%	9,0%	9,3%
3.3. EIR									
estagnado	24,9%	24,2%	25,8%	25,4%	22,5%	23,4%	22,4%	21,9%	21,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 2C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,6%	2,3%	2,4%	2,6%	2,6%	3,1%	2,0%	2,6%	3,4%
2. Exército									
Ativo	35,2%	34,5%	36,6%	38,5%	39,1%	40,6%	41,9%	42,6%	43,8%
3. EIR (total)	62,2%	63,0%	60,9%	58,9%	58,0%	56,0%	56,3%	54,8%	52,6%
3.1. EIR									
flutuante	2,9%	3,7%	5,2%	4,0%	4,0%	3,7%	4,1%	4,0%	4,7%
3.2. EIR									
latente	43,4%	43,1%	39,8%	38,4%	38,4%	37,4%	37,3%	36,9%	35,0%
3.3. EIR									
estagnado	15,9%	16,2%	15,9%	16,6%	15,6%	14,9%	14,9%	13,9%	13,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

3. RIO GRANDE DO SUL

TABELA 3A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,8%	3,6%	3,6%	4,1%	3,7%	3,8%	3,6%	4,1%	4,5%
2. Exército									
Ativo	41,6%	41,3%	42,1%	44,0%	44,3%	44,5%	44,8%	47,5%	46,1%
3. EIR (total)	54,5%	55,0%	54,3%	51,9%	52,0%	51,7%	51,7%	48,4%	49,4%
3.1. EIR									
flutuante	5,3%	5,4%	5,7%	4,8%	5,2%	4,9%	5,0%	4,3%	4,9%
3.2. EIR									
latente	26,1%	26,6%	25,6%	25,2%	24,9%	25,0%	25,7%	25,2%	25,2%
3.3. EIR									
estagnado	23,1%	22,9%	23,0%	22,0%	21,9%	21,8%	20,9%	18,9%	19,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 3B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	6,0%	5,5%	5,5%	5,9%	5,6%	5,7%	5,2%	6,1%	6,7%
2. Exército									
Ativo	52,1%	52,1%	51,3%	53,6%	53,7%	53,5%	54,6%	56,3%	55,0%
3. EIR (total)	41,8%	42,4%	43,2%	40,5%	40,7%	41,0%	40,2%	37,6%	38,4%
3.1. EIR									
flutuante	4,2%	4,6%	5,1%	3,9%	4,4%	4,2%	3,8%	3,3%	4,1%
3.2. EIR									
latente	9,3%	10,1%	9,6%	9,9%	10,1%	10,7%	10,6%	11,4%	10,9%
3.3. EIR									
estagnado	28,3%	27,7%	28,5%	26,7%	26,2%	26,0%	25,8%	23,0%	23,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 3C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,7%	1,9%	1,8%	2,3%	1,9%	1,9%	2,1%	2,1%	2,3%
2. Exército									
Ativo	31,7%	31,1%	33,5%	34,8%	35,2%	36,2%	35,6%	39,0%	37,7%
3. EIR (total)	66,6%	66,9%	64,7%	62,9%	62,9%	61,8%	62,4%	58,7%	59,9%
3.1. EIR									
flutuante	6,4%	6,2%	6,3%	5,6%	6,0%	5,6%	6,2%	5,3%	5,7%
3.2. EIR									
latente	42,0%	42,3%	40,7%	39,8%	39,1%	38,4%	39,8%	38,5%	38,7%
3.3. EIR									
estagnado	18,2%	18,4%	17,7%	17,5%	17,8%	17,8%	16,3%	15,0%	15,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

B) REGIÃO SUDESTE

4. SÃO PAULO

TABELA 4A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,3%	3,4%	3,4%	3,1%	3,5%	3,8%	3,1%	3,6%	3,1%
2. Exército									
Ativo	44,9%	45,6%	45,3%	47,8%	48,4%	49,5%	51,0%	52,3%	51,6%
3. EIR (total)	51,8%	50,9%	51,3%	49,0%	48,1%	46,7%	45,9%	44,1%	45,3%
3.1. EIR									
flutuante	7,9%	8,2%	8,8%	8,0%	8,1%	7,4%	6,7%	5,8%	7,2%
3.2. EIR									
latente	30,6%	29,1%	29,2%	28,6%	27,1%	27,1%	26,5%	26,3%	25,9%
3.3. EIR									
estagnado	13,3%	13,7%	13,3%	12,4%	12,9%	12,3%	12,7%	12,0%	12,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 4B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,1%	5,1%	5,1%	4,7%	4,9%	5,5%	4,5%	5,2%	4,5%
2. Exército									
Ativo	58,3%	58,2%	57,3%	60,8%	61,6%	61,8%	63,4%	65,4%	64,2%
3. EIR (total)	36,6%	36,8%	37,6%	34,5%	33,4%	32,6%	32,1%	29,4%	31,3%
3.1. EIR									
flutuante	7,8%	7,6%	8,4%	7,2%	6,9%	6,2%	5,6%	4,6%	6,0%
3.2. EIR									
latente	11,3%	11,2%	11,7%	10,9%	10,3%	11,1%	10,8%	9,8%	10,5%
3.3. EIR									
estagnado	17,5%	18,0%	17,5%	16,4%	16,3%	15,4%	15,7%	14,9%	14,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 4C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,6%	1,9%	1,8%	1,7%	2,1%	2,2%	1,8%	2,2%	1,8%
2. Exército									
Ativo	32,4%	33,9%	34,1%	36,0%	36,2%	37,9%	39,5%	40,1%	39,8%
3. EIR (total)	65,9%	64,1%	64,0%	62,4%	61,8%	59,8%	58,7%	57,7%	58,4%
3.1. EIR									
flutuante	8,0%	8,7%	9,3%	8,7%	9,3%	8,5%	7,8%	7,0%	8,3%
3.2. EIR									
latente	48,6%	45,8%	45,5%	44,9%	42,7%	42,0%	41,0%	41,5%	40,4%
3.3. EIR									
estagnado	9,3%	9,7%	9,3%	8,8%	9,8%	9,3%	9,9%	9,2%	9,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

5. RIO DE JANEIRO

TABELA 5A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,7%	2,5%	2,3%	2,4%	2,5%	2,9%	2,5%	2,5%	2,7%
2. Exército									
Ativo	40,6%	41,1%	41,4%	43,1%	42,6%	43,9%	44,4%	45,9%	46,5%
3. EIR (total)	56,6%	56,4%	56,2%	54,5%	54,9%	53,2%	53,1%	51,5%	50,8%
3.1. EIR									
flutuante	8,7%	8,2%	9,2%	8,3%	9,2%	8,8%	7,4%	7,3%	7,1%
3.2. EIR									
latente	33,0%	33,2%	32,9%	31,2%	30,7%	30,9%	31,2%	29,9%	30,3%
3.3. EIR									
estagnado	15,0%	15,0%	14,2%	15,0%	15,0%	13,5%	14,5%	14,3%	13,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 5B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	4,1%	3,6%	3,5%	3,6%	3,8%	4,4%	3,6%	3,6%	4,1%
2. Exército									
Ativo	55,0%	55,2%	55,5%	56,3%	55,3%	57,9%	57,8%	59,8%	60,4%
3. EIR (total)	40,8%	41,1%	41,0%	40,1%	40,9%	37,7%	38,6%	36,5%	35,5%
3.1. EIR									
flutuante	7,9%	7,3%	8,2%	7,5%	7,9%	7,4%	5,8%	6,0%	5,7%
3.2. EIR									
latente	13,1%	13,6%	13,6%	12,5%	13,0%	13,1%	13,6%	12,6%	12,9%
3.3. EIR									
estagnado	19,9%	20,2%	19,3%	20,1%	20,0%	17,2%	19,1%	18,0%	17,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 5C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,5%	1,5%	1,3%	1,3%	1,4%	1,7%	1,5%	1,6%	1,5%
2. Exército									
Ativo	27,8%	28,7%	29,0%	31,8%	31,1%	31,6%	32,4%	33,6%	34,1%
3. EIR (total)	70,6%	69,8%	69,6%	66,9%	67,5%	66,9%	66,1%	64,9%	64,4%
3.1. EIR									
flutuante	9,4%	9,0%	10,0%	9,0%	10,4%	10,1%	8,8%	8,5%	8,3%
3.2. EIR									
latente	50,6%	50,3%	49,8%	47,3%	46,6%	46,5%	46,9%	45,4%	45,7%
3.3. EIR									
estagnado	10,7%	10,5%	9,8%	10,6%	10,5%	10,2%	10,4%	11,0%	10,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

6. MINAS GERAIS

TABELA 6A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,2%	3,5%	3,4%	3,5%	3,3%	3,7%	3,0%	3,4%	3,6%
2. Exército									
Ativo	40,8%	42,0%	41,7%	43,4%	44,0%	45,5%	45,9%	48,8%	47,8%
3. EIR (total)	56,0%	54,5%	54,9%	53,1%	52,7%	50,8%	51,1%	47,8%	48,6%
3.1. EIR									
flutuante	6,8%	6,6%	6,8%	6,4%	6,3%	5,8%	5,4%	4,6%	5,7%
3.2. EIR									
latente	33,1%	31,9%	32,2%	31,1%	30,1%	29,6%	29,7%	28,8%	27,7%
3.3. EIR									
estagnado	16,1%	16,1%	15,9%	15,6%	16,3%	15,5%	15,9%	14,4%	15,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 6B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,2%	5,5%	5,3%	5,2%	5,1%	5,5%	4,6%	5,1%	5,3%
2. Exército									
Ativo	55,2%	56,1%	55,4%	57,7%	57,6%	58,6%	59,3%	61,8%	60,5%
3. EIR (total)	39,7%	38,4%	39,2%	37,2%	37,3%	35,8%	36,2%	33,0%	34,2%
3.1. EIR									
flutuante	6,5%	6,2%	6,4%	5,5%	5,2%	4,7%	4,5%	3,7%	4,6%
3.2. EIR									
latente	12,6%	12,3%	13,0%	12,7%	11,5%	11,4%	12,1%	11,8%	11,2%
3.3. EIR									
estagnado	20,6%	20,0%	19,8%	19,0%	20,7%	19,7%	19,6%	17,6%	18,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 6C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,4%	1,7%	1,6%	1,9%	1,6%	1,9%	1,5%	1,8%	1,9%
2. Exército									
Ativo	27,3%	28,6%	28,8%	30,0%	31,0%	33,3%	33,1%	36,5%	35,9%
3. EIR (total)	71,4%	69,7%	69,6%	68,0%	67,5%	64,9%	65,4%	61,7%	62,2%
3.1. EIR									
flutuante	7,0%	6,9%	7,1%	7,3%	7,4%	6,7%	6,3%	5,4%	6,7%
3.2. EIR									
latente	52,5%	50,3%	50,3%	48,3%	48,0%	46,6%	46,6%	44,8%	43,2%
3.3. EIR									
estagnado	11,8%	12,4%	12,2%	12,4%	12,1%	11,6%	12,4%	11,5%	12,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

7. ESPÍRITO SANTO

TABELA 7A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,4%	4,1%	4,0%	4,1%	3,5%	3,1%	2,7%	4,2%	3,4%
2. Exército									
Ativo	42,7%	42,8%	42,6%	46,3%	45,3%	48,9%	46,1%	47,6%	48,2%
3. EIR (total)	53,8%	52,9%	53,3%	49,6%	51,0%	48,1%	51,2%	48,1%	48,2%
3.1. EIR									
flutuante	6,6%	7,0%	6,9%	5,6%	6,8%	5,1%	7,5%	4,3%	5,9%
3.2. EIR									
latente	28,4%	28,1%	28,4%	27,8%	27,2%	27,1%	27,8%	27,3%	25,8%
3.3. EIR									
estagnado	18,9%	17,9%	18,0%	16,2%	17,0%	15,9%	16,0%	16,4%	16,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 7B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,2%	6,7%	5,9%	6,2%	5,8%	4,7%	4,3%	6,6%	5,1%
2. Exército									
Ativo	57,8%	57,0%	55,4%	60,9%	60,0%	63,4%	60,0%	61,2%	60,5%
3. EIR (total)	36,6%	36,1%	38,1%	32,6%	33,5%	31,5%	35,4%	32,4%	33,8%
3.1. EIR									
flutuante	5,4%	6,1%	6,2%	4,8%	5,3%	3,8%	5,7%	3,1%	4,8%
3.2. EIR									
latente	10,0%	10,0%	10,7%	9,0%	9,7%	10,5%	10,7%	10,7%	10,6%
3.3. EIR									
estagnado	21,3%	20,0%	21,3%	18,8%	18,4%	17,2%	19,0%	18,6%	18,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 7C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,7%	1,7%	2,2%	2,1%	1,2%	1,6%	1,3%	1,9%	1,7%
2. Exército									
Ativo	28,1%	29,1%	30,0%	32,5%	31,6%	34,8%	33,4%	34,5%	36,6%
3. EIR (total)	70,6%	69,1%	68,4%	65,6%	67,4%	64,1%	65,6%	63,2%	61,8%
3.1. EIR									
flutuante	7,7%	7,8%	7,7%	6,3%	8,1%	6,4%	9,1%	5,5%	6,9%
3.2. EIR									
latente	46,3%	45,4%	45,9%	45,5%	43,5%	43,1%	43,3%	43,4%	40,1%
3.3. EIR									
estagnado	16,6%	15,9%	14,8%	13,8%	15,7%	14,6%	13,2%	14,4%	14,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

C) REGIÃO NORDESTE

8. MARANHÃO

TABELA 8A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,9%	2,3%	1,6%	1,5%	1,6%	2,0%	1,5%	2,0%	2,4%
2. Exército									
Ativo	25,6%	27,1%	28,3%	28,2%	28,7%	30,0%	32,2%	34,4%	30,9%
3. EIR (total)	73,7%	70,5%	70,1%	70,3%	69,5%	68,1%	66,3%	63,6%	66,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,5%	4,4%	4,8%	5,6%	4,8%	5,7%	5,3%	4,2%	5,6%
3.2. EIR									
latente	33,8%	33,5%	34,1%	32,6%	32,5%	32,9%	37,8%	36,9%	36,0%
3.3. EIR									
estagnado	34,3%	32,5%	31,3%	32,0%	32,2%	29,4%	23,2%	22,5%	25,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 8B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,6%	2,9%	2,1%	2,5%	2,6%	2,7%	2,5%	2,9%	4,0%
2. Exército									
Ativo	34,0%	36,7%	37,5%	37,7%	39,0%	40,6%	44,5%	44,7%	41,8%
3. EIR (total)	64,2%	60,5%	60,3%	59,9%	58,3%	56,8%	53,0%	52,7%	54,2%
3.1. EIR									
flutuante	4,6%	4,0%	4,0%	4,4%	4,3%	5,1%	4,2%	4,1%	4,8%
3.2. EIR									
latente	11,4%	11,4%	13,3%	13,3%	12,9%	13,7%	20,9%	18,6%	15,0%
3.3. EIR									
estagnado	48,3%	45,1%	43,0%	42,2%	41,0%	38,0%	28,0%	29,9%	34,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 8C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,2%	1,7%	1,1%	0,7%	0,7%	1,3%	0,7%	1,0%	0,9%
2. Exército									
Ativo	17,3%	18,1%	19,6%	19,8%	19,1%	20,0%	21,1%	24,4%	21,1%
3. EIR (total)	83,0%	80,0%	79,4%	79,5%	80,2%	78,7%	78,3%	74,2%	77,7%
3.1. EIR									
flutuante	6,5%	4,9%	5,6%	6,7%	5,3%	6,3%	6,2%	4,2%	6,2%
3.2. EIR									
latente	55,7%	54,5%	53,6%	49,8%	51,0%	51,1%	53,2%	54,9%	55,1%
3.3. EIR									
estagnado	20,8%	20,6%	20,2%	23,0%	23,9%	21,3%	18,9%	15,2%	16,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

9. PIAUÍ

TABELA 9A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,1%	2,9%	2,5%	3,2%	2,5%	2,3%	2,6%	3,8%	2,0%
2. Exército									
Ativo	27,5%	26,0%	26,6%	28,0%	28,3%	30,1%	31,7%	31,7%	33,4%
3. EIR (total)	70,9%	71,2%	70,8%	68,9%	69,4%	67,8%	65,9%	64,9%	64,9%
3.1. EIR									
flutuante	4,8%	4,0%	4,6%	3,4%	4,9%	3,7%	3,4%	3,8%	3,7%
3.2. EIR									
latente	33,0%	33,1%	29,8%	29,0%	29,5%	32,0%	31,9%	30,6%	30,8%
3.3. EIR									
estagnado	33,1%	34,2%	36,4%	36,5%	35,0%	32,1%	30,7%	30,6%	30,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 9B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,7%	4,5%	4,5%	5,4%	3,8%	4,1%	4,1%	5,7%	3,5%
2. Exército									
Ativo	35,9%	33,2%	32,5%	34,7%	38,0%	40,0%	42,5%	41,7%	45,4%
3. EIR (total)	60,9%	62,5%	63,5%	60,2%	59,0%	56,3%	53,9%	53,2%	51,9%
3.1. EIR									
flutuante	4,4%	3,6%	4,8%	2,1%	3,3%	2,7%	2,5%	2,9%	2,9%
3.2. EIR									
latente	12,4%	12,0%	10,6%	10,0%	10,7%	12,3%	12,5%	11,6%	12,3%
3.3. EIR									
estagnado	44,1%	46,9%	48,1%	48,0%	44,9%	41,4%	38,9%	38,7%	36,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 9C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,6%	1,4%	0,7%	1,0%	1,3%	0,8%	1,1%	1,9%	0,5%
2. Exército									
Ativo	19,7%	19,0%	21,2%	21,6%	19,2%	21,3%	21,6%	22,2%	22,8%
3. EIR (total)	80,0%	79,9%	77,5%	77,3%	79,1%	78,2%	77,1%	76,0%	76,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,2%	4,3%	4,5%	4,6%	6,3%	4,7%	4,1%	4,6%	4,5%
3.2. EIR									
latente	51,9%	53,9%	47,4%	47,4%	46,9%	49,7%	49,9%	48,7%	47,4%
3.3. EIR									
estagnado	23,0%	21,6%	25,5%	25,3%	25,9%	23,8%	23,1%	22,8%	24,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

10. CEARÁ

TABELA 10A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,2%	1,8%	1,8%	2,1%	2,2%	2,3%	1,7%	2,4%	2,3%
2. Exército									
Ativo	33,4%	34,0%	34,1%	34,5%	35,0%	35,0%	36,3%	37,9%	40,1%
3. EIR (total)	64,4%	64,3%	64,1%	63,4%	62,8%	62,7%	62,0%	59,7%	57,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,5%	6,1%	6,4%	6,2%	6,2%	6,0%	5,5%	5,0%	5,5%
3.2. EIR									
latente	33,4%	32,9%	31,8%	31,0%	31,7%	31,9%	32,9%	30,6%	32,0%
3.3. EIR									
estagnado	25,5%	25,3%	25,8%	26,2%	24,8%	24,8%	23,6%	24,1%	20,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 10B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,7%	3,0%	3,1%	3,1%	3,3%	3,8%	2,8%	3,6%	3,7%
2. Exército									
Ativo	45,3%	45,1%	45,5%	45,5%	47,1%	46,6%	47,5%	49,8%	53,0%
3. EIR (total)	51,2%	52,1%	51,5%	51,3%	49,7%	49,6%	49,7%	46,7%	43,4%
3.1. EIR									
flutuante	5,7%	6,0%	6,2%	5,9%	5,8%	6,0%	5,2%	4,8%	5,0%
3.2. EIR									
latente	13,0%	12,9%	11,9%	11,5%	13,6%	12,7%	15,2%	12,4%	13,7%
3.3. EIR									
estagnado	32,4%	33,1%	33,5%	33,9%	30,2%	30,9%	29,3%	29,5%	24,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 10C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,9%	0,7%	0,6%	1,2%	1,2%	0,9%	0,8%	1,3%	1,1%
2. Exército									
Ativo	22,6%	23,9%	23,4%	24,4%	23,8%	24,3%	25,7%	27,1%	28,2%
3. EIR (total)	76,3%	75,3%	75,9%	74,5%	74,8%	74,9%	73,5%	71,5%	70,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,4%	6,2%	6,7%	6,5%	6,6%	6,1%	5,8%	5,1%	6,0%
3.2. EIR									
latente	51,7%	50,9%	50,5%	49,0%	48,3%	49,6%	49,5%	47,2%	48,8%
3.3. EIR									
estagnado	19,2%	18,2%	18,7%	19,0%	19,9%	19,1%	18,2%	19,3%	15,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

11. RIO GRANDE DO NORTE

TABELA 11A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,4%	1,9%	1,9%	2,2%	2,5%	2,7%	2,1%	2,8%	2,8%
2. Exército									
Ativo	37,7%	36,8%	34,9%	35,2%	36,5%	39,2%	38,2%	39,5%	38,6%
3. EIR (total)	59,5%	61,1%	63,2%	62,4%	61,0%	58,1%	59,6%	57,6%	58,5%
3.1. EIR									
flutuante	5,6%	4,5%	7,2%	6,0%	7,6%	6,5%	6,5%	5,5%	7,7%
3.2. EIR									
latente	37,5%	40,5%	35,6%	36,6%	35,8%	32,6%	33,5%	32,7%	33,1%
3.3. EIR									
estagnado	16,4%	16,2%	20,4%	19,8%	17,5%	19,0%	19,6%	19,4%	17,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 11B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,7%	2,9%	3,0%	3,7%	3,5%	4,0%	2,7%	4,3%	4,2%
2. Exército									
Ativo	49,0%	48,9%	46,6%	46,8%	49,5%	51,6%	49,1%	50,8%	49,6%
3. EIR (total)	46,5%	47,4%	50,0%	49,4%	47,1%	44,2%	47,8%	44,8%	45,5%
3.1. EIR									
flutuante	6,8%	5,5%	7,8%	6,4%	7,0%	6,2%	5,7%	4,8%	7,3%
3.2. EIR									
latente	16,4%	20,4%	15,0%	17,9%	16,4%	14,7%	17,5%	15,7%	15,3%
3.3. EIR									
estagnado	23,3%	21,6%	27,2%	25,1%	23,7%	23,4%	24,6%	24,3%	22,9%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 11C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,1%	1,0%	0,9%	0,8%	1,6%	1,5%	1,5%	1,4%	1,5%
2. Exército									
Ativo	27,3%	25,3%	23,6%	24,4%	24,3%	27,2%	27,8%	28,6%	27,9%
3. EIR (total)	71,6%	74,2%	75,9%	74,4%	74,1%	71,6%	70,8%	69,9%	71,3%
3.1. EIR									
flutuante	4,5%	3,5%	6,7%	5,6%	8,2%	6,9%	7,2%	6,2%	8,2%
3.2. EIR									
latente	57,1%	59,7%	55,5%	54,0%	54,2%	50,0%	48,8%	49,2%	50,4%
3.3. EIR									
estagnado	10,0%	11,0%	13,7%	14,8%	11,7%	14,7%	14,9%	14,5%	12,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

12. PARAÍBA

TABELA 12A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,4%	1,6%	1,9%	1,7%	2,1%	1,9%	1,4%	2,4%	1,9%
2. Exército									
Ativo	32,6%	34,0%	33,4%	34,5%	33,9%	34,5%	34,6%	36,7%	35,9%
3. EIR (total)	65,8%	64,6%	64,5%	63,7%	63,7%	63,5%	63,9%	60,8%	62,0%
3.1. EIR									
flutuante	5,3%	5,8%	7,0%	6,8%	5,9%	5,8%	5,4%	5,2%	5,8%
3.2. EIR									
latente	39,0%	34,6%	35,3%	37,4%	35,0%	33,4%	36,7%	38,1%	40,6%
3.3. EIR									
estagnado	21,5%	24,2%	22,2%	19,5%	22,7%	24,3%	21,7%	17,6%	15,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 12B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,1%	2,5%	2,8%	2,7%	3,1%	2,9%	2,0%	3,5%	2,7%
2. Exército									
Ativo	44,4%	45,7%	44,9%	47,7%	45,2%	46,6%	48,1%	49,0%	50,1%
3. EIR (total)	53,8%	51,8%	51,8%	50,0%	51,6%	50,4%	50,1%	47,2%	46,4%
3.1. EIR									
flutuante	5,6%	6,2%	7,0%	6,3%	6,5%	4,9%	5,0%	5,1%	5,6%
3.2. EIR									
latente	18,4%	13,2%	15,7%	17,3%	15,5%	13,4%	16,5%	17,6%	19,8%
3.3. EIR									
estagnado	29,9%	32,4%	29,1%	26,4%	29,6%	32,0%	28,6%	24,5%	21,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 12C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,8%	0,6%	1,0%	0,9%	1,2%	1,0%	0,7%	1,3%	1,1%
2. Exército									
Ativo	21,8%	22,9%	22,6%	22,4%	23,4%	23,3%	22,5%	25,2%	22,5%
3. EIR (total)	76,8%	76,7%	76,4%	76,2%	74,9%	75,6%	76,3%	73,5%	76,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,0%	5,4%	7,0%	7,3%	5,4%	6,5%	5,8%	5,3%	6,1%
3.2. EIR									
latente	57,9%	54,8%	53,5%	55,7%	53,1%	51,8%	55,0%	57,1%	60,1%
3.3. EIR									
estagnado	13,9%	16,5%	15,9%	13,2%	16,4%	17,3%	15,4%	11,2%	10,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

13. PERNAMBUCO

TABELA 13A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,1%	2,4%	2,1%	1,8%	2,1%	2,2%	1,6%	2,4%	2,0%
2. Exército									
Ativo	33,9%	34,8%	33,4%	34,7%	35,2%	35,6%	35,4%	36,3%	34,7%
3. EIR (total)	64,1%	62,8%	64,4%	63,6%	62,6%	62,2%	62,9%	61,2%	63,3%
3.1. EIR									
flutuante	7,5%	7,5%	8,1%	8,4%	8,7%	7,4%	8,5%	7,2%	9,0%
3.2. EIR									
latente	36,5%	33,8%	35,1%	34,7%	34,5%	34,5%	35,3%	34,6%	35,0%
3.3. EIR									
estagnado	20,1%	21,5%	21,1%	20,4%	19,4%	20,4%	19,1%	19,4%	19,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 13B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,2%	3,8%	3,5%	2,8%	3,4%	3,2%	2,5%	3,7%	3,2%
2. Exército									
Ativo	47,6%	47,7%	46,0%	48,5%	48,3%	47,9%	47,9%	48,7%	47,4%
3. EIR (total)	49,4%	48,3%	50,6%	48,8%	48,3%	49,0%	49,5%	47,3%	49,6%
3.1. EIR									
flutuante	7,6%	7,5%	8,0%	7,9%	8,3%	7,3%	8,3%	6,2%	7,5%
3.2. EIR									
latente	15,3%	14,5%	15,5%	14,8%	15,4%	15,6%	15,4%	16,0%	15,1%
3.3. EIR									
estagnado	26,5%	26,3%	27,0%	26,1%	24,7%	26,1%	25,8%	25,1%	27,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 13C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,0%	1,2%	0,9%	0,9%	1,0%	1,3%	0,8%	1,2%	1,0%
2. Exército									
Ativo	21,7%	22,9%	22,0%	22,2%	23,3%	24,3%	24,0%	25,1%	23,6%
3. EIR (total)	77,2%	76,2%	76,9%	76,9%	75,6%	74,3%	75,2%	73,8%	75,5%
3.1. EIR									
flutuante	7,5%	7,5%	8,2%	8,9%	9,1%	7,5%	8,7%	8,1%	10,3%
3.2. EIR									
latente	55,3%	51,6%	52,8%	52,6%	51,7%	51,6%	53,5%	51,4%	52,6%
3.3. EIR									
estagnado	14,5%	17,1%	15,8%	15,4%	14,7%	15,2%	13,0%	14,3%	12,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

14. ALAGOAS

TABELA 14A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,8%	1,1%	1,5%	0,8%	1,7%	1,2%	1,1%	1,9%	1,5%
2. Exército									
Ativo	31,6%	33,2%	33,2%	31,4%	34,5%	33,8%	33,6%	35,6%	35,2%
3. EIR (total)	67,5%	65,8%	65,4%	67,6%	63,7%	64,9%	65,2%	62,2%	63,4%
3.1. EIR									
flutuante	8,7%	6,0%	5,7%	6,7%	6,2%	6,6%	5,6%	4,7%	7,1%
3.2. EIR									
latente	34,4%	38,2%	36,2%	36,9%	37,3%	38,3%	38,6%	39,5%	41,5%
3.3. EIR									
estagnado	24,4%	21,7%	23,5%	23,9%	20,1%	20,0%	21,1%	18,0%	14,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 14B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,3%	1,9%	2,5%	1,5%	2,5%	1,7%	1,6%	2,3%	2,6%
2. Exército									
Ativo	44,3%	47,3%	47,7%	44,4%	47,3%	46,9%	47,6%	50,4%	48,9%
3. EIR (total)	53,7%	51,1%	49,4%	53,5%	49,5%	51,0%	51,7%	47,1%	48,9%
3.1. EIR									
flutuante	8,5%	6,3%	5,3%	6,6%	5,9%	6,6%	5,7%	4,5%	6,8%
3.2. EIR									
latente	13,4%	15,1%	14,7%	15,4%	17,3%	19,3%	18,4%	19,2%	21,3%
3.3. EIR									
estagnado	31,8%	29,8%	29,3%	31,6%	26,3%	25,1%	27,5%	23,4%	20,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 14C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,4%	0,5%	0,6%	0,2%	1,0%	0,8%	0,7%	1,6%	0,4%
2. Exército									
Ativo	20,2%	20,7%	20,1%	19,5%	22,7%	21,4%	21,1%	22,0%	22,8%
3. EIR (total)	79,8%	78,9%	80,0%	80,5%	76,7%	78,1%	77,5%	76,0%	76,4%
3.1. EIR									
flutuante	8,8%	5,7%	6,1%	6,9%	6,5%	6,6%	5,4%	5,0%	7,4%
3.2. EIR									
latente	53,2%	58,8%	55,8%	56,8%	55,9%	56,2%	56,9%	58,1%	59,7%
3.3. EIR									
estagnado	17,8%	14,5%	18,2%	16,9%	14,4%	15,3%	15,2%	12,9%	9,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

15. SERGIPE

TABELA 15A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,8%	1,8%	2,1%	1,9%	1,1%	2,2%	1,2%	1,9%	2,0%
2. Exército									
Ativo	36,1%	38,9%	37,9%	40,8%	39,1%	40,1%	41,1%	40,1%	41,1%
3. EIR (total)	61,8%	59,6%	60,2%	57,2%	59,9%	57,3%	57,8%	57,9%	56,6%
3.1. EIR									
flutuante	9,0%	6,8%	6,9%	8,1%	9,5%	6,8%	6,8%	5,8%	9,2%
3.2. EIR									
latente	32,3%	30,2%	30,0%	26,3%	28,9%	29,5%	29,8%	32,8%	29,0%
3.3. EIR									
estagnado	20,5%	22,6%	23,4%	22,8%	21,5%	21,0%	21,2%	19,3%	18,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 15B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,0%	3,1%	3,4%	2,5%	1,8%	3,2%	1,8%	2,8%	2,9%
2. Exército									
Ativo	49,0%	52,0%	49,5%	53,2%	52,9%	53,2%	53,4%	53,9%	54,5%
3. EIR (total)	47,5%	44,9%	47,7%	43,6%	45,2%	42,8%	44,1%	42,8%	43,1%
3.1. EIR									
flutuante	7,8%	5,5%	5,2%	6,6%	8,1%	6,1%	6,9%	4,9%	8,0%
3.2. EIR									
latente	13,0%	12,5%	14,0%	9,5%	12,1%	12,9%	13,3%	15,3%	12,9%
3.3. EIR									
estagnado	26,8%	26,8%	28,5%	27,5%	25,1%	23,8%	23,9%	22,5%	22,2%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 15C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,8%	0,6%	0,9%	1,4%	0,5%	1,3%	0,6%	1,1%	1,1%
2. Exército									
Ativo	24,8%	26,9%	27,7%	29,3%	26,2%	27,8%	30,1%	27,9%	28,8%
3. EIR (total)	74,2%	73,1%	71,3%	69,8%	73,4%	70,8%	70,3%	71,3%	69,0%
3.1. EIR									
flutuante	10,0%	8,0%	8,3%	9,5%	10,8%	7,5%	6,8%	6,5%	10,3%
3.2. EIR									
latente	49,2%	46,4%	44,1%	41,9%	44,5%	45,0%	44,7%	48,3%	43,8%
3.3. EIR									
estagnado	15,0%	18,7%	18,8%	18,4%	18,1%	18,3%	18,8%	16,5%	14,9%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

16. BAHIA

TABELA 16A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,1%	2,3%	2,0%	1,9%	2,0%	2,1%	1,8%	2,1%	2,3%
2. Exército									
Ativo	34,2%	34,3%	34,4%	35,5%	36,4%	37,2%	36,7%	38,6%	39,2%
3. EIR (total)	63,7%	63,4%	63,6%	62,6%	61,6%	60,7%	61,5%	59,3%	58,5%
3.1. EIR									
flutuante	7,8%	7,7%	7,8%	8,4%	8,1%	7,3%	7,3%	7,3%	7,5%
3.2. EIR									
latente	30,9%	29,5%	30,2%	28,3%	29,0%	31,5%	31,9%	30,8%	29,5%
3.3. EIR									
estagnado	25,0%	26,1%	25,6%	25,9%	24,5%	22,0%	22,3%	21,2%	21,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 16B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,2%	3,3%	3,0%	2,7%	3,0%	3,0%	2,8%	3,2%	3,5%
2. Exército									
Ativo	46,5%	45,7%	46,6%	47,6%	49,0%	49,1%	48,7%	51,2%	51,7%
3. EIR (total)	50,3%	51,0%	50,4%	49,6%	48,0%	47,8%	48,5%	45,6%	44,7%
3.1. EIR									
flutuante	6,8%	6,9%	7,1%	6,8%	6,3%	6,2%	6,0%	6,0%	5,9%
3.2. EIR									
latente	12,2%	11,5%	11,9%	11,0%	11,5%	14,3%	14,8%	14,1%	12,6%
3.3. EIR									
estagnado	31,2%	32,5%	31,4%	31,8%	30,2%	27,4%	27,6%	25,5%	26,2%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 16C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,0%	1,3%	1,0%	1,2%	1,0%	1,1%	0,9%	1,1%	1,1%
2. Exército									
Ativo	22,4%	23,2%	22,5%	23,6%	24,2%	25,7%	25,0%	26,5%	27,4%
3. EIR (total)	76,6%	75,4%	76,4%	75,2%	74,7%	73,2%	74,1%	72,3%	71,5%
3.1. EIR									
flutuante	8,8%	8,5%	8,5%	9,9%	9,8%	8,3%	8,6%	8,5%	9,0%
3.2. EIR									
latente	48,8%	47,0%	48,0%	45,2%	45,9%	48,1%	48,3%	46,8%	45,5%
3.3. EIR									
estagnado	19,1%	20,0%	19,9%	20,1%	19,0%	16,8%	17,2%	17,0%	17,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

D) REGIÃO NORTE

17. RONDÔNIA

TABELA 17A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,4%	3,5%	3,0%	3,4%	2,6%	2,4%	2,3%	2,9%	3,1%
2. Exército									
Ativo	41,9%	43,1%	44,9%	38,2%	37,7%	39,2%	39,4%	41,1%	42,6%
3. EIR (total)	55,3%	53,4%	52,1%	58,4%	59,8%	58,3%	58,2%	56,0%	54,0%
3.1. EIR									
flutuante	6,2%	4,8%	6,7%	3,4%	3,9%	4,0%	4,7%	4,4%	5,4%
3.2. EIR									
latente	30,7%	30,8%	29,9%	31,2%	32,0%	32,3%	30,4%	31,6%	29,7%
3.3. EIR									
estagnado	18,4%	17,8%	15,5%	23,8%	23,9%	22,0%	23,1%	20,1%	19,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 17B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	4,8%	5,7%	4,7%	5,5%	4,1%	4,4%	3,2%	4,6%	4,6%
2. Exército									
Ativo	55,4%	55,1%	60,5%	50,5%	49,2%	51,7%	50,9%	54,0%	55,6%
3. EIR (total)	39,4%	38,9%	32,2%	43,5%	45,3%	43,6%	45,2%	41,6%	39,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,6%	4,5%	4,7%	2,2%	3,3%	2,8%	3,2%	3,7%	3,9%
3.2. EIR									
latente	8,0%	9,4%	7,8%	7,9%	7,9%	9,9%	10,1%	9,0%	10,1%
3.3. EIR									
estagnado	25,9%	24,9%	19,8%	33,4%	34,1%	30,9%	31,9%	28,9%	25,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 17C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,0%	1,4%	1,4%	1,4%	1,1%	0,5%	1,3%	1,1%	1,7%
2. Exército									
Ativo	28,4%	31,8%	30,3%	26,5%	26,6%	26,6%	28,2%	28,4%	30,0%
3. EIR (total)	71,2%	67,1%	70,8%	72,5%	73,6%	72,9%	70,9%	70,3%	67,9%
3.1. EIR									
flutuante	6,8%	5,0%	8,7%	4,6%	4,4%	5,3%	6,2%	5,0%	6,7%
3.2. EIR									
latente	53,6%	51,1%	50,5%	53,3%	55,3%	54,6%	50,0%	53,9%	48,5%
3.3. EIR									
estagnado	10,8%	11,1%	11,6%	14,6%	14,0%	13,0%	14,7%	11,4%	12,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

18. ACRE

TABELA 18A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,4%	1,4%	2,2%	2,1%	2,0%	1,7%	1,6%	2,6%	2,3%
2. Exército									
Ativo	41,1%	42,8%	40,0%	34,8%	36,8%	39,5%	39,3%	39,3%	43,2%
3. EIR (total)	57,5%	57,2%	57,8%	63,7%	60,0%	58,8%	58,0%	58,9%	54,5%
3.1. EIR									
flutuante	5,8%	4,2%	5,3%	5,5%	6,1%	5,1%	2,7%	4,4%	4,8%
3.2. EIR									
latente	31,9%	33,0%	32,9%	31,4%	29,6%	28,7%	32,2%	32,8%	29,1%
3.3. EIR									
estagnado	19,8%	20,0%	19,6%	26,8%	24,3%	25,0%	23,0%	21,6%	20,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 18B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,0%	3,0%	2,8%	2,4%	3,6%	2,2%	2,2%	4,2%	3,6%
2. Exército									
Ativo	51,5%	51,5%	50,9%	43,6%	46,2%	48,3%	47,0%	47,4%	54,1%
3. EIR (total)	44,6%	43,6%	47,2%	52,1%	49,1%	48,9%	49,7%	46,3%	41,3%
3.1. EIR									
flutuante	5,9%	4,0%	5,6%	4,2%	4,1%	5,1%	3,3%	3,2%	3,1%
3.2. EIR									
latente	11,9%	11,9%	13,9%	9,7%	10,1%	9,6%	14,8%	12,6%	10,2%
3.3. EIR									
estagnado	26,7%	27,7%	27,8%	38,2%	34,9%	34,3%	31,7%	30,5%	28,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 18C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,9%	0,0%	1,7%	1,8%	0,6%	1,1%	1,1%	1,0%	1,0%
2. Exército									
Ativo	31,1%	35,1%	29,9%	25,8%	27,8%	30,5%	31,7%	31,4%	32,7%
3. EIR (total)	69,8%	69,3%	67,5%	75,5%	70,5%	69,0%	66,1%	71,1%	67,3%
3.1. EIR									
flutuante	5,7%	4,4%	5,1%	6,7%	8,0%	5,2%	2,2%	5,7%	6,4%
3.2. EIR									
latente	50,9%	51,8%	50,4%	53,4%	48,3%	48,3%	49,5%	52,6%	47,5%
3.3. EIR									
estagnado	13,2%	13,2%	12,0%	15,3%	14,2%	15,5%	14,5%	12,9%	13,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

19. AMAZONAS

TABELA 19A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,7%	1,7%	1,7%	1,3%	1,4%	1,7%	0,7%	1,7%	1,9%
2. Exército									
Ativo	37,9%	36,4%	38,2%	34,9%	35,9%	35,4%	37,4%	39,8%	38,3%
3. EIR (total)	60,4%	61,8%	60,2%	64,0%	62,8%	62,7%	61,8%	58,4%	60,0%
3.1. EIR									
flutuante	6,6%	7,7%	11,1%	7,1%	7,5%	6,4%	7,7%	5,9%	7,7%
3.2. EIR									
latente	35,5%	34,7%	30,3%	32,3%	28,2%	31,8%	31,0%	31,2%	29,2%
3.3. EIR									
estagnado	18,2%	19,3%	18,8%	24,6%	27,0%	24,6%	23,0%	21,3%	23,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 19B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,2%	2,6%	2,7%	2,3%	2,1%	2,4%	1,0%	2,4%	2,7%
2. Exército									
Ativo	50,1%	46,6%	49,4%	44,5%	47,0%	46,2%	47,5%	50,1%	48,9%
3. EIR (total)	47,5%	50,1%	48,2%	52,8%	50,6%	51,4%	51,6%	47,7%	48,3%
3.1. EIR									
flutuante	6,4%	7,1%	8,8%	4,5%	4,8%	4,8%	6,6%	4,3%	6,4%
3.2. EIR									
latente	16,9%	15,7%	13,0%	14,4%	11,3%	14,6%	13,6%	14,4%	11,7%
3.3. EIR									
estagnado	24,3%	27,4%	26,4%	33,9%	34,5%	31,9%	31,4%	28,9%	30,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 19C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,1%	0,9%	0,8%	0,4%	0,7%	0,9%	0,4%	1,0%	1,1%
2. Exército									
Ativo	26,2%	27,0%	27,4%	25,6%	24,9%	24,5%	27,8%	29,7%	28,2%
3. EIR (total)	72,6%	72,3%	71,9%	74,8%	75,0%	74,3%	71,5%	69,2%	71,1%
3.1. EIR									
flutuante	6,9%	8,3%	13,3%	9,7%	10,3%	8,0%	8,8%	7,5%	9,0%
3.2. EIR									
latente	53,3%	52,0%	47,1%	49,5%	45,2%	49,1%	47,5%	47,9%	45,8%
3.3. EIR									
estagnado	12,5%	12,0%	11,4%	15,6%	19,5%	17,2%	15,1%	13,7%	16,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

20. RORAIMA

TABELA 20A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,4%	0,7%	1,9%	1,0%	2,7%	2,6%	2,5%	2,0%	1,6%
2. Exército									
Ativo	43,2%	42,1%	44,9%	35,9%	36,2%	38,8%	39,3%	41,5%	41,8%
3. EIR (total)	55,4%	56,6%	48,7%	64,1%	62,1%	57,8%	57,9%	56,5%	55,1%
3.1. EIR									
flutuante	6,8%	2,8%	7,7%	6,3%	9,8%	5,6%	7,0%	4,7%	5,9%
3.2. EIR									
latente	31,1%	34,5%	26,3%	40,3%	30,4%	26,7%	31,4%	32,4%	30,9%
3.3. EIR									
estagnado	17,6%	19,3%	14,7%	17,5%	21,9%	25,4%	19,4%	19,4%	18,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

(Não foi possível fazer a desagregação por sexo para o estado de Roraima)

21. AMAPÁ

TABELA 21A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,4%	2,1%	0,8%	0,7%	2,2%	2,1%	2,3%	2,1%	1,9%
2. Exército									
Ativo	30,6%	35,1%	33,8%	34,4%	38,5%	40,2%	41,2%	49,2%	40,3%
3. EIR (total)	69,4%	64,0%	64,6%	64,9%	58,6%	57,1%	57,4%	48,4%	57,6%
3.1. EIR									
flutuante	11,3%	13,6%	9,2%	9,0%	7,3%	3,9%	9,9%	9,7%	9,1%
3.2. EIR									
latente	45,4%	31,0%	34,2%	33,1%	32,5%	36,6%	30,7%	27,4%	33,9%
3.3. EIR									
estagnado	12,7%	19,4%	21,2%	22,7%	18,8%	16,7%	16,8%	11,3%	14,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

(Não foi possível fazer a desagregação por sexo para o estado do Amapá)

22. PARÁ

TABELA 21A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,9%	3,1%	2,7%	3,6%	3,2%	2,7%	2,5%	3,3%	3,0%
2. Exército									
Ativo	36,0%	37,4%	37,3%	35,4%	35,0%	35,7%	36,8%	37,7%	36,4%
3. EIR (total)	61,1%	59,4%	60,0%	61,0%	61,7%	61,6%	60,8%	59,0%	60,7%
3.1. EIR									
flutuante	7,1%	7,4%	7,1%	4,9%	5,5%	5,3%	5,3%	4,0%	6,0%
3.2. EIR									
latente	34,1%	31,7%	31,4%	28,7%	30,0%	30,1%	30,5%	30,0%	30,5%
3.3. EIR									
estagnado	19,9%	20,3%	21,4%	27,4%	26,2%	26,3%	24,9%	24,9%	24,2%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 21B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,0%	5,0%	4,5%	5,7%	5,3%	4,4%	4,1%	5,3%	4,8%
2. Exército									
Ativo	51,3%	52,1%	52,3%	48,5%	48,9%	49,1%	50,6%	52,1%	49,8%
3. EIR (total)	44,0%	42,6%	43,1%	45,8%	45,5%	46,6%	45,3%	42,6%	45,4%
3.1. EIR									
flutuante	6,2%	6,4%	6,3%	3,6%	4,4%	4,2%	4,3%	3,4%	5,2%
3.2. EIR									
latente	12,9%	11,2%	11,2%	8,5%	8,5%	9,6%	9,6%	8,9%	10,3%
3.3. EIR									
estagnado	24,8%	25,0%	25,7%	33,7%	32,6%	32,8%	31,4%	30,3%	29,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 21C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,0%	1,4%	1,1%	1,4%	1,1%	0,9%	1,0%	1,2%	1,2%
2. Exército									
Ativo	21,7%	23,7%	23,3%	22,1%	21,5%	22,6%	23,4%	23,5%	23,4%
3. EIR (total)	77,0%	75,0%	75,6%	76,3%	77,4%	76,4%	75,9%	75,2%	75,4%
3.1. EIR									
flutuante	7,9%	8,4%	8,0%	6,2%	6,5%	6,3%	6,3%	4,7%	6,8%
3.2. EIR									
latente	53,8%	50,6%	50,2%	49,2%	51,0%	50,2%	51,0%	51,0%	49,9%
3.3. EIR									
estagnado	15,3%	15,9%	17,5%	21,0%	19,9%	19,9%	18,6%	19,5%	18,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

23. TOCANTINS

TABELA 23A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	2,9%	3,0%	3,5%	3,2%	3,3%	3,5%	3,1%	3,7%	3,1%
2. Exército									
Ativo	39,3%	38,4%	41,2%	42,0%	40,9%	41,3%	41,5%	46,4%	46,8%
3. EIR (total)	57,3%	58,8%	54,9%	54,7%	55,9%	55,1%	55,6%	50,1%	49,4%
3.1. EIR									
flutuante	4,2%	5,5%	5,0%	3,0%	4,6%	4,6%	4,6%	4,2%	4,7%
3.2. EIR									
latente	32,1%	31,1%	33,1%	31,4%	32,0%	30,1%	31,7%	29,6%	28,9%
3.3. EIR									
estagnado	21,1%	22,2%	16,8%	20,3%	19,4%	20,4%	19,4%	16,3%	15,8%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 23B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,1%	5,0%	5,6%	5,1%	5,4%	5,6%	4,9%	5,2%	4,4%
2. Exército									
Ativo	53,5%	50,0%	54,1%	55,2%	52,1%	53,4%	52,6%	58,6%	59,5%
3. EIR (total)	41,7%	44,1%	40,1%	39,1%	41,9%	39,6%	42,0%	35,4%	35,5%
3.1. EIR									
flutuante	4,1%	4,1%	4,4%	2,0%	4,0%	4,2%	3,8%	2,9%	3,7%
3.2. EIR									
latente	9,9%	7,8%	12,6%	11,9%	12,7%	11,5%	12,8%	12,2%	12,8%
3.3. EIR									
estagnado	27,7%	32,2%	23,1%	25,2%	25,2%	23,9%	25,3%	20,3%	19,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

TABELA 23C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	0,6%	0,9%	1,5%	1,2%	1,1%	1,4%	1,3%	2,1%	1,8%
2. Exército									
Ativo	25,0%	26,6%	28,1%	28,1%	29,6%	29,4%	30,6%	34,0%	34,1%
3. EIR (total)	73,1%	73,7%	70,1%	71,0%	70,1%	70,3%	69,1%	65,0%	63,3%
3.1. EIR									
flutuante	4,2%	7,0%	5,7%	4,1%	5,2%	4,9%	5,4%	5,6%	5,7%
3.2. EIR									
latente	54,5%	54,7%	54,0%	51,8%	51,4%	48,4%	50,3%	47,2%	45,1%
3.3. EIR									
estagnado	14,4%	12,0%	10,4%	15,1%	13,5%	17,0%	13,4%	12,2%	12,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Observação: até o ano de 2003 a PNAD abrangia apenas a população urbana deste estado, de 2004 em diante a PNAD passou a contemplar também a população rural deste estado.

E) REGIÃO CENTRO-OESTE

24. MATO GROSSO DO SUL

TABELA 24A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	4,1%	4,6%	4,4%	4,3%	4,3%	4,7%	4,0%	4,3%	4,9%
2. Exército									
Ativo	40,6%	42,6%	42,5%	43,0%	42,5%	43,2%	44,0%	45,5%	44,7%
3. EIR (total)	55,3%	53,0%	53,1%	52,7%	53,2%	52,1%	52,1%	50,4%	50,5%
3.1. EIR									
flutuante	6,0%	5,6%	6,0%	5,0%	6,0%	5,4%	4,3%	5,8%	5,4%
3.2. EIR									
latente	32,1%	29,4%	30,7%	30,6%	30,6%	28,1%	29,5%	27,7%	27,1%
3.3. EIR									
estagnado	17,1%	18,0%	16,4%	17,1%	16,6%	18,5%	18,2%	16,8%	18,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 24B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	6,3%	7,2%	7,0%	6,7%	6,3%	7,8%	5,7%	6,5%	7,9%
2. Exército									
Ativo	57,2%	57,6%	58,7%	59,3%	57,1%	56,3%	57,6%	59,8%	58,1%
3. EIR (total)	36,7%	35,1%	34,4%	33,8%	36,4%	36,0%	36,8%	33,8%	33,8%
3.1. EIR									
flutuante	5,5%	5,5%	5,0%	4,2%	4,4%	4,7%	3,4%	4,4%	4,2%
3.2. EIR									
latente	8,5%	7,2%	9,1%	8,0%	10,6%	9,1%	10,6%	9,0%	8,3%
3.3. EIR									
estagnado	22,7%	22,3%	20,3%	21,6%	21,4%	22,2%	22,8%	20,4%	21,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 24C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,9%	2,2%	1,8%	2,2%	2,4%	1,7%	2,4%	2,3%	2,2%
2. Exército									
Ativo	25,0%	28,4%	27,1%	28,2%	28,8%	30,5%	31,1%	32,4%	32,2%
3. EIR (total)	72,9%	70,0%	70,9%	69,8%	68,8%	67,7%	66,6%	65,6%	66,2%
3.1. EIR									
flutuante	6,6%	5,7%	6,9%	5,8%	7,4%	6,1%	5,2%	7,2%	6,5%
3.2. EIR									
latente	54,4%	50,4%	51,4%	51,0%	49,4%	46,6%	47,5%	44,9%	44,7%
3.3. EIR									
estagnado	11,9%	13,9%	12,6%	12,9%	12,0%	15,0%	13,9%	13,5%	15,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

25. MATO GROSSO

TABELA 25A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,1%	4,1%	3,1%	2,9%	4,5%	4,3%	2,8%	4,1%	3,9%
2. Exército									
Ativo	43,4%	40,8%	40,6%	44,7%	43,1%	42,0%	43,2%	45,6%	45,6%
3. EIR (total)	53,7%	54,8%	56,1%	52,3%	52,4%	53,7%	53,9%	50,2%	50,7%
3.1. EIR									
flutuante	4,0%	4,5%	4,6%	4,2%	5,7%	6,0%	5,1%	3,9%	4,3%
3.2. EIR									
latente	30,8%	31,3%	31,5%	29,1%	28,8%	31,1%	29,4%	29,2%	30,7%
3.3. EIR									
estagnado	18,9%	19,0%	20,1%	19,0%	18,0%	16,6%	19,4%	17,0%	15,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 25B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,0%	6,3%	4,7%	4,8%	6,2%	6,5%	4,1%	5,5%	5,9%
2. Exército									
Ativo	59,5%	57,3%	55,3%	60,4%	58,0%	57,6%	58,0%	59,2%	60,1%
3. EIR (total)	35,0%	36,1%	39,7%	34,0%	35,5%	35,9%	37,8%	35,4%	33,7%
3.1. EIR									
flutuante	3,1%	3,6%	3,9%	2,5%	4,9%	5,2%	3,5%	3,1%	3,2%
3.2. EIR									
latente	6,8%	6,7%	7,2%	6,9%	7,9%	8,0%	9,0%	8,8%	10,0%
3.3. EIR									
estagnado	25,1%	25,9%	28,6%	24,6%	22,7%	22,7%	25,4%	23,5%	20,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 25C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,1%	2,1%	1,5%	1,1%	2,6%	2,1%	1,4%	2,7%	2,0%
2. Exército									
Ativo	26,8%	24,6%	25,8%	29,2%	27,9%	26,4%	27,7%	32,0%	31,3%
3. EIR (total)	73,0%	73,1%	72,8%	70,1%	69,7%	71,6%	70,8%	65,0%	67,4%
3.1. EIR									
flutuante	4,9%	5,5%	5,2%	5,8%	6,5%	6,9%	6,8%	4,8%	5,4%
3.2. EIR									
latente	55,7%	55,3%	56,1%	50,8%	50,1%	54,3%	50,9%	49,7%	51,0%
3.3. EIR									
estagnado	12,4%	12,4%	11,5%	13,5%	13,1%	10,5%	13,1%	10,5%	11,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

26. GOIÁS

TABELA 26A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,4%	3,4%	3,5%	3,6%	3,0%	3,5%	3,5%	4,4%	3,8%
2. Exército									
Ativo	41,7%	41,5%	42,4%	42,6%	43,7%	43,4%	45,4%	46,3%	46,4%
3. EIR (total)	55,0%	55,0%	54,1%	53,7%	53,3%	53,1%	51,1%	49,4%	49,9%
3.1. EIR									
flutuante	5,6%	4,8%	5,8%	5,4%	6,4%	5,2%	5,5%	5,0%	5,7%
3.2. EIR									
latente	32,3%	32,9%	31,9%	30,5%	30,1%	31,7%	29,4%	27,9%	28,1%
3.3. EIR									
estagnado	17,1%	17,3%	16,3%	17,8%	16,8%	16,1%	16,2%	16,4%	16,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 26B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	5,5%	5,4%	5,6%	5,7%	4,7%	5,3%	5,1%	6,4%	6,0%
2. Exército									
Ativo	57,3%	56,4%	57,3%	57,7%	58,1%	58,2%	59,8%	60,0%	59,9%
3. EIR (total)	37,4%	38,4%	37,5%	36,7%	37,1%	36,6%	35,1%	33,3%	34,1%
3.1. EIR									
flutuante	5,4%	4,7%	5,3%	4,6%	5,3%	4,7%	4,7%	3,9%	4,4%
3.2. EIR									
latente	9,1%	10,6%	9,9%	8,9%	9,4%	10,1%	9,6%	9,1%	9,1%
3.3. EIR									
estagnado	22,9%	23,1%	22,2%	23,2%	22,4%	21,8%	20,8%	20,3%	20,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 26C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,5%	1,6%	1,5%	1,7%	1,4%	1,8%	1,9%	2,5%	1,7%
2. Exército									
Ativo	27,2%	27,2%	28,2%	28,1%	30,2%	29,6%	31,6%	33,1%	33,9%
3. EIR (total)	71,4%	71,0%	69,8%	69,9%	68,4%	68,6%	66,3%	64,7%	64,6%
3.1. EIR									
flutuante	5,8%	4,8%	6,2%	6,1%	7,4%	5,7%	6,3%	6,1%	7,0%
3.2. EIR									
latente	54,0%	54,4%	52,8%	51,2%	49,4%	52,2%	48,3%	45,9%	45,7%
3.3. EIR									
estagnado	11,6%	11,8%	10,8%	12,6%	11,6%	10,7%	11,7%	12,7%	12,0%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

27. DISTRITO FEDERAL

TABELA 27A – PIA TOTAL COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	3,1%	2,9%	2,7%	2,7%	3,1%	3,1%	2,9%	3,0%	2,6%
2. Exército									
Ativo	47,7%	48,7%	47,1%	48,2%	50,5%	50,5%	49,3%	51,2%	51,6%
3. EIR (total)	48,9%	48,5%	50,3%	49,1%	46,1%	46,2%	47,8%	45,8%	45,5%
3.1. EIR									
flutuante	10,7%	10,4%	10,0%	10,4%	9,7%	8,3%	8,7%	8,4%	8,3%
3.2. EIR									
latente	28,5%	28,6%	29,8%	29,5%	26,9%	27,7%	27,7%	27,0%	27,0%
3.3. EIR									
estagnado	9,7%	9,5%	10,5%	9,2%	9,5%	10,1%	11,4%	10,4%	10,2%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 27B – PIA MASCULINA COM 18 A 60 ANOS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	4,5%	4,5%	3,7%	4,2%	3,9%	4,3%	4,2%	4,0%	4,2%
2. Exército									
Ativo	59,9%	61,8%	59,6%	59,5%	62,3%	62,9%	61,1%	63,0%	63,0%
3. EIR (total)	35,5%	34,1%	36,5%	36,0%	33,0%	32,6%	34,5%	32,7%	32,9%
3.1. EIR									
flutuante	9,5%	9,9%	8,1%	8,5%	8,8%	6,2%	7,0%	6,5%	6,8%
3.2. EIR									
latente	12,8%	11,1%	13,6%	14,4%	12,6%	13,7%	12,8%	12,5%	12,7%
3.3. EIR									
estagnado	13,3%	13,1%	14,8%	13,1%	11,6%	12,7%	14,7%	13,7%	13,4%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 27C – PIA FEMININA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.Capitalista	1,9%	1,5%	1,7%	1,4%	2,3%	2,1%	1,7%	2,2%	1,3%
2. Exército									
Ativo	37,3%	37,3%	36,3%	38,7%	40,0%	40,0%	38,9%	41,3%	41,8%
3. EIR (total)	60,4%	61,0%	62,2%	60,1%	57,7%	57,6%	59,4%	56,8%	56,5%
3.1. EIR									
flutuante	11,7%	10,8%	11,7%	11,9%	10,5%	10,1%	10,2%	10,1%	9,6%
3.2. EIR									
latente	42,1%	43,8%	43,7%	42,2%	39,5%	39,6%	40,6%	39,2%	39,4%
3.3. EIR									
estagnado	6,6%	6,4%	6,8%	6,0%	7,7%	7,9%	8,6%	7,5%	7,5%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

ANEXO II

**CLASSES SOCIAIS E SEGMENTAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE
RESERVA POR SEXO E FAIXAS ETÁRIAS**

TABELA 1 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 10 A 14 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	2. Exército Ativo	3,5%	3,2%	2,6%	2,8%	2,9%	2,7%	2,5%	2,3%	2,5%
	3. EIR (total)	96,5%	96,8%	97,3%	97,2%	97,1%	97,3%	97,5%	97,7%	97,5%
	3.1. EIR flutuante	1,5%	1,6%	1,3%	1,2%	1,3%	1,1%	1,3%	0,9%	1,1%
	3.2. EIR latente	85,0%	84,8%	86,3%	86,9%	86,3%	88,3%	88,5%	90,8%	91,1%
	3.3. EIR estagnado	10,0%	10,4%	9,7%	9,1%	9,6%	7,9%	7,7%	6,1%	5,2%
M U L H E R E S	1.Capitalista	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	2. Exército Ativo	0,9%	0,9%	0,6%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%	0,8%	0,7%
	3. EIR (total)	99,1%	99,1%	99,4%	99,2%	99,2%	99,3%	99,4%	99,2%	99,3%
	3.1. EIR flutuante	1,0%	1,2%	1,0%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	0,8%
	3.2. EIR latente	93,5%	93,6%	94,3%	94,4%	93,8%	94,3%	95,1%	95,8%	96,2%
	3.3. EIR estagnado	4,5%	4,3%	4,1%	3,9%	4,4%	4,1%	3,3%	2,6%	2,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 2 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 15 A 17 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	2. Exército Ativo	22,2%	22,6%	21,3%	22,2%	22,0%	22,2%	22,1%	22,6%	21,4%
	3. EIR (total)	77,7%	77,3%	78,6%	77,8%	78,0%	77,8%	77,8%	77,4%	78,6%
	3.1. EIR flutuante	8,9%	9,3%	8,9%	9,0%	10,8%	8,3%	8,4%	6,9%	8,1%
	3.2. EIR latente	53,2%	52,7%	54,5%	53,6%	52,6%	55,7%	56,3%	59,2%	59,0%
	3.3. EIR estagnado	15,6%	15,3%	15,2%	15,2%	14,6%	13,8%	13,1%	11,2%	11,5%
M U L H E R E S	1.Capitalista	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	2. Exército Ativo	9,0%	8,7%	8,0%	9,1%	8,7%	9,1%	9,6%	10,0%	9,4%
	3. EIR (total)	91,0%	91,3%	91,9%	90,9%	91,3%	90,9%	90,4%	90,0%	90,7%
	3.1. EIR flutuante	8,4%	8,9%	9,3%	9,5%	10,8%	9,4%	9,3%	8,2%	8,8%
	3.2. EIR latente	75,9%	75,5%	75,8%	74,5%	73,7%	75,8%	75,0%	76,5%	77,2%
	3.3. EIR estagnado	6,7%	6,9%	6,8%	6,8%	6,7%	5,7%	6,0%	5,3%	4,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 3 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 18 E 19 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
	2. Exército Ativo	44,3%	44,8%	43,6%	45,5%	45,2%	46,9%	48,3%	50,6%	47,5%
	3. EIR (total)	55,5%	54,9%	56,1%	54,2%	54,6%	52,9%	51,4%	49,1%	52,3%
	3.1. EIR flutuante	13,4%	13,6%	13,8%	12,7%	14,8%	13,5%	11,8%	11,3%	13,7%
	3.2. EIR latente	27,1%	26,5%	27,3%	25,6%	25,6%	26,3%	26,4%	26,7%	27,6%
	3.3. EIR estagnado	15,0%	14,8%	15,0%	15,9%	14,1%	13,0%	13,1%	11,1%	11,0%
M U L H E R E S	1.Capitalista	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
	2. Exército Ativo	22,9%	22,7%	21,0%	23,3%	23,7%	25,8%	26,3%	28,3%	28,2%
	3. EIR (total)	77,1%	77,1%	78,8%	76,5%	76,2%	74,1%	73,6%	71,7%	71,6%
	3.1. EIR flutuante	14,5%	15,0%	16,1%	16,1%	16,9%	16,2%	15,1%	14,3%	15,8%
	3.2. EIR latente	56,7%	54,8%	55,9%	52,6%	51,4%	50,4%	51,5%	51,2%	50,3%
	3.3. EIR estagnado	5,9%	7,4%	6,9%	7,8%	8,0%	7,4%	7,0%	6,2%	5,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 4 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 20 A 24 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%	0,9%	1,2%	1,0%
	2. Exército Ativo	59,4%	58,9%	58,9%	60,0%	61,8%	61,5%	62,6%	64,8%	64,2%
	3. EIR (total)	39,5%	40,1%	40,1%	39,0%	37,1%	37,3%	36,6%	34,1%	34,8%
	3.1. EIR flutuante	10,5%	10,3%	11,1%	10,4%	10,4%	9,8%	8,9%	8,4%	9,5%
	3.2. EIR latente	13,6%	13,5%	13,5%	12,8%	12,1%	13,3%	14,4%	13,2%	13,4%
	3.3. EIR estagnado	15,4%	16,4%	15,5%	15,8%	14,6%	14,2%	13,2%	12,5%	11,9%
M U L H E R E S	1.Capitalista	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%
	2. Exército Ativo	31,6%	32,6%	32,8%	34,8%	34,9%	36,0%	37,8%	40,7%	39,3%
	3. EIR (total)	68,0%	67,0%	66,8%	64,7%	64,6%	63,6%	61,8%	58,8%	60,3%
	3.1. EIR flutuante	12,2%	12,8%	13,9%	13,2%	14,6%	13,0%	12,3%	11,6%	13,5%
	3.2. EIR latente	48,3%	46,2%	44,9%	43,3%	41,7%	42,6%	41,4%	39,9%	39,5%
	3.3. EIR estagnado	7,6%	8,0%	8,0%	8,3%	8,3%	7,9%	8,0%	7,4%	7,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 5 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 25 A 29 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	3,0%	2,9%	2,9%	2,7%	2,8%	3,0%	2,6%	2,9%	2,9%
	2. Exército Ativo	62,1%	62,9%	63,0%	64,7%	64,9%	65,7%	66,0%	69,4%	68,0%
	3. EIR (total)	34,9%	34,2%	34,1%	32,6%	32,2%	31,3%	31,3%	27,7%	29,1%
	3.1. EIR flutuante	6,8%	6,7%	7,1%	6,1%	6,7%	6,1%	5,7%	5,1%	6,6%
	3.2. EIR latente	7,2%	7,8%	7,1%	7,1%	7,1%	7,5%	8,6%	7,4%	7,4%
	3.3. EIR estagnado	20,8%	19,7%	19,9%	19,5%	18,3%	17,7%	17,0%	15,2%	15,1%
M U L H E R E S	1.Capitalista	1,0%	1,4%	1,0%	1,1%	1,2%	1,1%	1,1%	1,2%	1,2%
	2. Exército Ativo	31,9%	33,9%	34,1%	35,5%	37,2%	38,4%	39,8%	42,0%	41,7%
	3. EIR (total)	67,0%	64,7%	64,9%	63,3%	61,6%	60,5%	59,1%	56,8%	57,1%
	3.1. EIR flutuante	9,3%	8,7%	9,6%	9,4%	9,8%	9,5%	9,6%	8,7%	10,1%
	3.2. EIR latente	46,5%	44,6%	43,5%	42,4%	40,3%	39,9%	38,8%	37,8%	37,3%
	3.3. EIR estagnado	11,3%	11,3%	11,8%	11,5%	11,6%	11,0%	10,7%	10,2%	9,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 6 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 30 A 39 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	5,6%	5,6%	5,4%	5,3%	5,6%	5,4%	4,2%	5,7%	5,2%
	2. Exército Ativo	57,6%	58,4%	57,6%	59,7%	59,8%	60,5%	61,9%	63,3%	62,9%
	3. EIR (total)	36,8%	36,0%	36,9%	35,0%	34,6%	34,0%	33,9%	31,0%	31,9%
	3.1. EIR flutuante	5,0%	4,5%	5,1%	4,2%	4,1%	3,8%	3,8%	3,2%	4,0%
	3.2. EIR latente	6,3%	6,0%	6,3%	6,2%	6,3%	6,7%	7,0%	6,9%	6,9%
	3.3. EIR estagnado	25,5%	25,5%	25,5%	24,6%	24,3%	23,5%	23,1%	20,9%	21,0%
M U L H E R E S	1.Capitalista	1,8%	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%	2,1%	1,7%	2,2%	2,0%
	2. Exército Ativo	31,4%	31,9%	32,6%	33,8%	33,9%	34,8%	35,6%	37,8%	37,2%
	3. EIR (total)	66,9%	66,0%	65,5%	64,2%	64,1%	63,2%	62,7%	60,0%	60,8%
	3.1. EIR flutuante	6,5%	6,4%	7,1%	6,7%	7,0%	6,4%	6,6%	5,8%	6,9%
	3.2. EIR latente	45,2%	44,2%	43,4%	42,1%	41,7%	42,1%	41,6%	40,6%	40,3%
	3.3. EIR estagnado	15,1%	15,4%	15,0%	15,5%	15,5%	14,7%	14,5%	13,7%	13,7%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 7 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 40 A 49 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	7,4%	7,4%	7,1%	7,0%	7,0%	7,5%	6,4%	7,2%	7,6%
	2. Exército Ativo	49,8%	49,9%	48,7%	50,7%	50,8%	51,8%	52,7%	54,1%	53,9%
	3. EIR (total)	42,8%	42,7%	44,2%	42,3%	42,2%	40,7%	40,9%	38,7%	38,5%
	3.1. EIR flutuante	4,0%	3,9%	4,7%	3,5%	3,4%	3,2%	3,2%	2,5%	2,9%
	3.2. EIR latente	9,0%	8,6%	9,4%	8,6%	8,8%	9,2%	9,3%	8,9%	8,8%
	3.3. EIR estagnado	29,9%	30,2%	30,1%	30,2%	30,0%	28,4%	28,4%	27,3%	26,9%
M U L H E R E S	1.Capitalista	2,3%	2,4%	2,3%	2,3%	2,5%	2,7%	2,2%	2,7%	2,5%
	2. Exército Ativo	27,0%	28,4%	29,0%	29,6%	29,3%	30,6%	31,2%	31,2%	31,9%
	3. EIR (total)	70,7%	69,1%	68,7%	68,0%	68,3%	66,7%	66,6%	66,1%	65,6%
	3.1. EIR flutuante	4,2%	4,3%	4,3%	4,4%	4,6%	4,1%	4,3%	3,6%	4,4%
	3.2. EIR latente	49,2%	47,7%	47,4%	46,3%	46,5%	45,4%	45,1%	46,3%	44,9%
	3.3. EIR estagnado	17,3%	17,2%	17,0%	17,3%	17,1%	17,2%	17,1%	16,2%	16,3%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 8 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 50 A 59 ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	6,9%	7,2%	7,0%	7,1%	7,0%	7,8%	6,6%	7,2%	6,7%
	2. Exército Ativo	35,1%	34,8%	35,5%	36,6%	36,8%	37,8%	38,4%	39,9%	40,6%
	3. EIR (total)	58,1%	58,0%	57,5%	56,3%	56,3%	54,4%	55,0%	52,9%	52,7%
	3.1. EIR flutuante	3,7%	3,5%	3,6%	3,0%	2,8%	2,8%	2,7%	2,1%	2,5%
	3.2. EIR latente	20,8%	20,9%	21,4%	20,4%	20,7%	20,6%	21,1%	20,5%	20,3%
	3.3. EIR estagnado	33,6%	33,5%	32,5%	32,9%	32,8%	31,0%	31,1%	30,4%	29,9%
M U L H E R E S	1.Capitalista	1,6%	1,7%	1,7%	1,8%	1,8%	2,3%	1,8%	2,3%	1,8%
	2. Exército Ativo	15,7%	16,3%	17,0%	17,7%	18,1%	19,6%	19,3%	21,0%	20,8%
	3. EIR (total)	82,7%	82,0%	81,3%	80,5%	80,0%	78,1%	78,9%	76,8%	77,3%
	3.1. EIR flutuante	2,2%	1,9%	2,4%	2,1%	2,4%	1,9%	1,9%	1,8%	2,4%
	3.2. EIR latente	63,5%	62,3%	61,6%	60,9%	59,6%	59,1%	60,4%	59,0%	58,8%
	3.3. EIR estagnado	17,1%	17,7%	17,3%	17,5%	18,0%	17,2%	16,5%	16,0%	16,1%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 9 - DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR DA PIA COM 60 OU MAIS ANOS DE IDADE POR SEXO DO BRASIL (2001-2009) – EM % DA PIA

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
H O M E N S	1.Capitalista	4,7%	3,9%	4,4%	4,3%	4,4%	4,4%	3,6%	4,3%	3,9%
	2. Exército Ativo	11,4%	11,8%	11,4%	11,2%	10,7%	10,8%	11,7%	12,0%	11,5%
	3. EIR (total)	83,9%	84,3%	84,2%	84,4%	84,9%	84,8%	84,6%	83,7%	84,6%
	3.1. EIR flutuante	1,3%	1,3%	1,4%	1,1%	1,2%	1,1%	1,0%	0,8%	0,9%
	3.2. EIR latente	59,6%	60,1%	60,2%	61,3%	62,4%	62,1%	62,5%	62,6%	63,8%
	3.3. EIR estagnado	23,0%	22,8%	22,6%	22,1%	21,4%	21,6%	21,2%	20,4%	19,9%
M U L H E R E S	1.Capitalista	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,5%	0,8%	0,7%
	2. Exército Ativo	2,5%	2,5%	2,8%	2,8%	2,7%	3,3%	3,3%	3,4%	3,3%
	3. EIR (total)	96,9%	96,8%	96,6%	96,6%	96,6%	96,1%	96,2%	95,8%	96,0%
	3.1. EIR flutuante	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
	3.2. EIR latente	88,6%	88,3%	88,3%	88,6%	88,1%	87,8%	87,7%	87,2%	88,0%
	3.3. EIR estagnado	7,8%	8,1%	7,8%	7,6%	8,0%	8,0%	8,1%	8,2%	7,6%

Fonte: PNAD. Elaboração própria.